



Admirável Nova Atlântida

Guilherme de Lucas Aparecido Barbosa

O programa baconiano
é a
distopia contemporânea



Por meio da interseção entre as distopias do século XX e a utopia de Francis Bacon (*Nova Atlântida*, 1626) pretendemos analisar alguns aspectos éticos presentes no desenvolvimento tecnocientífico da contemporaneidade. Autores e estudiosos dessas narrativas ficcionais vão acusar a obra baconiana de possuir em gênese as ideias que se desdobrariam nas distopias da primeira metade do século passado, símbolos de alerta ao avanço da tecnologia e do autoritarismo nos períodos de Guerra Mundial. Todavia, o desenvolvimento do método experimental-indutivo, bem como a interpretação de Bacon sobre o mito de Dédalo, nos mostra que o Lorde Chanceler tinha consciência que a progressão da ciência possuía aplicações positivas e negativas. Bacon insistiu em sua utopia que a *Casa de Salomão*, locus político e científico da sociedade na *Nova Atlântida*, tinha como função guardar os instrumentos de luxúria e morte, da população comum. Sob a liderança dos homens de ciência, e com vistas ao máximo benefício da comunidade (*Commonwealth*) e do bem da humanidade (*Caritas*), a sociedade de Bensalém (cidade da *Nova Atlântida*) poderia exercer o conhecimento-domínio sob a natureza, restabelecendo os laços com o Criador, rompidos desde a Queda. Todavia, o esvaziamento de um ideal condutor e a não compreensão total da proposta de Bacon podem ter ajudado a guiar o mundo para os reflexos negativos do desenvolvimento científico, colocando a distopia tecnocientífica em marcha.



Admirável Nova Atlântida

Direção Editorial

Lucas Fontella Margoni

Comitê Científico

Prof.^a Dr.^a Luciana Zaterka
Universidade Federal do ABC (UFABC)

Prof. Dr. Bernardo Jefferson de Oliveira
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Prof.^a Dr.^a Marília Mello Pisani
Universidade Federal do ABC (UFABC)

Admirável Nova Atlântida

O programa baconiano e a distopia contemporânea

Guilherme de Lucas Aparecido Barbosa



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Lucas Margoni

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

BARBOSA, Guilherme de Lucas Aparecido

Admirável Nova Atlântida: o programa baconiano e a distopia contemporânea [recurso eletrônico] / Guilherme de Lucas Aparecido Barbosa -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

114 p.

ISBN - 978-65-87340-96-8

DOI - 10.22350/9786587340968

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Utopia; 2. Distopia; 3. Francis Bacon; 4. Filosofia; 5. Estado; I. Título.

CDD: 100

Índices para catálogo sistemático:

1. Filosofia 100

Agradecimentos

Ao meu pai e à minha mãe, Francisco e Leila, que ensinaram, pelo exemplo, a verdadeira força da educação;

À Universidade Federal do ABC, cujo projeto interdisciplinar me conduziu das Relações Internacionais à Filosofia;

À minha orientadora, Profa. Dra. Luciana Zaterka, pela amizade, cumplicidade, respeito e carinho, nestes mais de 5 anos de diálogos filosóficos e paixões alegres;

Ao meu companheiro, Marcus Bissetti, por estar ao meu lado desde sempre - nos momentos felizes e nos momentos difíceis que toda caminhada acadêmica possui;

Aos membros do Grupo de Estudos em Filosofia Moderna (século XVII), em especial, ao Luan Felipe Novak Noboa, parceiro nas investigações sobre Francis Bacon, e ao Prof. Dr. Paulo Tadeu da Silva;

Aos amigos e às amigas do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFABC, em especial, Mateus Soares de Souza, Kailla Oliveira, Alexandre Luppe, Thiago Lisboa, Gabriel Gomes Munhoz, Carol Cajaíba e Bruno Reikdal Lima;

Novamente à Universidade Federal do ABC e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), assim como a todas as trabalhadoras e trabalhadores que direta e indiretamente garantiram as condições materiais necessárias e imprescindíveis para que a produção dessa dissertação fosse possível;

Aos amigos e às amigas que fiz nessa jornada, em especial, Fábio Donaire, Diana Mendes, Natália Gasperoni, Letícia Tavares, Ellen Sales, Rafael Cavalcanti Braga, Luis G. Mendes e Maria José Grisaro;

A todos que contribuíram para a realização desta pesquisa.

Muito obrigado!

As crianças são os únicos filósofos valentes. E filósofos valentes são necessariamente crianças. E é exatamente assim, como as crianças, devemos sempre perguntar: e depois?

Ievguêni Zamiátin

Lista de abreviaturas das obras de Francis Bacon utilizadas

NO	<i>Novum organum sive Indicia de interpretatione naturae</i> ou Novum Organum (1620)
NA	New Atlantis ou a Nova Atlântida (1627)
SV	De sapientia veterum ou Da Sabedoria dos Antigos (1609)
<i>Instauratio</i>	Instauratio magna ou A Grande Instauração (1620)
ADV	<i>Of the Proficiency and Advancement of Learning, Divine and Human</i> ou O Progresso do Conhecimento (1605)
<i>Ensaaios</i>	<i>Ensaaios</i> ou Essays , or Counsels Civil and Moral (1597)

Sumário

Introdução	15
Capítulo I	25
Das utopias às distopias	
1.1. Das utopias	26
1.2. Francis Bacon e a <i>Nova Atlântida</i>	39
1.3. Utopia e modernidade no século XVIII	52
1.4. Distopia e Distopismo contemporâneo.....	59
1.5. Um novo espírito utópico	67
Capítulo II	70
Admirável Nova Atlântida e o Programa Baconiano	
2.1. O Programa Baconiano e a <i>Grande Instauração</i>	72
2.2. Aspectos éticos e teológicos da filosofia natural de Francis Bacon.....	85
Considerações finais.....	97
Referências	103
Anexo A.....	108

Introdução

Vivemos em um momento de inflexão na história humana. Aproximamo-nos cada dia mais do futuro descrito nas histórias de ficção científica; um futuro em que a ciência e a tecnologia satisfazem todos os nossos desejos: a longevidade, a automação de veículos, a inteligência artificial, entre tantas outras benesses. Ainda assim, as possibilidades científicas também incitam uma série de desafios à vida humana e às sociedades contemporâneas. Questões éticas vinculadas ao prolongamento da vida, apenas para citar um exemplo, são temas recorrentes em nosso cotidiano. Neste mesmo contexto, a crescente ausência de privacidade, a automação de atividades e serviços e a possibilidade da perda de controle da tecnologia e manipulação de informações assombram a humanidade (LEONHARD, 2016). O futuro guarda em si as possibilidades positivas e negativas dos desdobramentos dos itens tecnocientíficos.

As contribuições teóricas da ciência em progresso, interpostas pelo avanço da técnica – *tecnociência* –, garantiram à humanidade avanços significativos ao conhecimento humano. Todavia, no século XX, essa ciência cada vez mais substancializada na técnica deixou clara sua ausência de neutralidade e escancarou uma desconfiança pública de seus itens e a possibilidade mesma de perda do controle – algo que a ficção científica tratou de exemplificar em obras literárias e cinematográficas.

Antes que percamos completamente o controle sobre os itens tecnocientíficos, seria necessário um esforço para retomá-los. Neste contexto, o projetista e pensador norte-americano Richard Buckminster Fuller (1895-1983) publicou em 1969 o *Manual de instruções para a Nave Espacial Terra*. Neste livro, Fuller faz algumas considerações sobre a sociedade atual, sobre a relação que a humanidade desenvolveu com a natureza e

sobre os processos de aprendizagem e acesso ao conhecimento e a tecnologia. Fuller conclamava projetistas, artistas e engenheiros ao controle da *Nave Mãe Terra*, pois estes teriam uma visão mais completa sobre os rumos que este “veículo” deveria seguir; uma visão holística. Em sua *utopia*, a transferência da competência dos políticos e dos banqueiros faria com que a *Nave Mãe Terra* sobrevivesse à grande viagem cósmica que realiza em torno do Sol (FULLER, 1998).

O filósofo alemão Peter Sloterdijk (1947), ao assimilar as ideias de Buckminster Fuller, faz uma provocação. Sloterdijk entende que ao se falar da Terra como uma nave, não admitimos mais o planeta como algo natural. Desta forma, a *Nave Terra* também seria um *artefato* construído e controlado, como um grande meio de transporte. E, enquanto a utopia de Buckminster Fuller não se efetiva, o controle do planeta parece-nos perdido¹. Mas quem controla o artefato *Terra*, a tripulação e seus viajantes? Os mercados, as nações mais poderosas ou, talvez, as sociedades secretas ao redor do globo? Quem ou o que for que seja que guie a civilização, utiliza-se da tecnologia. Ao menos é isso que demonstram a literatura e o cinema ao indicar o fim do nosso modo de vida, da sociedade como conhecemos e do mundo em suas histórias de ficção cada vez mais populares. Utopias, distopias e novelas pós-apocalípticas, parecem-nos mostrar que as ficções científicas estão na vanguarda das críticas apresentadas por Buckminster Fuller e Peter Sloterdijk. A crítica ao descontrole da ideia de domínio e do progresso tecnocientífico guiados pela sociedade humana.

Utopias e distopias pertencem ao subgênero da ficção científica que narra diferentes, novos e excêntricos modos de governo e de sociedade².

¹ Um dos exemplos possíveis está descrito no relatório *The Malicious Use of Artificial Intelligence: Forecasting, Prevention, and Mitigation*, em que são apresentados usos diversos da tecnociência que se mostram de forma maléfica e/ou maliciosas: drones, setores industriais inteiramente automatizados e o fim da privacidade nas redes sociais (BRUNDAGE, AVIN, et al., 2018).

² Imaginar um novo mundo possível não é uma exclusividade contemporânea. Platão tratou da temática em *A República* (380 a.C.) na qual as bases da estrutura social de seu Estado perfeito são formuladas tendo como destaque a importância dos filósofos (filósofos-reis) e o culto à razão. Ele acreditava que a função dos governantes do Estado era a de garantir uma *vida digna* aos cidadãos, atividade que só poderia ser exercida por um filósofo, alguém que, desprovido de interesse próprio, como, por exemplo, a disputa de poder, teria a capacidade lógica de tomar as melhores decisões para a população. Neste mundo, os poetas são rejeitados, afinal, para Platão, eles representam a irracionalidade e a visão mística, podendo *iludir* a multidão na busca pela *vida digna*, conquistada por meio da razão (PLATÃO,

Grosso Modo, as utopias descrevem a cidade perfeita e justa; enquanto as distopias são compreendidas como narrativas futuristas que, em grande medida, empregam o controle, a ciência e a tecnologia para coagir quem convive em suas sociedades imaginárias. A literatura distópica utiliza-se do cenário caótico e degradado para criticar as sociedades atuais, ao refletir, de forma exagerada, ações estatais (ou grandes corporações) exercidas por agentes tecnológicos. Ao demonstrar o quão ruim o cenário futuro pode se tornar, a distopia rompe, assim como a utopia, o campo da literatura, tornando-se peça importante para análise filosófica. O choque que a leitura dessas obras causa no leitor pode ser tomado como fonte de estranhamento e de questionamento. Forças que movem a atividade filosófica.

É a partir do estranhamento causado pela leitura destas distopias que questionamos, num primeiro momento, a similaridade entre as obras deste subgênero da ficção científica: há um ponto em comum entre as distopias contemporâneas?³. Da nossa perspectiva, existem diversas intersecções entre as obras literárias, mas uma delas nos interessa mais de perto: o fato de que, em sua maioria, o emprego da ciência e da tecnologia difere daquele proposto pelos primeiros pensadores e pensadoras da modernidade filosófica – e quem melhor comunica essa crítica para a contemporaneidade são as narrativas de ficção, principalmente a distopias.

Desde as histórias de Júlio Verne (1828-1905), H.G. Wells (1866-1946), Aldous Huxley (1894-1963), George Orwell (1903-1950), Ray Bradbury (1920-2012) e Yevgeny Zamyatin (1884-1937), até autores e autoras mais recentes como Philip K. Dick (1928-1982), Margaret Atwood (1938),

2012). Agostinho, em sua obra *Cidade de Deus (De Civitate Dei* – escrita entre 413 e 426, na nossa era), abordou a História terrena como uma cisão entre duas Cidades que teriam a mesma natureza, mas vontades diferentes. Na Cidade dos Homens, pertenceriam os que agem segundo os vícios da carne e, por isso, vivem em corrupção moral; enquanto que a Cidade de Deus abriga os que agem segundo o espírito e têm suas vontades inclinadas a Bem-aventurança (GILSON, 2010, p. 542). Estes são apenas dois exemplos de uma vasta área da literatura e da filosofia responsáveis pela pesquisa e a produção de sociedades perfeitas. O presente texto está centrado nas narrativas utópicas da modernidade filosófica a partir de *A Utopia* (1517) de Thomas More. A narrativa da sociedade insular de More é posteriormente tomada como uma possível estrutura para a construção das demais histórias, como as de Tommaso Campanella, *A Cidade do Sol* (1602) e a de Francis Bacon, *A Nova Atlântida* (1626).

³ Questão essa abordada em pesquisa de Iniciação Científica (2013 – 2014): “Conceitos distópicos no século XXI. Análise das principais obras distópicas do século XX e seus desdobramentos na sociedade atual”.

Úrsula K. Le Guin (1929-2018), William Gibson (1948) e Dave Eggers (1970), todos, em maior ou menor medida, questionam a tecnociência em usos que estão para além daqueles propostos por filósofos naturais modernos, qual seja, o uso da então filosofia natural⁴ para a manutenção da saúde, do bem viver, da construção da melhor cidade e, inclusive, do prolongamento da vida e alcance do paraíso; ou ao menos nos guiar adequadamente junto à *Nave Mãe Terra*. Assim, estas obras auxiliam a compreensão dos aspectos mais problemáticos de nossa sociedade; uma espécie de “sociologia do futuro” como defende o escritor Alvin Toffler (1970), visão que é corroborada pelo filósofo alemão Hans Jonas (2006, p. 74), para quem a ficção científica está presente na construção de importantes experimentos intelectuais.

Ainda que ampla e difícil de ser definida por completo, a ficção científica mantém sua extrapolação assentada em bases antropológicas, sociológicas, científicas, tecnológicas e filosóficas. Em nossa exposição, não pretendemos esgotar o debate sobre a importância da ficção científica. Ela será utilizada como ponto de partida para investigarmos quão longe foi o controle sobre a ciência, a tecnologia e o domínio da natureza. Essas ideias foram defendidas no começo da modernidade filosófica e estão circunscritas no pensamento do filósofo e estadista inglês, Lorde Chanceler Francis Bacon (1561-1626), cujos conceitos são exemplificados em sua narrativa ficcional, a utopia *Nova Atlântida* (1626).

Escrita como exercício metafórico da reforma do conhecimento proposta por Francis Bacon em suas obras filosóficas, a *Nova Atlântida* possui demonstrações dos mais importantes conceitos de sua filosofia – dentre eles, o objetivo último da humanidade de construir uma sociedade guiada pelo fazer tecnocientífico. As conquistas tecnológicas concretizaram em parte a ambição de Francis Bacon; todavia, ao contrário do que o filósofo inglês desejara, a ascensão da ciência como tecnologia não trouxe a emancipação da humanidade. Esses avanços tecnológicos ilustram o *leit motiv*

⁴ Por vezes, utilizamos ao longo do texto a filosofia natural como sinônimo de ciência natural ou ciência moderna, pois na época não havia tal distinção.

de Bacon: *Scientia potentia est* - saber é poder; além de fornecer demonstrações da capacidade da mente humana para compreender, dominar e controlar a natureza.

Embebido por essa crença, o ideal de progresso tecnológico e científico possibilitou avanços significativos tais como os demonstrados nas Revoluções Industriais, por exemplo. Por outro lado, também permitiu o surgimento de uma larga massa de trabalhadores explorados pelo resultado da utopia em progresso, tornando-os engrenagens de uma grande máquina industrial – como apontam os teóricos críticos. O conceito *razão instrumental* – fundado nesta escola alemã⁵ – defende que há uma razão técnico-científica – diferente de uma *razão crítica* – que ao invés de emancipar os seres humanos e livrá-los de seus problemas, teria se desenvolvido como um meio de intimidação, terror, desespero e medo. Francis Bacon é por vezes assinalado como um dos mais fervorosos defensores da ideia de progresso e desenvolvimento tecnocientífico e da construção de uma utopia assentada nesses valores. O que nos faz perguntar se o programa baconiano⁶ – descrito e exemplificado em sua *Nova Atlântida* –, tal como imaginado pelo filósofo, não teria se mostrado uma ameaça?

Antes de mais nada, devemos ter em mente que a *Nova Atlântida* também é uma obra de filosofia política; é o artefato mais perfeito a ser construído pelo ser humano: a sociedade perfeita (WHITE, 2013). Uma sociedade guiada por filósofos naturais conhecedores do método de Francis Bacon, o *Novum Organum*, e que alcançariam todas as benesses proporcionadas pelo avanço da ciência e da exploração e domínio da natureza. Comparado com outro importante filósofo político do período, Nicolau

⁵ O termo razão instrumental é usado por Max Horkheimer (1895-1973) no contexto da chamada Teoria Crítica. Refere-se ao estado em que determinados processos racionais são plenamente operacionalizados, ou seja, quando o sujeito do conhecimento toma a decisão de que conhecer é dominar e controlar a natureza e os seres humanos. A Teoria Crítica é o principal conceito desenvolvido pelos intelectuais alemães da chamada Escola de Frankfurt – Instituto para Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt. Dentre eles temos Theodor Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, entre outros (PETRY, 2013).

⁶ O programa baconiano pode ser compreendido como um novo conjunto de áreas de investigação, devido ao seu status como ciência à insistente característica do século XVII sobre a experimentação e a compilação de histórias naturais, incluindo a histórias dos ofícios; a este segundo grupo pertencem, em particular, o estudo do calor, da eletricidade, do magnetismo e da química (KUH, 1961).

Maquiavel (1468-1527), Francis Bacon não estava preocupado em escrever um discurso aos governantes. Seu objetivo estava centrado no conhecimento e no domínio da natureza – extrair dela, por meio da submissão e da vexação (ou constrangimento), informações para a constituição de sua sociedade perfeita. Para executar a tarefa utilizou a sua interpretação de mitos gregos em *A Sabedoria dos Antigos* e, é claro, a própria *Nova Atlântida*⁷.

Um dos objetivos da obra de Bacon era persuadir a Inglaterra de seu tempo que os investimentos na filosofia natural, ao seu modo, poderiam conduzir o reino inglês ao paraíso, sem demonstrar que a sua ideia de liderança governamental deveria partir dos filósofos naturais. A “*The Royal Society of London for Improving Natural Knowledge*” – instituição acadêmica britânica fundada em 1660 – exemplifica desde logo a ambição da *Nova Atlântida*. Hoje em dia, encontram-se nela homens e mulheres de ciência de toda a comunidade britânica com a finalidade de maximizar o conhecimento natural e os benefícios da humanidade. Assim, a tradição científica ocidental está pautada nos argumentos formulados e sintetizados por Francis Bacon no início do século XVII (FARRINGTON, 1971). O método experimental-indutivo de Bacon, bem como a defesa da atividade científica, da linguagem e da confluência entre a ciência e a técnica, são marcos constitutivos do pensamento moderno.

A crítica aos valores científicos atuais não é recente. Desde os eventos marcantes do século XX, como as Grandes Guerras e os atentados químicos e nucleares, a humanidade questiona sobre as implicações do desenvolvimento tecnocientífico. Soma-se a isso o fato de que o empreendimento de Francis Bacon não se resume somente à reforma do conhecimento e da ciência; sua estrutura de pensamento abarca também

⁷ *A Nova Atlântida* de Francis Bacon afasta-se consideravelmente da Atlântida de Platão. A história relata a experiência de uma sociedade imaginária que soube dominar as intemperes naturais e utilizá-las para vencer os vícios humanos, as doenças e os males da sociedade com a qual rivaliza: a Europa do século XVII – como demonstramos em 1.2. (p. 39). A narrativa de Platão conta como uma sociedade insular foi degenerada, ora pela miscigenação entre os reis-semideuses e os mortais, ora pela desobediência das leis divinas que regiam a cidade. Em suma, a Atlântida platônica foi punida pelos Deuses, ao passo que a Atlântida baconiana nos apresenta Homens tal qual Deuses: conhecedores das causas e do movimento das coisas, em processo de expansão dos limites do conhecimento humano (PLATÃO, 2002).

uma filosofia ética, moral, política e teológica (LE DOEUF, 1997). Intrinsecamente ao conhecimento e ao domínio da natureza, Bacon defende que os homens de ciência⁸ devem carregar consigo valores benevolentes e generosos que os motivem e que conduzam suas atividades científicas com vistas ao máximo benefício humano possível, quicá o alcance da redenção humana e a reconexão com Deus. O *fazer científico* baconiano não permitiria que os homens de ciência desvirtuassem o conteúdo de pesquisas científicas com vistas a outros objetivos, tais como a riqueza, a maximização do poder individual, a eliminação de um oponente, etc., conforme o autor demonstra ao extrair do mito de Dédalo uma ética para o desenvolvimento de artefatos (BACON, 2002). A reforma das ciências, no que se refere à constituição do programa de Bacon, aprimoraria também a relação do ser humano com a natureza e com a comunidade.

O filósofo alemão Hans Jonas (1903-1993), por exemplo, investigou os problemas sociais e éticos do desenvolvimento tecnológico durante o século XX. Em uma passagem de seu importante *O princípio responsabilidade* (2006, p. 235-238) intitulada *A ameaça tenebrosa contida no ideal baconiano*, Jonas discorre brevemente sobre como, em sua concepção, a promessa do programa baconiano se mostrou ameaçadora quando efetivada.

Mas é o próprio programa baconiano que, no ápice do triunfo, revela-se insuficiente, com a sua contradição intrínseca, ou seja, o descontrole sobre si mesmo, mostrando-se incapaz de proteger o homem de si mesmo, e a natureza, do homem. Ambos necessitam de proteção por causa da magnitude do poder que se atingiu ao se buscar o progresso técnico, cujo crescente poder engendra a crescente necessidade de seu uso e, portanto, conduz à surpreendente impotência na capacidade de pôr um freio ao progresso contínuo, cujo caráter destrutivo, cada vez mais evidente, ameaça o homem e sua obra. (JONAS, 2006, p. 236)

⁸ Optamos por manter a nomenclatura “homem de ciência” de acordo com os escritos baconiano, que utilizam essa forma como um sinônimo de “filósofos naturais”, conforme o *Advancement of Learning* (II. VII, 1).

O domínio sobre a natureza, presente no programa de Francis Bacon para a reforma do conhecimento, acabou por, na visão de Jonas (2006), subjugar a própria humanidade. O “ápice do triunfo” forjou o descontrole do mundo moderno – ou da *Nave Terra*. Sua magnitude pressiona o seu uso; o que nos faz incapazes de frear seu avanço desmedido. A grande promessa de salvação por meio da tecnociência avançou para o abismo da perspectiva apocalíptica, pois sem os valores defendidos por Bacon para o fazer científico há um vácuo a ser preenchido – pelo capitalismo ou pelo *Big Brother*, uma ingerência estatal fortemente presente e totalitária. Para Jonas, Francis Bacon:

[...] não contou desde as origens, na sua execução capitalista, com a racionalidade e a retidão que lhe seriam adequadas; porém, sua dinâmica de êxito, que conduz obrigatoriamente aos excessos de produção e consumo, teria subjogado qualquer sociedade, considerando-se a breve escola de tempo dos objetivos humanos e a imprevisibilidade real das dimensões do êxito (uma vez que nenhuma sociedade se compõe de sábios). (JONAS, 2006, p. 235)

A *Nova Atlântida* é uma sociedade formada e liderada por sábios filósofos naturais, mas a contemporaneidade não pode garantir a mesma “racionalidade e retidão” necessárias para a efetivação do programa baconiano expresso em sua utopia. Por compreenderem esse paradoxo, autores e autoras de ficção científica fazem da *Nova Atlântida* um arauto das distopias contemporâneas. Contudo, o descontrole sobre os itens tecnocientíficos parece ser apenas um lado da questão para os relatos distópicos.

As distopias realizam uma crítica ao curso e ao progresso de uma utopia em ação. Ao modificar o ponto de vista e/ou acentuar uma questão, seu conto desconstrói o sonho de um mundo perfeito pautado pelas narrativas tais como a de Bacon. Neste caso específico da utopia baconiana, as distopias circunscrevem uma crítica contundente as estruturas rígidas e fechadas da sociedade, da mesma forma que nas utopias do Seiscentos. Mas, ao mesmo tempo, lançam luz sobre como, a partir do século XVII, a ciência moderna foi cooptada para efetuar coerção e controle por parte do

Estado e/ou corporação – ou a figura megalomaniaca que o/a controla – sobre a população nessas histórias. Usualmente com auxílio da tecnologia.

O título “*Admirável Nova Atlântida*”, que dá nome à presente dissertação, é uma fusão do *Admirável Mundo Novo* de Aldous Huxley e da *Nova Atlântida* de Francis Bacon. Tanto Bacon quanto Huxley, ao construírem suas sociedades a propósito da questão tecnocientífica e do controle social, alcançam resultados complementemente diversos; o que se configura na obra de Huxley, uma distopia, e na de Bacon, uma utopia. Aliás, a obra de Huxley é o melhor exemplo de controle dos itens tecnocientíficos pelo Estado ou organizações maliciosas. O controle que as *Industrias Fordistas* fazem sobre a população – os bebês de proveta geneticamente condicionados e o narcótico *soma* – são exemplos tácitos do que foi explicitado anteriormente. Sendo a *Nova Atlântida* um dos resultados da filosofia de Francis Bacon, cabe-nos questionar novamente se a promessa do programa baconiano, exemplificado em sua utopia, realmente se mostrou uma ameaça ao ser efetivada?

Tal questão colocam frente a frente utopias e distopias ao exigir uma revisão histórico-conceitual de seus termos. Em nosso primeiro capítulo desenvolvemos um quadro comparativo entre as utopias e as distopias. Examinamos e esclarecemos ambos os conceitos, tendo como objeto de estudo o percurso histórico-conceitual que estes nomes possuem, desde Thomas More até as distopias contemporâneas. Somente a partir do breve levantamento historiográfico e filosófico dos termos no primeiro capítulo, pudemos circunscrever quais aspectos definem ambos os gêneros, quais os pontos em que se aproximam, em quais temas a Atlântida baconiana abre espaço para o questionamento de sua estrutura e como o declínio da utopia fez surgir um novo e tenebroso espírito utópico.

No segundo momento do texto, investigamos a *Nova Atlântida* na perspectiva da filosofia de Francis Bacon, ou seja, qual o papel de sua utopia dentro de seu programa de reformas do conhecimento. Ao entender a *Nova Atlântida* como uma das últimas obras de Bacon, cujo objetivo era

exemplificar conceitos apresentados por seus textos anteriores, analisamos brevemente seu programa de reformas do conhecimento. Paralelamente, consideramos aspectos éticos, teológicos e políticos da filosofia de Francis Bacon, muitos deles presentes em seu método e em suas interpretações mitológicas, que podem salvaguardar ou não o programa de Bacon da aproximação com as distopias contemporâneas e, algo que segue em debate junto às considerações finais da presente dissertação, da possibilidade perversa da efetivação de uma possível *Admirável Nova Atlântida*.

Capítulo I

Das utopias às distopias

As definições sobre utopia e distopia estão tão próximas que podemos apresentá-las como os dois lados de uma mesma moeda. Podemos ir além e dizer que a distopia é uma parte interna de uma utopia¹. Um aspecto *distorcido* que passa despercebido na narrativa de uma sociedade *perfeita*, mas que pode ser acentuado quando assim se desejar. Afinal, tanto a sociedade de *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro*, distopia de George Orwell, quanto as utopias de Thomas More e Louis-Sébastien Mercier (1740-1814), por exemplo, possuíam uma vigília constante de seus cidadãos, apenas para citar um exemplo.

São duas as teses existentes sobre o binômio utopia/ distopia. A primeira (1), em que ambos os conceitos estão em oposição, está presente em uma abordagem mais comum do tema; a segunda (2), na qual este primeiro capítulo cumpre a função de defender, atribui a utopia um papel ambíguo, tendo dentro de sua estrutura tanto aspectos positivos, as chamadas eutopias², quanto aspectos maliciosos, que chamamos distopias, além de cingir uma intensão determinada. A defesa da segunda tese sobre o tema nos ajuda a compreender a crítica distópica ao programa baconiano e à *Nova Atlântida*, sem que seja necessário traçar uma dicotomia. É necessário compreender – outro objetivo deste primeiro capítulo – quais elementos inclusos na utopia baconiana foram distorcidos ao serem implantados na composição de seu mundo perfeito. A autoridade e a

¹ Observaremos com maior detalhe os significados de utopia e distopia ao longo deste primeiro capítulo.

² Segundo Chauí (2011, p.376), o prefixo “eu-” indica “nobreza, justiça, bondade e abundância [...]”. “O sentido positivo pode ser observado em inúmeras palavras, como *eubosia*, a boa pastagem [...] *eugenia*, nobreza de origem”. Enquanto a utopia é o ‘não lugar’, a eutopia é o lugar demasiadamente bom.

centralidade da máquina estatal que possui controle absoluto sobre a ciência e a tecnologia, usando-as como aparatos de coerção, apresentam-se como ruídos distópicos de um mundo perfeito.

A ciência e a tecnologia serão muitas vezes os braços que garantirão o controle e a coesão das sociedades utópicas e distópicas, pois tanto a utopia – em seu aspecto eutópico – como a distopia versam sobre a centralidade do Estado e a naturalização da vigília. O componente que nos interessa em particular é *como* essas duas operações são asseguradas pelo uso extensivo da tecnociência – o que subverte sua proposta de uso inicial: assegurar o melhor dos mundos para os seres humanos.

A vida em sociedade não é algo que ocorra com plena tranquilidade para os primeiros escritores utópicos – possivelmente por uma desconfiança dos cidadãos que não partilham do acesso ao conhecimento comparado aos seus pares; certa cautela com quem precisa ser tutelado e instruído antes de assumir sua autonomia e seu papel histórico. Por acreditarem saber o que é melhor à população, estes autores impõem muitas vezes um código rígido de leis ou por vezes condicionam os cidadãos a viverem sem questionar as normas e os costumes em suas histórias.

Este primeiro capítulo apresenta um breve panorama histórico-conceitual da *utopia* e da *distopia*, ao buscar compreender qual a natureza dessas narrativas, e assim aproximar as obras distópicas de uma possível crítica ao desdobramento do programa baconiano de reforma do conhecimento e sua *Nova Atlântida*.

1.1. Das utopias

A palavra “utopia” foi criada pelo importante filósofo, diplomata e estadista inglês Thomas More (1478-1535) que concebeu o termo para nomear sua sociedade insular e perfeita: “*Um pequeno livro verdadeiramente dourado, não menos benéfico que entretedor, do melhor estado de uma república e da nova ilha de Utopia*” ou “*A Utopia*”. O nome “utopia” significa “o não lugar”. Thomas More chegou a cogitar a utilização de “*Nusquama*”

ou “*Nusquam*” como nomes para sua ilha, porém a definição destes verbetes latinos – *nenhum lugar* – lhe incomodava (VIEIRA, 2010). More não queria a “não-existência”, mas sim a possibilidade da existência de *outro* mundo, melhor e distinto do seu. Optou pelo grego, em que *u-* significa “não” e *-topos* “lugar, local”. Embora não saibamos a localização exata da Utopia, ela existe e sua função é se contrapor a sociedade real. A mudança de “nenhum” para o “não”, do latim para o grego, não foi infundada. Existe um conflito implícito em um “lugar” que também é um “não lugar”, pois embora sua existência não seja comprovada, sua possibilidade é possível de ser contemplada.

A crítica ao local está muito além da visão usualmente utilizada para se descrever a utopia, visão que é considerada no discurso popular e cotidiano, que sinaliza a utopia apenas como “um sonho ou um exercício de imaginação”. A utopia é a narrativa sobre a sociedade perfeita e feliz – e um discurso político – a exposição da cidade justa” (CHAUI, 2011, p.361). Tanto o conceito inicial de utopia quanto a trajetória do pensamento de Thomas More são itens indissociáveis em um primeiro momento. Assim, vamos nos descolar brevemente da temática baconiana para discorrer sobre a trajetória do pensamento moriano e da palavra *utopia*.

Próximo ao final do século XV, o jovem Thomas More abandona as matérias jurídicas e parte para o continente europeu onde inicia seus estudos em disciplinas Renascentistas, tais como a retórica, a poesia, a história, a gramática e a filosofia moral. O *studia humanitatis*³ – no auge no Renascentismo italiano – possibilitou o domínio sob a língua latina,

³ O corpo de estudos humanistas, que permeava o ensino do jovem More, era composto por línguas clássicas - latim e o grego - e pela preocupação com a retórica e a gramática. Este conjunto de disciplinas permitiu a recuperação de textos da Antiguidade Clássica, tais como os de Cícero, Platão, Epicuro, Lucrecio, entre outros filósofos. O humanismo renascentista desenvolveu-se em contraposição ao escolasticismo medieval ao propor, entre outras coisas, o rompimento com a sociedade absoluta, hierárquica e fechada. O conhecimento aberto e público demonstrara uma faceta mais libertária do conhecimento, tanto que para Bertrand Russel (2015, p. 22), o humanismo renascentista “estimulou também o hábito de ver a atividade intelectual como aventura social deleitosa, e não uma meditação enclausurada que almeja preservar uma ortodoxia predeterminada”. O movimento se espalhou pelas artes e pela literatura tendo como nomes importantes deste período: Erasmo, Montaigne, Nicolás de Cusa, Marsilio Ficino, Pico de la Mirandola, Valla, Ramus, entre outros. O foco na dignidade e na capacidade humana são elementos que estavam presentes na atmosfera filosófica dos séculos XIV e XV, e permitiram que o destaque prioritariamente no humano se espalhasse pela Europa (MORA, 1964, *verbetes*: “Humanismo”, p. 875-878).

fundamental para irradiar a cultura humanista que germinava na virada do século XV para o XVI (LOGAN, 2009). A formação de Thomas More concentrou-se na recuperação de textos da antiguidade clássica e tardia; textos que fomentavam o reconhecimento do valor do homem em sua totalidade, e a tentativa de compreendê-lo em seu mundo, que é o da natureza e o da história. Esse reconhecimento surge em contraposição ao pensamento medieval, cujos estudos eram elaborados para “um anjo ou alma desencarnada”. Os humanistas, com os quais More teve contato, buscavam elaborar um *curriculum* para um homem dotado de alma e de corpo. Um homem destinado a viver no mundo e a dominá-lo⁴.

O conhecimento permitiu que Thomas More lecionasse conferências sobre métodos exegéticos de análise e a historiografia do humanismo italiano em Oxford. O contato que teve com os filósofos antigos, e com o pensador Luciano de Samósata⁵ (120-181 d.C.), foram essenciais para a sua formação. Deste pensador em especial More traduziu quatro obras, algo que contribuiu para a confecção de sua *A Utopia* como veremos a seguir. Anos mais tarde, Thomas More se tornou jurista e estadista. Foi um líder importante em um período conturbado⁶ na Inglaterra. Sua extensa produção literária inclui cartas, diálogos e debates com Martinho Lutero (1483-1546), biografias e estudos históricos como a tradução de *A Vida de Pico della Mirandola* (1510) e a *História de Ricardo III* (1513/1518). Todavia, estes trabalhos são certamente eclipsados pela publicação da *Utopia*, sua *Magnum opus*.

⁴ A ideia da utopia de More é, de fato, um produto do Renascimento, um período em que o mundo antigo (a saber, Grécia e Roma), considerado o pico da conquista intelectual da humanidade, é tomado como modelo pelos europeus; mas também foi o resultado de uma lógica humanista, baseada na descoberta de que o ser humano não existia simplesmente para aceitar o seu destino, mas para construir o futuro (VIEIRA, 2010, p. 4).

⁵ Luciano de Samósata tem cerca de oitenta obras atribuídas a ele que revelam diálogos satíricos como forma de criticar a sociedade em que vivia (LOGAN, 2009).

⁶ Após os anos em Oxford e da conclusão dos estudos jurídicos, More tornou-se recluso. Entre dias de rezas e jejuns, cogitou seriamente seguir o sacerdócio. “Foi dissuadido, ao que parece, pela influência de Erasmo, que havia conhecido à época. Decidiu seguir a profissão de advogado, a mesma do pai”, (RUSSELL, 2015, p. 43). Em 1504 optou pela carreira política, em que teve grande sucesso: tornando-se representante de Londres (1510) e Lorde Chanceler da Inglaterra (de 1529 a 1532). Em 1535 foi condenado à morte por se opor à dissolução da Santa Sé inglesa, à ascensão da igreja anglicana e ao casamento entre Henrique VIII e Ana Bolena. Enforcado e decapitado, sua cabeça ficou exposta na torre de Londres durante um mês até ser recolhida por sua filha, Margaret Roper. Sua fidelidade a igreja de Roma lhe proporcionou a beatificação e a canonização em 1935, sendo More patrono dos políticos e dos governantes.

A *Utopia* narra o diálogo entre Thomas More e o navegador Rafael Hitlodeu em duas partes. Na primeira parte a obra discute diversos problemas vinculados à Inglaterra: a grande massa de pobres que invade as regiões centrais da ilha britânica, a forte onda de crimes que assola o país e a necessidade de propor algo novo⁷. A intenção do autor é provocar seu *alter ego* Rafael Hitlodeu, que irá descrever um relato de viagem sobre a ilha de Utopia na segunda parte do Livro.

Tanto Hitlodeu quanto More são dois lados da mesma personagem: uma mais reclusa e conservadora, descrita por Thomas More (enquanto personagem) e a outra progressista e aventureira, na figura de Hitlodeu. More utiliza Hitlodeu para dizer coisas que ele próprio não poderia dizer, mas que a sátira permitira, tal como as obras de Luciano de Samósata⁸; não é à toa que o nome “Hitlodeu”, significa “o contador de lorotas”. Ao desqualificar o interlocutor, tanto o More personagem quanto o autor do livro podem se afastar da figura que faz as críticas mais graves contra a Inglaterra do começo do século XVI. Thomas More chega muitas vezes a discordar de Hitlodeu, a desqualificá-lo e a tratá-lo com desprezo. Porém, sob a alcunha de um “contador de lorotas”, More toma parte de opiniões inclusive radicais para sua época, como a sugestão de uma espécie de “reforma agrária” – a partição de terras comunais na Inglaterra (HILL, 1991).

Estabilidade social, justiça, leis rígidas e justas, limpeza e urbanismo, transparência e coletivismo, são algumas das qualificações que More narra em sua obra em contraposição à Inglaterra do mesmo ano. Itens que compõem o imaginário de uma civilização perfeita, que ao invés de ser colonizada pelo europeu, acabou por colonizá-lo.

⁷ Parece-nos que a crítica que Thomas More apresenta estão no prelúdio da Lei de Cercamento, promulgada na Inglaterra de Elizabeth I, anos depois. A terra, entendida agora como bem de produção, é cercada por uma elite burguesa com interesse na produção de ovelhas para lã. A massa camponesa, que tinha na terra o único bem, é obrigada a migrar para os grandes centros urbanos. O processo se intensificou nos séculos XVII e XVIII e faz parte da fase incipiente da Revolução Industrial Inglesa (HILL, 1991).

⁸ Provavelmente Thomas More tenha utilizado a sátira em prosa aos moldes de Menipo, escritor grego antigo cujas obras não restaram, mas que foram mantidas parcialmente nos textos de Luciano de Samósata. Um romance cujos diálogos expõe críticas e ironias é um exemplo da sátira manipeia. O próprio fato de More ridicularizar Rafael Hitlodeu no conto nos indica que o pensador inglês utilizara desta estrutura, tal como seu amigo pessoal Erasmo de Roterdã havia utilizado em o *Elogio da Loucura*. A ridicularização do interlocutor não ultrapassa o campo da ofensa pessoal, o que afasta da sátira manipeia da sátira anteriormente praticada por Aristófanes (LOGAN, 2009).

A *Utopia* é uma obra que ainda possui espaço para estudos e interpretações dispares. Muitos estudiosos questionam a sua estrutura, suas motivações, sua mensagem e seu objetivo final, ainda hoje – 503 anos depois de sua publicação original. Para Chaui (2011, p. 372), “a utopia é um jogo intelectual no qual o possível é imaginário, combinando a nostalgia de um mundo perfeito perdido e a imaginação de um mundo novo instituído pela razão (...)”. Essa possibilidade de alcançar algo novo, pode ser compreendida como um dos primeiros passos para a compreensão racional do mundo; e para a criação de uma outra sociedade: perfeita e distante da Europa de seu tempo. Essa outra sociedade pode, na concepção dos utopistas, ser alcançada pelos navegadores do século XVI ou construída a partir dos exemplos trazidos nos relatos de viagem. A utopia de More compreende ambas as perspectivas ao abordar tanto o afastamento geográfico – o que tratamos como *localização* –, quanto aos exemplos de lei e ordem – a *legislação* de um Estado utópico.

Quanto à legislação, parece-nos que ao buscar uma sociedade perfeita Thomas More se deparou com um problema debatido durante à exaustão por outros filósofos e escritores do Renascimento: pode a cidade perfeita ser incorruptível e eficaz ao mesmo tempo?

A questão da relação entre o moralmente correto e o eficaz tinha profundo interesse para More, bem como para outros humanistas. A afirmação da identidade dos dois conceitos fora um tema comum do pensamento político humanista em seus primeiros tempos, quando ainda estava impregnado de Estoicismo⁹; no século XV, porém, alguns humanistas italianos começaram a

⁹ O Estoicismo é um movimento filosófico surgido na Grécia Antiga e que privilegia o exercício constante da virtude e da autossuficiência, permitindo ao homem que viva com o mínimo de bens externos. Sua ética, a parte mais conhecida deste movimento filosófico, é fundada na *Eudaimonia*, termo grego cujo significado literal é “o estado daquele que é habitado por um bom gênio”, ou seja, o estado de felicidade e bem-estar. “O primeiro imperativo ético é viver de acordo com a Natureza, isto é, de acordo com a razão, pois o natural é racional. A felicidade reside na aceitação do destino, na luta contra as forças da paixão que produzem agitação. Ao renunciar ao destino, o homem também se resignou da justiça, pois o mundo é racional e justo. A existência do mal e o fato da convivência nas paixões da naturalidade e da irracionalidade originaram uma *teodiceia* - conjunto de argumentos que, em face da presença do mal no mundo, procuram defender e justificar a crença na onipotência e suprema bondade do Deus criador, contra aqueles que, em vista de tal dificuldade, duvidam de sua existência ou perfeição - desenvolvida especialmente por Crisipo, que tentou justificar o mal pela necessidade dos opostos. O mal consiste no que é contrário à vontade da razão do mundo, no vício, nas paixões, que destrói e perturba o equilíbrio. No entanto, a teoria da resignação, que deveria ter levado aparentemente à aceitação de tudo o que existe como necessário, não impediu os estoicos de exercer uma crítica social e política e defender reformas baseadas em seus ideais de cosmopolitismo e sábios. O

afirmar que *nem sempre a honestas é igual à utilitas* (LOGAN, 2009, p. XXXVII).

É o caso do pensador italiano Nicolau Maquiavel (1469-1527), a quem recorreremos aqui brevemente como um importante contraponto à filosofia política de Thomas More. Maquiavel, ao estabelecer as bases do realismo político, advogou pela perpetuação do Estado monárquico à revelia de seu caráter benevolente e moralmente justo e de uma possível constituição republicana da vida social. Thomas More não teve contato com *O Príncipe*¹⁰ para elaborar a sua *Utopia*¹¹, contudo, o contexto em que os dois autores escreveram estava imerso na tradição do pensamento Renascentista humanista, que buscara uma resposta para este problema: o conflito entre *honestas/ utilitas* (o moralmente correto e o eficaz). Essa dicotomia foi parcialmente reunida em *A Utopia* de More para garantir a estabilidade social, a igualdade¹² e a felicidade plena. O resultado é obtido em especial

contexto estoico de muitas personalidades do mundo romano vale a prova dessa característica do estoicismo, que se manifesta mais vigorosamente quando a parte teórica está sendo encurralada pela concepção do estoico como uma atitude para a vida e até mesmo como religião" (MORA, 1964, p. 585-586).

¹⁰ De acordo com Maquiavel, os homens aspiram ao poder ou à ordem e segurança: aqueles que aspiram ao poder e são capazes de conquistá-lo e geri-lo são os "príncipes" ou "chefes" das "cidades"; aqueles que aspiram à ordem e à segurança são os "sujeitos naturais". Assim, se todos os homens são sempre e em todos os lugares "o mesmo", parece que, do ponto de vista político, eles se manifestam fundamentalmente nas duas formas mencionadas. Em qualquer caso, Maquiavel assume que existe uma "natureza humana" e que isso é invariável através da história. Junto com essa suposição sobre o homem, prevalece um "humor pessimista" em Maquiavel, na medida em que ele acha que os homens são naturalmente "corrompidos" e prontos para satisfazer suas paixões, por isso é necessário mantê-los para tornar a sociedade mais inteligente. Não pode existir (ou subsistir) sem ordem e, ao mesmo tempo, o sonho não é possível sem a coerção e a força que os poucos chefes exercem, ou devem exercer, se querem manter o poder sobre os dominados". O "príncipe", por outro lado, é "além do bem e do mal", porque sua característica capital é a *virtú*, a força e a astúcia necessárias para ser colocado à frente do Estado, para governá-lo e mantê-lo no poder contra todos os inimigos. O "príncipe" deve levar em conta a "fortuna", ou o conjunto de circunstâncias que estão fora de sua vontade. Quando é viável, ele deve colocar a "fortuna" a seu serviço ou saber como "resistir": estritamente, a "resistência" à "fortuna" é tão habilidosa quanto o exercício da *virtú* (MORA, 1964, p. 109-110).

¹¹ A obra do escritor italiano foi publicada postumamente em 1532 e a narrativa de More em 1516.

¹² A igualdade é um dos temas centrais presentes nas utopias e é, por vezes, equivocadamente confundida por igualitarismo. Segundo o historiador e filósofo político italiano Norberto Bobbio em seu *Direita e Esquerda*: "Em sua formulação mais radical, a igualdade é o traço comum das cidades ideais dos utopistas, assim como uma feroz desigualdade é o sinal admoestado e premonitório das utopias ao contrário, ou "distopias" [...]. Igualitarista é tanto a proposição que deu origem à utopias, como a de Thomas Morus [ou More], para o qual 'até quando ela [a propriedade] perdurar, pesará sempre sobre a maior e melhor parte da humanidade o fardo angustiante e inevitável da pobre e da desventura'" (BOBBIO, 2011, p. 116). Ou seja, a grande parte das utopias está assentada sobre a ideia de igualdade; ideia essa que, quando é exacerbada, alcança o igualitarismo - regime em que tudo é de todos, eliminando a diversidade e a individualidade, enquanto reforça a impessoalidade. Esse movimento que busca garantir o igualitarismo pode ser visto tanto como um aspecto assertivo, como desfavorável. É assertivo e com valor positivo na obra de More, mas em distopias como as de Orwell e Huxley não. Há então duas possibilidades de acesso às distopias, tendo como ponto de partida uma utopia: (1) a desigualdade - que pode ou não estar atrelada a regimes liberais ou

por três fatores: (1) a constituição de sua sociedade como negação da realidade, (2) sua legislação e decisões políticas e (3) sua posição no tempo e no espaço – sua localização. A resolução apresentada garante ao cidadão utopiano a plena satisfação com sua sociedade.

A negação da realidade está parcialmente expressa em sua nomenclatura – “o não lugar” é algo que existe como negação da sociedade em que se está. Abre-se uma possibilidade de buscar fora uma resposta para as vicissitudes de dentro de seus reinos, estados e cidades.

As decisões políticas e a legislação se desdobram para além do debate sobre *honestas/utilitas*, pois estabelecem também novas dicotomias. O impasse sobre o modo de governo na sociedade perfeita: seria ela uma república – algo que depende da vontade geral – ou uma monarquia – que presa pela paz e a submissão a um grupo específico de líderes? Nem plenamente monárquica e nem absolutamente republicana, *Amaurota* – a capital e cidade “não-visível” na narrativa de Thomas More – é um meio termo entre os sistemas de governo, que busca sincronizar os pontos positivos de ambos, enquanto suprime seus aspectos mais problemáticos, para solucionar uma questão bastante contemporânea aos humanistas de sua época: a relação entre *honestas* e *utilitas*.

O Humanismo político renascentista possui duas vertentes principais: a republicana e a monárquica. Os republicanos afirmam que o valor político fundamental não se encontra nas qualidades pessoais do governante e sim na liberdade. Se esta é o valor político supremo, que riscos podem ameaçá-la? Aqueles trazidos pela desigualdade. A liberdade só pode ser conservada por meio da igualdade, isto é, da justiça. Os monarquistas afirmam que o valor político fundamental é a paz. Que riscos podem ameaçá-la? A existência de facções, que acendem conflitos e rebeliões. A paz só pode ser conservada por meio da ordem, isto é, da lei. Essas duas vertentes do pensamento político serão reunidas na *Utopia* de More (CHAUI, 2011, p. 366).

autocráticos [respectivamente, *Fahrenheit 451* de Ray Bradbury e *Mil novecentos e oitenta e quatro* de George Orwell] e; (2) o igualitarismo desfavorável e com valor negativo que encontramos em *Nós*, do escritor russo Yevgeny Zamiatin. Os resumos sobre as obras citadas estão nas notas 48, 49, 50 e 51.

Se plenamente republicana, a cidade ideal de More teria como bem supremo a liberdade de seus concidadãos. Por meio de instituições sólidas e justas, e da eliminação da propriedade privada, todos viveriam sem desigualdades sociais. Por seu turno, se plenamente monárquica a cidade de More privilegiaria a paz. E tendo a paz como item máximo a legislação rígida despontaria como resposta possível, convergindo os interesses dos cidadãos aos interesses do Estado. A lei e a eliminação da desigualdade por meio da abolição da propriedade privada garantem que Amaurota viva sem conflitos. Como nos diz o próprio Rafael Hitlodeu, personagem principal de *A Utopia*:

O território de cada cidade se estende por pouco mais de trinta quilômetros em todas as direções ao seu redor, sendo maior nos casos em que a distância entre uma cidade e outra é maior. Nenhuma cidade tem a menor intenção de ampliar seus limites, pois o solo é visto como terra a ser cultivada, e não como propriedade (MORE, 2009, p. 89).

E também em:

Na *Utopia*, as leis são pouco numerosas; a administração distribui indistintamente seus benefícios por todas as classes de cidadãos. O mérito é ali recompensado; e, ao mesmo tempo, a riqueza nacional é tão igualmente repartida que cada um goza abundantemente de todas as comodidades da vida (MORE, 2009, p. 69).

Igualdade, justiça e ordem só foram possíveis graças ao fim da propriedade privada. Todavia, o preço que se cobra é evidente: é necessário que cada indivíduo se identifique plenamente com a lei do Estado e a naturalize na vigília constante. Em um primeiro momento, ambas as características parecem ter saído de um livro de literatura distópica. A alternativa autoritária é apresentada em contraposição a realidade vivenciada por europeus contemporâneos a essas obras, que buscavam a proteção de seus corpos, a igualdade, o fim da fome, da pobreza e da guerra. As necessidades físicas e materiais configuram-se como uma das facetas necessárias para entender o sucesso das narrativas que suprimiam

a liberdade à revelia da felicidade encontrada na segurança física e material (MINOIS, 2016). É a busca por uma condição de subsistência que alimenta o interesse utópico pela absoluta alteridade. Vejamos, então, como a utopia de Thomas More apresenta claramente um projeto político para a Inglaterra do século XVI:

Utopia tem poucas leis, pois a formação dos cidadãos é tal que poucas já bastam. Uma das coisas que mais criticam nos outros países é o fato de que, apesar da enorme quantidade de volumes sobre leis e interpretações das leis que possuem, não parecem nunca ter o suficiente (MORE, 2009, p. 156).

Para o bom funcionamento da sociedade, More advoga por um código de leis sucinto e objetivo, mas que garanta ao Estado autonomia suficiente para adequar e disciplinar comportamentos que fujam da norma padrão imposta pelo acordo social que inaugurou aquela sociedade.

Há algo a mais na crença de Thomas More, que é o fato dos utopistas não acreditarem no homem tal como ele é e, conseqüentemente, na vontade geral de uma população. Os cidadãos da sociedade utópica já foram educados e condicionados às atividades, direitos e deveres em suas cidades; a massa de homens e mulheres do século XVI não. Não obstante, ao invés de propor a liderança aos filósofos, como faz Platão em *A República*, More apela a centralidade do Estado e ao condicionamento dos cidadãos, algo que demonstra desconfiar da população que não teve contato com o *studia humanitatis*.

As sociedades utópicas são construídas por seres humanos e são destinadas a eles. E é porque os utopistas muitas vezes desconfiam da capacidade dos indivíduos de viver juntos, que encontramos um conjunto rígido de leis no coração das sociedades utópicas - regras que obrigam os indivíduos a reprimir sua natureza não confiável e instável e colocar uma capa social conveniente (VIEIRA, 2010, p. 7)¹³.

¹³ Trata-se de uma tradução livre de nossa parte. Todas as vezes em que ocorrer uma tradução livre, o texto na língua original segue na nota de rodapé. "Utopian societies are built by human beings and are meant for them. And it is because utopians very often distrust individuals' capacity to live together, that we very frequently find a rigid set of laws at the heart of utopian societies - rules that force the individuals to repress their unreliable and unstable nature and put on a more convenient social cloak".

Viver em uma utopia é viver sob a égide de um código de leis inquestionável e intransponível, mas com as necessidades básicas atendidas pelo poder central. O contrato social que uma utopia apresenta não permite o questionamento individual nem coletivo dos cidadãos. Não há vontade geral, nem a necessidade de discussões ou conflitos. A esperança e o fim da desigualdade são a força motriz capaz de demolir o medo de homens e mulheres. Em contrapartida, mesmo que de forma velada, existe um aval da população que se submete a este acordo, no caso da utopia de More, a vigília constante, os casamentos arranjados, o trabalho obrigatório e temporário nos campos, as constantes mudanças de residências, etc.; tudo aceito de forma incontestável.

Diferentemente do *contratualismo* ou da teoria do contrato social, segundo a qual a sociedade humana deve sua origem – ou, melhor, sua possibilidade como sociedade – a um contrato ou pacto entre indivíduos, o contrato social presente em uma utopia é fixado de cima para baixo e por meio de rígidas normas. Este apoio velado e a estrutura central e autoritária do estado são elementos que reúnem diversas obras em um espectro que vai de eutopias às distopias, mas que resolve temporariamente a dicotomia *utilitas/ honestas*. Além disso, sua efetividade só ocorre, pois, sua existência não está vinculada a sociedade presente: é um outro lugar, geograficamente distante, esquecido no tempo e no espaço. A localização e a legislação de uma utopia são os fatores essenciais para a construção de uma sociedade da alteridade – da natureza ou condição do que é distinto, do que é o outro.

Ao observarmos a localização de uma utopia no espaço e no tempo, propomos a classificação em dois tipos distintos de narrativa: (1) místicas-edênicas ou (2) as geográficas. As do primeiro tipo são histórias cujas narrativas se concentram em um paraíso passado ou futuro, ou seja, em um período pré-adâmico ou em um futuro distante em que o mundo reatou os laços com Deus e a natureza, rompidos desde o pecado original. Este

primeiro tipo de utopia inclui as escatológicas¹⁴, em que a felicidade se localiza no fim dos tempos e no retorno do Messias.

As de segundo tipo são geográficas e a localização das cidades nos é desconhecida. Estão fora do tempo, assim como as outras, com a particularidade de se localizar também fora do espaço, donde o fato de serem insulares ou de estarem distantes das civilizações europeias, por serem justamente a negação desta civilização. Uma sociedade insular e inatingível fica salvaguardada dos males, como a fome, a corrupção e as doenças. A viagem até lá guarda um ímpeto de mudança. O viajante que regressa à terra natal, uma vez tendo experimentado a vida em uma sociedade utópica, é um agente de mudança potencial. Sua missão é divulgar o testemunho, o que vemos expresso na utopia moriana, por exemplo.

As viagens e as utopias mantêm o diálogo por meio do tema da descoberta do novo mundo. O caráter geográfico dessas narrativas intersecciona as viagens do navegador Cristóvão Colombo (1451-1506) com a carta de Pero Vaz de Caminha (1450-1500) – escrivão da frota de Pedro Álvares Cabral -, fontes de inspiração para a utopia de More. A forte relação entre as viagens e as utopias fizeram com que muitos escritores de utopias lançassem mão de artifícios literários, tal como os relatos de viagem para demonstrarem a sua sociedade ideal. Por certo, a lógica humanista das utopias exemplifica que o Homem não nasceu simplesmente para aceitar o seu destino. O Homem pode e deve utilizar a razão para imaginar outros mundos possíveis e outros futuros desejáveis conectando o mundo real e um mundo ideal. Nas primeiras narrativas literárias utópicas – concentradas nos séculos XVI e XVII – geralmente um viajante, figura que por vezes é um navegante perdido com sua tripulação, é

¹⁴ As utopias escatológicas estão assentadas em uma tradição judaico-cristã que aponta o surgimento de uma sociedade perfeita com o retorno do messias, trazendo consigo justiça e igualdade. São exemplos a descrição da Idade de Ouro nos poemas de Virgílio e Ovídio, e o retorno ao Paraíso, propostas pelas correntes milenaristas medievais. Destas últimas destacamos um exemplo particularmente profético do místico Joaquim de Fiore (1132-1202), que interpretara a história mundial dividindo-a em três eras. A última, a era da sabedoria, é marcada pela volta de Cristo e regida pelo amor, pela amizade, pelo espírito e pela liberdade, e que coincidentemente Fiore havia profetizado para o ano de 1789, ano da Revolução Francesa (CHAUI, 2011; MINOIS, 2016).

convidado a conhecer aquela sociedade insular e observar a utopia em perfeita harmonia.

O grande aumento de viagens além-mar não acabou com as utopias geográficas. As narrativas utópicas permanecem com força no século XVI, algumas incorporando elementos antropológicos, tais como: as descrições físicas dos habitantes e das paisagens paradisíacas (CLAEYS, 2013). A América representava uma era de ouro mais vívida e fantástica para a produção destes relatos. O filósofo francês Michel de Montaigne (1533-1592) é um exemplo da simbiose entre o relato geográfico antropológico com ares de utopia em seu “*Os Canibais*”¹⁵, texto de 1580.

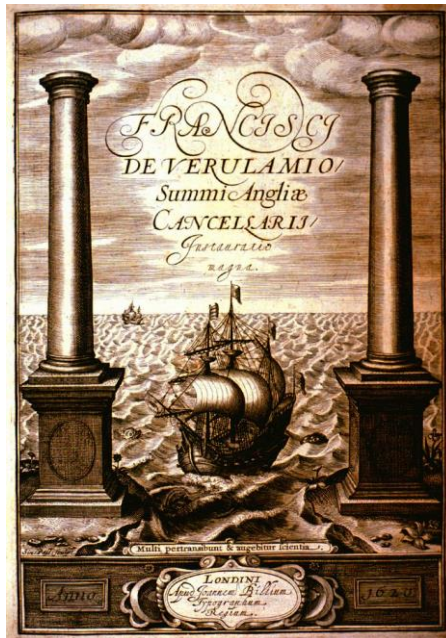


Figura 1 - Frontispício da *Instauratio Magna*

¹⁵ Michel de Montaigne apresenta em *Os Ensaios: Dos Canibais* uma descrição de uma sociedade localizada da França Antártica – atual Rio de Janeiro, no Brasil. Os índios Tupinambas, descritos por Montaigne, são “simples e rudes”. Essa sociedade pacífica se desdobra em uma utopia, cujas doenças foram abolidas, a alimentação é farta e os habitantes dividem as tarefas e as moradias. O título faz referência aos rituais antropófagos, em que os índios vencedores devoram os derrotados em uma batalha e absorvendo suas virtudes, como a coragem. Ao passo que ser devorado pelo adversário garantiria ao derrotado o alcance de um mundo além da vida. A análise funciona como um contraponto entre o que é “civilização” e o que é a “barbárie”, ao questionar se a sociedade europeia não seria esta última (MONTAIGNE, 2015).

A estrutura de uma utopia geográfica, como a de Thomas More, se faz ilustrada pela busca do paraíso terreno, sendo a viagem e a descoberta partes de seu princípio básico. Tanto Thomas More como Francis Bacon fomentam suas utopias assentados nas viagens de grandes navegadores por terras nunca descobertas. A busca por descobertas e novas aventuras, ideal almejado por tantos navegadores, nos remete ao frontispício de uma das principais obras de Francis Bacon, a *Instauratio Magna* (Figura 1, p.37). O frontispício da *Instauratio Magna* (Grande Instauração), de Francis Bacon – de 1620 – retrata um navio ao navegar por duas colunas clássicas – colunas de Hércules – em direção a um mar aberto. A imagem simboliza a passagem para além dos limites da erudição clássica (isto é, o grego antigo) em um reino de conhecimento natural, potencial e ilimitado. Os limites mitológicos são ultrapassados e, portanto, Bacon se coloca cruzando e se distanciando da filosofia clássica. Duas caravelas navegam em mar aberto, em que uma delas rompe com sua proa as águas que separam esse limite posto pelas colunas. O oceano está aberto para as novas descobertas e novos mundos. A imagem e seu sentido alegórico inspiram-se no frontispício do *Regimiento*¹⁶ de Navegação de Andrés García de Céspedes (1560-1611), publicado em 1606.

Ao localizar a utopia fora do tempo e do espaço – real significado de “não lugar” –, os utopistas garantem que o modo de governo proposto será efetivo. No caso específico de Thomas More, a híbrida estrutura criada entre monarquia e república pode garantir a ordem e o fim da desigualdade; um mundo diametralmente oposto ao vivenciado por More no início do século XVI inglês. No decorrer dos séculos, a utopia geográfica e a utopia edênica vão se transmutar em um outro tipo de utopia: a *euchronia*, ao localizar a sociedade perfeita na mesma linha do tempo do autor, porém no futuro. Com as *euchronias* a utopia deixa de ser somente a negação e a crítica, pois, enquanto história futura, é agora *inseparável* de sua realidade originária; a utopia passa a ser vista enquanto *projeto*. As futuras utopias-

¹⁶https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/31/1606_Regimiento_de_navegacion_Andres_Garcia_de_Cespedes_-_Frontispicio.jpg (Acesso: 02.jun.2018)

euchronias reconectam a possibilidade de uma sociedade se salvar em futuro distante, desde que os alicerces éticos sejam implantados no aqui e no agora¹⁷. As utopias-euchronias surgem a partir do século XVIII (1.3. – p.52).

A obra de Thomas More – 503 anos depois – permanece como modelo *das utopias*. Uma criação de fundamental importância para a história do pensamento ocidental e para a filosofia política. Por isso, adotamos a obra como exemplo para demonstrar duas características presentes tanto nas utopias como nas distopias: (1) o modo de governo e a (2) sua localização. Se a estrutura utópica é corrompida para que sua face distópica se sobressaia, é na análise de ambas as características vislumbradas que encontraremos as possíveis falhas na formulação de um mundo perfeito. Teremos aí, talvez, um método para compreender estruturas utópicas e distópicas.

1.2. Francis Bacon e a *Nova Atlântida*

As utopias que surgem no século XVII mantêm o padrão estabelecido por Thomas More; com suas cidades geograficamente distantes, limpas, harmônicas e geometricamente planejadas e o controle rígido das instituições. Destacam-se *A Cidade do Sol*¹⁸ de Tommaso Campanella (1568-1639) e as obras de Jan Amos Comenius (1592-1670), Johann Valentin Andreae (1586-1654) e Joseph Glanvill (1636-1680), estes últimos com a particularidade de interseccionarem suas utopias com a questão do conhecimento científico. “Utopias com aparência de ficção científica anunciam um

¹⁷ *L'An deux mille quatre cent quarante* de Louis-Sébastien Mercier – que abordaremos mais adiante no item 1.3. (p. 44) – alicerça seu futuro perfeito e utópico nos pressupostos do iluminismo francês.

¹⁸ *A Cidade do Sol* (1602) descreve uma sociedade sem dinheiro e sem propriedade privada, aproximando-se da utopia moriana, cuja propriedade privada também fora abolida. Os habitantes da cidade acreditavam que a propriedade estimulava o egoísmo nos homens, incentivando-os a lutar cada vez mais por terras e bens. A liderança cabe ao príncipe-sacerdote de nome “hoh, o Metafísico”. O governante ainda conta com a ajuda de “Pon”, “Sin” e “Mor”, que respectivamente significam: “Potência, Sapiência e Amor”, sendo o primeiro responsável pela defesa e pelas artes da guerra, o segundo pelas artes liberais, mecânicas e científicas e o último pela reprodução humana na cidade. Nesta utopia há outros elementos compartilhados com a utopia de More, com destaque para o coletivismo e a construção da cidade: geometricamente perfeita em seus círculos e semicírculos. O personagem principal também é um navegador perdido que se depara com uma sociedade com vistas ao progresso. Campanella escreve sua obra como resposta a intolerância religiosa da Igreja Católica de sua época, sendo este um ponto importante de interseção com a obra de More (CAMPANELLA, 2004).

mundo em que a tecnologia libertará o homem da maioria de suas obrigações materiais” (MINOIS, 2016, p. 481). O desenvolvimento da técnica poderia resolver diversas questões das utopias ao garantir o alcance do melhor dos mundos possíveis.

Estas novas obras descrevem a expectativa em torno da nova ciência. O conhecimento científico passa a ser um tema comum em todas essas utopias, embora não signifique que todas compartilhem exclusivamente da crença no progresso científico. Aliás, muitas das narrativas do período partilhavam itens religiosos e herméticos para compor o seu mundo perfeito.

Todavia, a união entre utopia e ciência é algo que se consolida no século XVII e o destaque, sem dúvida, é para a *Nova Atlântida* de Francis Bacon. Essa obra foi escrita em seus últimos anos de vida editada posteriormente por seu assistente William Rawley e datada de 1627. Ela “tornou-se o protótipo de todas as utopias subsequentes baseadas em fundações científicas e tecnológicas” (CLAEYS, 2013, p. 151). Na Atlântida baconiana cabe ao Estado atribuir felicidade, ordem, harmonia, desenvolvimento e o interesse na filosofia natural, afastando-se do pensamento utópico usual.

Assim como Thomas More, não é possível dissociar a construção da utopia de Francis Bacon de sua biografia. O Lorde Chanceler Francis Bacon nasceu no dia 22 de janeiro de 1561, foi o 8º filho de Sir Nicholas Bacon – Lorde Keeper – e de Anna Cook. De maneira semelhante a Thomas More, Bacon seguiu os passos do pai, que era funcionário da corte da Rainha Elizabeth I. Foi educado na carreira política e diplomática. A mãe, muito religiosa, fez de Bacon um jovem estudante das Sagradas Escrituras e dos ensinamentos religiosos. A condição dupla, entre a política e a religião, serão aspectos importantes em sua jornada filosófica, pois boa parte de seus escritos possuem ambos os elementos. Com relação aos primeiros interesses, Bacon, após ter estudado no Trinity College, cursou direito no Grey’s Inn. Sua vida política começou em 1585, quando então foi eleito deputado para o parlamento inglês. Tal qual Thomas More, sua carreira ascendente

lhe levou ao mais alto cargo político da época: *Lorde Chancellor* em 1618¹⁹. Acabou sendo acusado de corrupção²⁰, julgado e condenado em 1621. Teve a pena amortecida pelo Rei Jaime I, mas perdeu o prestígio e o cargo político que conquistara. Durante os anos que se seguiram dedicou-se as obras filosóficas, tendo iniciado um grande programa de reforma dos saberes²¹. Morreu em 1626 vítima de uma bronquite resultante de seus experimentos com neve no inverno londrino²².

No campo filosófico, o objetivo de Francis Bacon era se afastar dos argumentos aristotélico-tomistas dos escolásticos, cujo o foco se concentra nos conhecimentos adquiridos pela lógica aristotélica, especialmente pelos silogismos; algo que Bacon acreditava ser inútil e tautológico. Era necessário, segundo o filósofo inglês, reinstaurar o papel da filosofia natural e do fazer científico na filosofia. Embora o desejo fosse de romper com as tradições medievais, Bacon não propôs um rompimento absoluto com a religiosidade, pelo contrário, seu projeto de instaurar uma reforma das ciências está intrinsecamente vinculado a valores éticos e teológicos²³.

A *Nova Atlântida* narra a história de um grupo de cinquenta e um tripulantes em um navio mercador e que tinham por objetivo alcançar o sudeste asiático pelo Oceano Pacífico. Em certo momento, nos conta o narrador, os ventos que guiavam a embarcação se tornaram contrários ao

¹⁹ Esse interesse por questões políticas e morais foi, em parte, compartilhado no seu importante *Essays*, publicado em 1597, em sua primeira edição, e nas obras de teor mais jurídico *The Elements of the common Lawes of England* (1630), *Cases of treason* (1641), *The learned Reading of Sir Francis Bacon upon the statute of uses* (1642) (ZATERKA e BARBOSA, 2017, p. 198).

²⁰ Francis Bacon confessou que recebeu um presente indevido de uma das partes em um julgamento e por isso foi afastado do cargo. Em certa passagem da *Nova Atlântida* os funcionários da burocracia de *Bensalém* satirizam o que eles chamam de *duplo-pagamento*. Acontece que por mais de uma vez alguém da tripulação tenta agradecer uma gentileza com um presente: ouro ou mercadoria. Os funcionários recusam aos risos dizendo que não se pode receber duas vezes por algo: o salário e a *gorjeta*. Essa é uma das mais claras e certeiras críticas a estrutura política inglesa de seu tempo, uma vez que os altos cargos na coroa não eram remunerados.

²¹ Cf. o segundo capítulo da presente dissertação (p. 71).

²² “O Sr. Hobbes me disse que a causa da morte de vossa Senhoria foi a tentativa de fazer um experimento; isto é, como ele estava tomando ar em uma carruagem com o Dr. Witherborne em direção a Highgate, a neve cobria o chão, e ela veio nos pensamentos dele, porque a carne fresca não poderia ser preservada pela neve, como ocorre com o sal? Eles resolveram que iriam testar o experimento de uma só vez; [...] A neve o refrigerou, que vossa Senhoria imediatamente caiu muito doente, que não pode voltar mais para a sua hospedagem” (AUBREY *apud* ZATERKA e BARBOSA, 2017, p. 196).

²³ Cf. o segundo capítulo da presente dissertação (p. 71).

destino posto. O navio ficou cinco meses navegando em águas desconhecidas até que, e após as inúmeras preces a Deus²⁴, ventos fortes do sul conduziram a embarcação para o norte. No dia seguinte a tripulação avisou a capital da *Nova Atlântida*, a cidade de *Bensalém*. Devido a baixa nos mantimentos e a alta quantidade de enfermos, decidiram buscar abrigo nesta civilização misteriosa.

Acolhidos e alojados em um estabelecimento consular de nome *Casa dos Estrangeiros*, a tripulação enferma iniciou uma quarentena para a recuperação. Neste momento o narrador, que não se encontra entre os doentes, é convidado a conhecer aquela sociedade. Três interlocutores são responsáveis por esclarecer o narrador (e o leitor) das estruturas relativas à religião, ao convívio social, aos costumes e à *Casa de Salomão*, a principal instituição da ilha, um enorme colégio voltado à pesquisa científica. Aos poucos o narrador é apresentado a esta sociedade que abusa de eficientes instrumentos técnicos e tecnológicos para a preservação da saúde e do bem-estar coletivo. Um mundo para além do velho continente europeu tal como visto por estes homens.

Os três interlocutores na obra são: o administrador da *Casa dos Estrangeiros*, o Sacerdote da *Casa de Salomão*, e Joabin²⁵, o judeu. Do narrador nada sabemos. Não é o capitão comandante da tribulação, nem tão pouco alguém de baixa patente. A impessoalidade do narrador e o seu distanciamento são ferramentas que permitem ao leitor projetar-se neste homem e partilhar com ele as informações deste novo mundo. O narrador é um *narrador coletivo*, pois permite que cada leitor se projete no corpo deste viajante com o objetivo de ampliar nossa imersão na história.

A utopia baconiana está fundamentada no exercício ficcional construído a partir de empreendimento filosófico-científico de Francis Bacon. A

²⁴ Em determinado momento sabemos que a *Casa de Salomão* possui a capacidade de dominar os ventos. Teriam eles mesmos atraídos a população? Essa é uma questão que fica em aberto na obra.

²⁵ Mais misterioso de todos os três, Joabin é peça fundamental para a percepção social e moral da sociedade bensalemita. O carismático mercador é o único personagem que estreita um singelo laço de amizade com o narrador. Além de exemplificar a tolerância religiosa na cidade – pois Joabin discorre livremente sobre vários assuntos, incluindo filosofia moral; o comerciante demonstra que o comércio é um importante item na estrutura social do local.

instituição que controla esse empreendimento filosófico, e o desenvolvimento científico em Bensalém, é a *Casa de Salomão*, cuja função, nos diz Bacon (2008, p. 90), é a de “garantir o conhecimento das causas e movimentos secretos das coisas; e a expansão das fronteiras do Império Humano, para efetuar todas as coisas possíveis”. A *Casa de Salomão* também é fundamental para a harmonia social e política de *Bensalém*, bem como a regulação da religião pela atividade científica. Bacon, assim como os utopistas anteriores a ele, se preocupa com o choque de diferentes instâncias de poder.

Um embate de interesses divergentes ou qualquer abertura a possíveis conflitos pela ascensão ao poder colocaria em risco a estabilidade de suas instituições e, conseqüentemente, o perfeito equilíbrio do projeto utópico. Como único meio de se evitar tais incômodos, Bacon propõe a sujeição incontestável de certos grupos sociais fortemente influentes nas questões públicas, como o clero, a família e a intelectualidade, aos interesses da Casa de Salomão, não de forma a extinguir-lhes os atributos e funções específicas, mas, sim, de usar tais especificidades como veículo de difusão e manutenção dos elementos que compõem a ordem pretendida (MORAES, 2008, p. 14).

Na sociedade da Atlântida baconiana todos os estamentos sociais estão condicionados a obedecer a Casa de Salomão, o que faz desta o verdadeiro objetivo da viagem. Embora seja uma monarquia e para tanto possua um rei, este não se faz presente em nenhum momento do livro. Dos reis de *Bensalém*, sem dúvida é o rei Salomona o mais importante dentre todos os monarcas, já que priorizou o desenvolvimento científico ao fundar a *Casa de Salomão*, lhe entregando poderes autônomos, superiores aos da coroa, e uma parte significativa de sua riqueza²⁶ (MORGADO, 2008, p. xxv). O monarca atual da narrativa aparece apenas em símbolos e em comunicados. Todavia, embora saibamos que *Bensalém* seja uma monarquia, a utopia baconiana não descreve um ente político de forma

²⁶ Alguns comentadores de Francis Bacon, assim como Miguel Morgado (2008), que traduziu e comentou a edição da *Nova Atlântida* da Edições 70, afirmam que neste momento do livro Bacon lança uma crítica “indireta” ao rei Jaime I. Essa crítica velada transmite a insatisfação do Lorde Chanceler pela inércia com que Jaime I tratava a questão do investimento na filosofia natural (MORGADO, 2008, p. xxiv).

clara para governar sua cidade. Bacon faleceu antes que pudesse descrever a administração do Estado e as leis políticas de sua utopia²⁷. Parece-nos claro, contudo, que a fundação científica da *Casa de Salomão* seria superior a administração do Estado. Isso é evidente pela forma com que Bacon compara os políticos e os homens de ciência, cabendo aos últimos um grau superior aos primeiros. Os homens de ciência são responsáveis pelas descobertas que trazem benesses a toda a comunidade humana, enquanto os políticos ou lideranças civis realizam conquistas em pequena escala, somente dentro de seus Estados ou cidades. O líder civil pode ser como um herói ou um semideus, mas só os homens de ciência podem ser comparados a deuses:

Pois, de fato, os benefícios dos inventos podem estender-se a todo o gênero humano, e os benefícios civis alcançam apenas algumas comunidades e estes duram poucas vidas, enquanto que aqueles [os inventos dos homens de ciência] podem durar para sempre (*NO*, CXXIX, I)²⁸.

E também:

[...] que, enquanto os fundadores e unificadores de cidades, legisladores, extirpadores de tiranos, pais da pátria e outras pessoas eminentes no civil não eram honrados senão com o título de herói ou semideus, como se fez com Hércules, Teseu, Minos, Rômulo etc., por outro lado, os inventores e autores de novas artes, bens e melhorias para a vida humana eram sempre incluídos entre os próprios deuses, e assim o foram Ceres, Baco, Mercúrio, Apolo e outros, e com justiça, pois o mérito dos primeiros fica circunscrito a uma época ou nação, e é como as chuvas fecundas que embora sejam boas e proveitosas

²⁷ Ao iniciar o processo de tradução da obra, Bacon nos dá pistas de que havia concluído a narrativa e que não se fazia necessária a descrição da estrutura política. Embora não seja possível afirmar com total certeza, visto que muitos comentadores sugerem que Francis Bacon foi um filósofo com uma verdadeira “compulsão por não concluir obras”. O fato de não finalizar este escrito talvez seja uma expressão fidedigna de seu empreendimento filosófico, qual seja, permitir que as próximas gerações conduzam e aprimorem seus escritos, em especial no que se refere às histórias naturais (LE DOEUF, 1997). O que de fato foi feito por alguns dos membros da Royal Society, como o químico Robert Boyle e o filósofo experimental Robert Hooke.

²⁸ Ao longo do presente texto utilizaremos edições traduzidas em língua portuguesa das obras de Francis Bacon, respeitando-as e comparando-as à edição clássica do *Works of Francis Bacon* (ed. Speeding). As siglas seguem o padrão estabelecido na “Lista de abreviaturas das obras de Francis Bacon (p. 28), seguidas do número do aforisma (ou parágrafo) e a parte da obra. Nos casos da *Nova Atlântida* e *Da Sabedoria dos Antigos*, as citações seguem o padrão obra-página. As obras mencionadas estão descritas nas referências bibliográficas.

servem apenas para essa estação, e para a extensão de terra onde caem; mas o outro é verdadeiramente como os dons do céu, que são permanentes e universais. Assim, o primeiro está mesclado de luta e perturbação, mas o segundo tem caráter genuíno da presença divina que chega em *aura leni* [brisa suave], sem ruído nem agitação (*ADV*, I. VII, 1).

Um invento estende-se para toda a humanidade, enquanto uma conquista dos civis é efêmera. Só possui benefício momentâneo e não deixa legado, por isso seus provedores estão abaixo dos deuses nas honrarias. Os homens de ciência são mais generosos ao dedicarem suas vidas às verdadeiras mudanças e benfeitorias a humanidade. Heróis são muitas vezes egocêntricos, estão voltados apenas para suas próprias conquistas e glórias. Nas palavras de Bacon, enquanto os heróis civis são similares a chuvas fecundas, que embora benéficas sejam restritas a uma área e um tempo, os homens de ciência podem alcançar a magnificência dos céus e dos astros. Este estatuto posiciona os homens de ciência em um grau de superioridade em relação aos políticos e é por isso que somente esses – os homens de ciência ou inventores – é que possuem estátuas em *a Nova Atlântida* (p. 102):

No que respeita às normas e aos ritos, temos duas galerias muito compridas e amplas: numa delas colocamos os modelos e amostras de todo tipo das mais raras e excelentes invenções; na outra colocamos as estátuas de todos os principais inventores.

Francis Bacon esperava voltar ao poder com o aval do Rei Jaime I. O filósofo sabia dos riscos de afirmar tal ideia para a comunidade política inglesa. Neste sentido ele foi bastante sutil ao apenas sugerir que a comunidade científica devesse liderar a política do local. Seu silêncio, em relação ao sistema político na obra, esboça a possibilidade de superação do sistema vigente na Inglaterra do Seiscentos. Diferente de More, que propõem um sistema misto de poder, Bacon, ao *não fazê-lo*, consegue apresentar sua própria solução para esta questão, pautando-se em seu empreendimento filosófico.

A *Casa de Salomão*²⁹ é autônoma e sua estrutura assemelha-se a de uma fortaleza. Nela estão contidos laboratórios, torres, lagos e poços artificiais; câmaras, pomares, jardins, parques e as galerias, que, como vimos, abrigam as estátuas dos inventores. A finalidade da Casa de Salomão³⁰ “é o conhecimento das causas e movimentos secretos das coisas” (NA, p.90); e a expansão das fronteiras do Império Humano, para efetuar todas as coisas possíveis.

Francis Bacon descreve, dentro da Casa de Salomão, as grandes estruturas cavernais como ferramentas de manipulação da matéria. Estas “regiões” podem, inclusive, alterar e criar elementos da natureza e prolongar a vida de eremitas que lá residam.³¹

Outra forma de alterar substancialmente a matéria e preservá-la seria enterrá-la e esse processo poderia ser efetivado na Casa de Salomão, conforme podemos notar pelo aforisma L, do Livro II do *NO*, em que Bacon relata como os chineses produzem a porcelana a partir do processo de soterramento³². Além disso, o domínio sobre a terra produziu desdobramentos e melhorias na agricultura e pecuária, torres de observação e pesquisa a partir da ação de ares rarefeitos. A rarefação e ação de ventos gelados era um interesse de Bacon, curioso sobre a preservação dos corpos por ação do frio.³³

O domínio sobre as águas permite não só a manipulação das fases desta, mas o controle sobre animais que dela precisam: peixes e aves (em

²⁹ Encontra-se no ANEXO A deste trabalho a descrição das conquistas da Casa de Salomão, onde é possível verificar que a instituição já havia dominado os experimentos com a terra, com a água, com frutos e flores, genéticos com animais, incluindo insetos, com a óptica e com os fenômenos meteorológicos. Os sons, as propriedades do ar, os odores e o paladar dos alimentos também não eram mais segredos para os homens de ciência da *Nova Atlântida*.

³⁰ Este Parágrafo nos remete ao aforisma I.3, 1 do *Novum Organum*. “A ciência e o poder do homem coincidem”. Cabe ao ser humano compreendê-la para dominá-la. Algo que é concretizado da Casa de Salomão, como podemos observar nos parágrafos a seguir e no ANEXO A.

³¹ Cf. nota 29.

³² O aforisma L da II parte do *Novum Organum* descreve instâncias policrestas – dentro das instâncias prerrogativas. As instâncias policrestas demandam grande trabalho e lidam com fenômenos frequentes. O exemplo dado por Francis Bacon sobre a porcelana tem por base o relato de viagem de Marco Polo.

³³ Cf. nota 33.

menor medida). Além das propriedades, a Casa de Salomão domina a intensidade e a quantidade; ela pode produzir efeitos naturais, como cachoeiras e ondas, que podem influenciar na força dos ventos.³⁴

A chamada *magna naturae*³⁵ (o prolongamento da vida), um dos objetivos ainda não alcançados pela Casa de Salomão, é parcialmente exposto aqui, demonstrando algumas das conquistas que a *Nova Atlântida* poderia quicá alcançar:

Temos também poços e fontes artificiais, construídos em imitação das fontes e banhos naturais; tingidos com vitríolo, enxofre, aço, latão, chumbo, nitro e outros minerais. E uma vez mais temos pequenos poços para infusões de muitas coisas, onde as águas adquirem a virtude dos corpos com que são feitas as infusões mais depressa e melhor do que em vasos ou basias. E entre elas temos uma água a que chamamos Água de Paraíso, por ser, em virtude do que lhe fazemos, muito soberana para a saúde e para o prolongamento da vida (NA, p.93)³⁶

E em:

Temos também grandes e agradáveis banheiras de várias misturas para a cura de doenças e para a restauração do corpo humano enquanto está desidratado; e outras para seu fortalecimento no que toca à força dos nervos, das zonas vitais e do próprio sumo e substância do corpo (NA, p.93)

Observamos claramente a proposta de domínio sobre os fenômenos meteorológicos e a geração de animais pequenos, além de câmaras para a preservação e manutenção da saúde. O domínio sobre a botânica, isto é, a manipulação de plantas e a produção de frutos com propriedades medicinais, além da criação de cobaias animais para a dissecação e experiências

³⁴ Cf. nota 24.

³⁵ Essa é uma questão recorrente nos escritos de Bacon. Segundo Zaterka, “na *História da vida e da morte* (2007 [1623]), Bacon propõe uma metodologia inovadora, pois acredita que deve analisar as questões relativas à regeneração e ao prolongamento da vida pela perspectiva dos corpos inanimados”, (ZATERKA, 2015, p. 13).

³⁶ No ADV (II. X, 9), Bacon demonstra interesse em reproduzir “uma imitação dos Banhos Naturais e Fontes Medicinais”, cujos benefícios, extraídos dos minerais, podiam ser compostos e reproduzidos artificialmente. O filósofo inglês ainda se surpreende por ninguém ter efetivado essa ideia ainda.

– aqui, em especial, a Casa de Salomão parece se afastar da filosofia baconiana por permitir a vivisseção em animais superiores (*NO*, XLI, II)³⁷. Há também manipulação no cruzamento destes animais sexuais e a investigação dos corpos em putrefação. Experiências com peixes e o domínio da geração de insetos para a produção particular de: fármacos, alimentos e tecidos, por exemplo.

A expansão e o domínio da potencialidade dos alimentos para o fortalecimento do homem e também para o seu prazer; também medicamentos para combater as diversas enfermidades. O domínio da arte mecânica, da técnica e da tecnologia na produção de insumos humanos e na criação de novos inventos. Instrumentos para a simulação de diversas temperaturas, de acordo com a investigação que estão efetuando. Casas para experimentos e construção de instrumentos ópticos. O domínio sobre a prospecção de metais e pedras preciosas e sobre as propriedades do som, e, ainda, sobre o olfato e o paladar. A manipulação de odores e sabores e a geração de novos alimentos.

Todavia, dentre tantas benesses humanas existem aquelas de luxúria, engano e morte. Trata-se da *Casa de Engenhos*, responsável pelos equipamentos bélicos da *Casa de Salomão* e da *Casa de Ilusões*, responsável por alterar significativamente os sentidos dos homens.

Produzimos também armas e instrumentos de guerra, e engenhos militares de toda a espécie; e ainda misturas e composições novas de pólvora, fogos gregos que ardem na água e inextinguíveis, toda a variedade de fogo de artifício, tanto para diversão como para uso. Imitamos também o voo das aves; alcançamos alguns sucessos na prática do voo no ar; temos navios e barcos para navegar debaixo de água e muito resistentes aos mares, assim como cintos de natação e salvação (*NA*, p.100).

E também:

³⁷ O aforisma XLI da II parte do *Novum Organum* descreve instâncias de caminho – dentro das instâncias prerrogativas – em que descreve a vivisseção em animais, exceto em “animais superiores”, cuja ação de retirar o útero seria cruel (menos em caso de aborto espontâneo e caça). Resta localizar na obra de Francis Bacon uma descrição adequada sobre quais animais o autor considera superiores e quais ele não considera.

Temos também casas para iludir os sentidos, onde dispomos de todo o tipo de atos de prestidigitação, falsas aparências, imposturas e ilusões; bem como as suas falácias (NA, p.101).

As conquistas mecânicas para a potencialidade das forças humanas: aparelhos e armas, a diversidade de pólvora e de equipamentos bélicos faz de *Bensalém* uma *potência militar* – são aviões, navios de guerra, submarinos e armas químicas e biológicas. A beligerância de *Bensalém* pode causar certo espanto. Por qual justificativa uma sociedade isolada e pacífica manteria um arsenal tão vasto possível? Notamos três respostas: (1) para sua própria defesa – o que não se sustenta, pois, para alcançar Bensalém, é necessário que as brumas se dissipem, uma vez que os bensalemitas dominam os fenômenos meteorológicos; (2) para a guerra de assimilação e conquista e (3) coerção e controle da população.

As guerras de assimilação e conquista são defendidas por Francis Bacon nos *Ensaio*s – publicados e republicados em três datas: 1597, 1612 e 1625 –, especificamente no ensaio XXIX: *Da Verdadeira Grandeza das Nações*. O dever de uma nação, seja ela pequena ou grande, é expandir e manter seus limites territoriais, algo que necessita de uma conduta mais agressiva do que justa (WHITE, 2013, p. 335).

O reino do céu não foi comparado nem a uma noz nem a uma amêndoa, mas a um grão de mostarda, que é uma das menores sementes, embora tenha a propriedade do célere desenvolvimento. Analogamente, há Estados de considerável extensão e que, todavia, não se prestam à ampliação de seus limites ou a ser hegemônicos, e outros que, ainda que de pouca extensão, podem constituir o fundamento dos maiores impérios. As fortalezas, os arsenais bem abastecidos, as boas reservas de cavalos, de carros, de elefantes, de canhões e outras máquinas de guerra não passam de cordeiros cobertos com pele de leões quando o povo não é naturalmente valoroso e guerreiro; mesmo o número nada significa quando os soldados carecem de valor porque, como disse Virgílio, *Lupus numerum pecorum non curat* [O lobo não se acovarda diante do grande número de ovelhas]. (*Ensaio*s, XXIX, p. 83-84)

E também:

O que mais contribui à grandeza de uma nação é o seu zelo e apego pelas armas, que as tenha como sua profissão mais honrosa e que delas faça sua principal ocupação e seu principal estudo, pois o que até aqui asseveramos ser tão só para colocar uma nação no estado de guerrear..., mas de que valem a habilitação e o poder sem o desejo, a vontade e o ato? Rômulo, após sua morte (segundo relatam ou supõem os romanos), revelou um oráculo aos romanos que lhes comunicava que dessem prioridade às armas em relação a tudo o mais, se ambicionavam a conquista do mundo. (*Ensaio*, XXIX, p. 101)

Nos trechos acima, Francis Bacon não só defende a criação e a manutenção de um grande arsenal bélico, como também o treinamento e a motivação de soldados fiéis a causa da expansão e crescimento da Nação. De nada adianta um sem o outro. Uma Nação para ser grande – mesmo que seja um reino pequeno – precisa abastecer-se de armas e soldados. Embora o conceito de imperialismo em Bacon não seja objeto dessa dissertação, é importante assinalar que a perspectiva utópica do Lorde Chanceler não é passiva (nem pacífica). A utopia moriana, em comparação, chega a relatar conflitos pontuais com cidades vizinhas, mas desde o estabelecimento do governo central em *Amaurota* não há motivos para a guerra. More entende que a guerra é um elemento do “lugar”; e que em seu “não lugar” perfeito, não há espaço para beligerâncias. Francis Bacon parece discordar desse ponto, pois sua *Nova Atlântida*, uma vez que detém o domínio sobre a natureza, deve expandir seu território e levar esse conhecimento ao maior número possível de pessoas. A expansão imperialista aqui aparece como salvação de um mundo enfermo e não como uma expansão colonial. Não podemos descartar a observação de que é exatamente pelo avanço e pelo crescimento de sua esquadra que a Inglaterra do século XVII se tornará o “Império do Sol da meia-noite”, com domínios da Oceania à América, exatamente no reinado de Elizabeth I e chancelaria de Francis Bacon.

Além do uso militar, as armas em Bensalém possuem funções coercitivas. Vale lembrar que nem todos têm acesso a *Casa de Engenheiros* na *Casa de Salomão*. Os que possuem – sacerdotes e filósofos naturais – foram devidamente instruídos pelo método baconiano e, embora tenham posse

das armas, não farão uso indevido e malicioso contra a população. Há uma ética imanente ao fazer científico de Francis Bacon que permite que o mesmo homem de ciência construa um artefato mortal, mas não o use – ou use para a proteção da comunidade humana que está sob sua defesa.³⁸ Todavia, não é possível conceber um poder central na *Casa de Salomão* sem que essa possa usufruir do uso legítimo da violência; nem que seja para manter o *status quo* interno de seu reino. Nesse ponto a utopia baconiana compartilha da mesma estrutura que as demais.

Há, contudo, uma circunstância curiosa assinalada brevemente nos parágrafos anteriores. Embora a *Casa de Engenhos* da *Casa de Salomão* possua armamentos, pode ser que tudo não passe de uma ilusão da *Casa de Iludir sentidos*. Conforme observamos no *Advancement of Learning*: “a ilusão dos sentidos é um dos prazeres dos sentidos” (II. X. 13). Ou seja, quem garante que todas as demonstrações anteriormente mencionadas não sejam apenas ilusões da Casa de Salomão? Ou ainda, que tenham sido utilizadas para a manipulação dos cidadãos de Bensalém e/ou dos estrangeiros que ali estão? Assim, o controle dos sentidos pode enganar a população.

Ao se admitir que a *Casa de Iludir sentidos* pode criar a existência de um arsenal bélico na ilha de Bensalém, aproximamo-nos da tese de que estes artifícios podem ser utilizados para manter a sociedade bensalemita sobre o controle da *Casa de Salomão*. Por ora, são estes artifícios de controle que, acreditamos, solucionam a dicotomia *honestas/ utilitas* para Bacon. Futuramente, as utopias-euchronias vão se abster da dicotomia *honestas/ utilitas*. Imanentes à linha do tempo primordial – presente e local – essas utopias de novo tipo vão buscar modificar/ revolucionar o presente para garantir o futuro. É o caso, como veremos a seguir, da obra *L'An deux mille quatre cent quarante*, de Louis-Sébastien Mercier (1740–1814).

³⁸ Tais aspectos são explorados mais adiante no segundo capítulo deste texto.

Por ora, é importante assinalar o papel central que a Casa de Salomão tem na obra filosófica de Francis Bacon, assim como em sua narrativa utópica. É central porque exemplifica grande parte de suas ideias, mas também por manter certo grau de inquietude sobre seus principais objetivos, para além do melhoramento da vida e da sociedade bensalemita. Todavia, a profusão de interpretações possíveis sobre essa instituição não estão atentas a indissociável ética baconiana ao fazer científico, que será um dos objetos do segundo capítulo do texto.

1.3. Utopia e modernidade no século XVIII

O conhecimento e o desenvolvimento científico acabaram por assimilar os demais elementos presentes em uma utopia. Embora a coerção do poder central e a distante localização tenham permanecido, elementos herméticos e místicos, pouco a pouco, foram dando espaço aos frutos tecnocientíficos. As utopias científicas permaneceram sob a égide do progresso do saber como elemento decisivo, tornando-se aliadas definitivas para a manutenção da identificação de cada indivíduo com a lei do Estado e a naturalização da vigília – elementos de controle e coerção –, como ocorre na utopia de Louis-Sébastien Mercier (1740–1814). A obra de Mercier se apresenta como um importante ponto de virada para as utopias, ao sair da localidade geográfica misteriosa e ir necessariamente para o futuro – vinculadas a uma única linha temporal. O estreito laço entre *presente-futuro* é o que faz a obra de Mercier uma das grandes influências para as utopias subsequentes e para as distopias contemporâneas, por isso, mais uma vez, nos descolamos da temática baconiana para abordar brevemente alguns aspectos da obra deste escritor iluminista.

Publicada anonimamente em 1771, *L'An deux mille quatre cent quarante* é a primeira utopia futurista de grande influência desde a publicação da obra de Thomas More (ALKON, 1987). Louis-Sébastien Mercier (1740–1814), que reconheceu sua publicação somente em 1791, rompeu com a

estrutura moriana de utopia geográfica ao fazer de sua história uma *euchronia*, uma narrativa utópica que desloca o narrador/viajante para o futuro.

Mercier inaugurou um gesto que se tornaria típico, depois, nos autores de ficção-científica, com seu desejo de anteciper as revoluções, sobretudo técnicas, do futuro. Daí podermos considerar sua obra como o início também, ou o primeiro capítulo, em uma história do futuro. A *temporalização da utopia* que permitiu este novo passo (SELIGMANN-SILVA, 2009, p. 312).

A sociedade agora poderia ser imaginada e construída no “lugar”, desde que as bases filosóficas, éticas e políticas fossem estabelecidas neste presente. As *euchronias* fizeram das utopias histórias inseparáveis à nossa realidade. Ao acordar ou se mover para o futuro, o narrador/viajante da obra de Mercier experimenta se as bases fincadas no agora foram frutíferas ou não. Para *L'An deux mille quatre cent quarante* o iluminismo francês cumpria muito bem este papel.

A utopia de Mercier, embora não privilegie de imediato a liberdade do indivíduo, está plenamente inserida no contexto iluminista. Os habitantes da Paris futurista são como autômatos e sua individualidade foi suplantada pelo bem comum e pela eficiência plena da sociedade, o que possibilitou a vitória sobre as vicissitudes do Estado francês. Segundo o enciclopedista francês Gustave Vapereau (1876, p. 1380), o caráter crítico na utopia de Mercier ressalta uma vida futura diferente da vida comum francesa, configurando-se assim como uma forte condenação à sua sociedade contemporânea. Mercier exalta a necessidade da educação profissional, moral e política para todos.

A história começa com foco exclusivo no narrador que, após uma discussão com um homem inglês – que lhe apresenta os problemas da França no século XVIII – adormece e acorda mais de sete séculos depois no ano de 2440; sua descrição entrelaça um paralelo entre a Paris do século XVIII com a Paris do século XXV. Mercier compôs a vida parisiense do ano 2440 de forma bastante simples. O mérito pessoal sobrepujou a hereditariedade, as línguas modernas europeias substituíram o ensino das línguas gregas e

latinas e a ciência física passou a ser ensinada às crianças do ensino fundamental. As vestimentas não possuem luxo. Todos plantam, cuidam de seus jardins e andam a pé. O sistema político não é nem republicano, nem monárquico, algo semelhante a uma monarquia constitucional. Há um rei que responde ao Senado e este, por sua vez, ao povo em eleições diretas. A função do rei é salvaguardar as leis. A casta hereditária nada pode usufruir de privilégios, pois a igualdade é ampla o suficiente para abarcar todos os cidadãos (MERCIER, 2016). Todavia, não há espaços para questionamentos, pois a íntima ligação entre o Estado e o indivíduo no século XXV se traduz em um ambiente de vigília constante, em que os “maus cidadãos” são rapidamente “reeducados”, tal como engrenagens falhas em um sistema, que ora são concertadas, ora são substituídas. Os censores possuem a capacidade de verificar e ler o que os corações sentem em relação à sociedade. Essa situação além de ratificar a utilização da ciência e da tecnologia como ferramentas de controle do Estado, nos transporta imediatamente para o livro *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro* de George Orwell e suas *teletelas*³⁹. Em ambas as obras, a vigília, efetivada enquanto controle do Estado, é naturalizada pela população.

O caráter preditivo da utopia de Mercier é evidente. As distopias do século XX vão retomar estes pontos e apresentá-los de forma crítica. Mas, ao contrário do que as distopias representam na literatura, a ficção de Mercier foi bem recepcionada por seus contemporâneos. Foram diversas as tiragens, ratificando o estilo positivo de sua narrativa e incluindo-a no índice iluminista como a única obra de ficção presente. Todavia, nos fica claro que seus leitores só viram benesses na sociedade cujas mazelas foram atendidas à revelia da liberdade individual. O controle da ciência e da tecnologia acaba por, na obra de Mercier, sobrepujar o binômio *honestas/utilitas*. A partir dessa obra, a tecnociência assume seu papel central na máquina de domínio e coerção utópica; o que depois será suplantado pela crítica distópica de meados do século XIX até o século XX.

³⁹ Painéis que se assemelham a grandes televisores, que transmitem informações o tempo todo e vigiam os membros do partido INGSOC em *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro*.

A partir de Mercier, e durante boa parte do século XVIII, a utopia e as demais predileções aparentemente diminuem ou abandonam sua vertente mística e hermética, pois a cultura popular começara a se interessar e a acreditar mais no ideal científico. E isso aparece, em princípio, nas passagens iniciais da obra de Mercier:

Este belo país reviveu, assim que foi purgado deste verme ocioso que estava crescendo na terra. Este reino mantém sua posição hoje; e tem um semblante vívido e articulado, mesmo envolto por mais de dezessete séculos em trapos ridículos e supersticiosos que cortaram seu discurso ele conseguiu respirar (MERCIER, 2016, p. 18).⁴⁰

E continua o autor:

Charmoso doutrinador! Esta revolução, você diz, foi feita da maneira mais pacífica e feliz? Tem sido o trabalho da filosofia: age sem barulho, age como a natureza, com uma força ainda mais certa de que é insensível. – Mas eu tenho dificuldade em oferecer-lhe. É preciso uma religião. "Sem dúvida", disse ele, com o transporte. Ei! Quem é o ingrato que permanecerá em silêncio em meio aos milagres da criação, sob a brilhante abóbada do firmamento? Nós adoramos o Ser Supremo; **mas a adoração que lhe foi dada não causa mais problemas ou debate** (MERCIER, 2016, p. 18, *grifo nosso*).⁴¹

O mundo como objeto de estudo estimulava o desenvolvimento de novas tecnologias; o homem como o próprio criador afastava-se, dia após dia, da figura de Deus em um processo de dessacralização que se intensificará no século XIX. Este é o retrato que a utopia de Mercier confirma: utopias futuristas, cujo controle pertence à tecnociência e os valores foram

⁴⁰ *Ce beau pays s'est ranimé, dès qu'il a été purgé de cette vermine oisive qui végétoit dans la crasse. Ce royaume tient aujourd'hui son rang ; & porte une physionomie vive & parlante, après avoir été emmaillotté pendant plus de dix-sept siècles dans des haillons ridicules & superstitieux qui lui coupoient la parole et lui gênoient la respiration.*

⁴¹ *POURSUIVEZ, charmant endocrineur ! Cette révolution, dites-vous, s'est faite de la manière la plus paisible & la plus heureuse ? – Elle a été l'ouvrage de la philosophie : elle agit sans bruit, elle agit comme la nature, avec une force d'autant plus sûre qu'elle est insensible. – Mais j'ai bien des difficultés à vous proposer. Il faut une Religion. – Sans doute, reprit-il avec transport. Eh ! quel est l'ingrat qui demeurera muet au milieu des miracles de la création, sous la voûte brillante du firmament? Nous adorons l'Être Suprême ; mais le culte qu'on lui rend ne cause plus aucun trouble, aucun débat.*

esvaziados pelo processo de dessacralização, também resultante do avanço tecnocientífico.

Ao contrário da França e dos demais territórios continentais, na Inglaterra os tratados e projetos políticos, uma vez debilitados, deixaram de alimentar as narrativas utópicas; pelo menos não como ocorrera em anos anteriores. As que se encaixavam na estrutura utópica ou eram peças de publicidade ou tratados políticos vazios que buscavam uma reconciliação social, sem ressaltar problemas como a busca por aprimoramento de aspectos éticos na sociedade ou da necessidade de reforma agrária, questões pontuais na Inglaterra dos séculos XVII e XVIII (APPELBAUM, 2004).

A obra de Mercier é uma narrativa crítica aos costumes da Paris do século XVIII. Entretanto seu caráter satírico não se encerra em si mesmo – diferente da obra de Thomas More. Francis Bacon insinua o que a Inglaterra deve fazer para alcançar a *Nova Atlântida*, mas Mercier apresenta um projeto de futuro, em que o ano de 2440 ocorrerá necessariamente – ideal definido tendo como pilar o iluminismo e o racionalismo franceses. As distopias contemporâneas irão, aparentemente, se contrapor à utopia de Mercier, pois o futuro – mesmo sobre bases iluministas e racionais – poderia ser algo ruim. Isto porque a estrutura de dominação e controle pode absorver as ferramentas dessa razão instrumental esvaziada de valores éticos, morais e teológicos; em um mundo dessacralizado que Mercier já defendera em sua utopia.

Do continente para a ilha, outras formas de utopismo se destacam. O tema do utopismo britânico nos séculos XVII e XVIII é um tema rico que não pretendemos explorar por completo neste trabalho. Nosso intuito é compreender quais as vertentes utópicas presentes neste período. Observamos, *grosso modo*, dois caminhos: (1) a reforma social do estado ou (2) o desenvolvimento e a crença na ciência e na tecnologia; respectivamente, desdobramentos das utopias de Thomas More e Francis Bacon. O primeiro ganharia cores nos escritos do reformista social Robert Owen (1771-1858), um dos fundadores do chamado socialismo utópico ao lado do conde francês Henri de Saint-Simon (1760-1825). A segunda vertente resgataria na

utopia e na filosofia de Francis Bacon a esperança da expansão do Império Humano por meio da ciência e da tecnologia.

No entanto, a obra utópica que teve maior expressão no século XVIII, em certos aspectos, vai de encontro com ambas as correntes utópicas. Em 1726 o escritor irlandês Jonathan Swift (1667-1745) escreveu a primeira versão de *Viagens de Gulliver*, cujo enredo narra as aventuras de Gulliver e o seu encontro com diversos povos: pequenos, grandes – tal como gigantes – e outros moralmente corruptíveis. Jonathan Swift conseguiu abraçar todos os aspectos das utopias do iluminismo inglês, incluindo a influência satírica das narrativas do período e os relatos de viagem (CLAEYS, 1994). E embora tenha reunido diversas características importantes para o período, sua crítica não se conteve apenas à sociedade e à moral social e política do início do século XVIII. Nesta visão, *Viagens de Gulliver* se tornou um trabalho único com todos os seus componentes – viagem, utopia, distopia, fantasia e sátira – subordinados como partes de um todo coerente. (ALKON, 1987).

Dentre as múltiplas análises que Swift consegue abarcar em sua obra, localmente destacamos a condenação à ciência resultante dos desdobramentos da estrutura filosófica baconiana: o método experimental-indutivo, com ênfase nas atividades regidas pela *Royal Society*. Uma seção significativa da história de Gulliver é a terceira, em que narra, entre outras coisas, seu encontro com a ilha flutuante de *Laputa*. Neste local Gulliver encontra habitantes apaixonados por matemática, quantificações, medições, experimentações e previsões astronômicas. A ilha flutua por magnetismo e seus habitantes, homens com as cabeças literalmente nas nuvens, estão presos nos seus próprios pensamentos, axiomas, fórmulas e asserções. Estes homens sempre precisam ser despertados para que possam interagir com Gulliver o que faz daquela situação algo muito cansativo. Gulliver decide sair de *Laputa* e continuar sua aventura. É em *Lagado*, uma metrópole próxima, que o viajante se depara com as influências de *Laputa* na região.

O Teor de seu Discurso foi o que se segue. Que cerca de quarenta anos antes, certas Pessoas subiram a *Laputa* a Negócios ou por Diversão, e após uma estada de cinco meses de lá voltaram com umas poucas Tinturas de Matemática, porém cheias dos Espíritos Voláteis que se adquirem naquela Região aérea. Que essas Pessoas ao voltarem, passaram a desgostar da Administração de tudo cá embaixo, e elaboraram Projetos com o fim de dar novas Bases a todas as Artes, Ciências, Línguas e Mecânicas. Com este fim, obtiveram uma Carta Patente Real para fundar uma Academia de PROJÉTISTAS em *Lagado*; e tal Estado de Espírito tornou-se de tal forma difundido entre o Povo que não há nenhuma Cidade de maior porte no Reino que não tenha uma tal Academia (SWIFT, 2016, p. 271).

Uma cidade em ruínas, cuja população caminha com medo e apreensão. A *Real Academia*, fundada por entusiastas de *Laputa*, além de não atender as necessidades daquela comunidade, subverteu as leis, cassou políticos e assumiu o controle. Seus experimentos desastrosos afastam-se da finalidade de atender o benefício da comunidade. Estão presos em atividades inúteis para a comunidade, como, por exemplo, a de absorver os *raios de sol com um pepino* (SWIFT, 2016, p. 272).

A crítica de Swift não é contra a experiência, muito menos é “anticientífica”. Sua preocupação está com a aplicabilidade que uma ciência exercida a parte da sociedade poderia causar na comunidade. E, uma vez que *Laputa* subjugava as comunidades abaixo dela com o poder de suas armas e seu desenvolvimento científico, parte de sua crítica dirige-se ao autoritarismo que uma elite tecnocrata poderia assumir. Estava, ao menos em crisálida, a ideia de que a ciência e tecnologia poderiam ser utilizadas de forma autoritária para controlar ou subjugar um povo, ao mesmo tempo que a ineficiência da *Real Academia* em *Lagado* nos mostra que os homens de ciência que ali estão não possuíam nenhum senso ético e moral em suas atividades, o que acabou por destruir a comunidade em seu entorno. As semelhanças entre a descrição da *Real academia* e a *Casa de Salomão* nos permitem inferir que a reprovação de Swift não se encontra somente na filosofia de Bacon, mas diretamente às instituições científicas inglesas, tal como a *Royal Society*.

As *Viagens de Gulliver* apontam importantes críticas à sociedade inglesa de sua época. Especificamente em sua terceira parte, acentua sua crítica à crença nas benesses trazidas pelo desenvolvimento tecnocientífico, que serão retomadas nos séculos XIX e XX. Swift e Mercier – como vimos anteriormente – estão, portanto, na vanguarda das distópicas contemporâneas.

1.4. Distopia e Distopismo contemporâneo

O otimismo francês no final do século XVIII traduzia com confiança um projeto de sociedade ideal, algo que não contagiou os britânicos tão cedo. Na França, a virada do discurso utópico para o futuro (*euchronia*) ocorreu na segunda metade do século XVIII, por influência da obra de Mercier. Mas, na Inglaterra a ideia de progresso infinito e de futuro só estiveram presentes entre a elite intelectual e mesmo assim sob forte ligação à teorização francesa. Nuances *euchronicos* se consolidaram no século XIX, associado aos benefícios reservados à nação pelo processo da industrialização e da influência do “socialismo utópico” de Robert Owen (VIEIRA, 2010, p. 11-14).

A construção de uma *utopia-euchronia*, com o intuito de torná-la real, pôde ser encontrada no pensamento dos chamados “socialistas utópicos”. As ideias de Saint-Simon a respeito da “Idade de Ouro” localizavam-se no futuro e não no passado da comunidade humana. Assim, cabia ao homem conceber planos para reconstruir e conduzir a sociedade.

O movimento socialista utópico não foi homogêneo. Saint-Simon e Charles Fourier (1772-1837) viviam em uma França rural, enquanto o escocês Robert Owen registrou suas ideias socialistas em plena Grã-Bretanha Industrial. Owen chegou inclusive a fundar o seu “Novo Mundo Moral” (*New Moral World*, com aproximadamente 1000 membros) em New Lanark, Escócia. Uma comunidade habitada por seguidores seus guiados por novas bases éticas, fomentadas por uma nova religião com foco na humanidade. Em comum entre estes socialistas encontramos somente

a crença na capacidade dos homens de mudar o mundo, algo que Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) também corroboravam, embora acreditassem que rótulo “socialismo utópico” fosse nocivo. Marx e Engels propõem em suas obras o “socialismo científico”, em que a ação, os estudos e levantamentos acerca do desenvolvimento da economia, da política e da sociedade pudessem acelerar o alcance do socialismo e do comunismo (CLAEYS, 1994, p. 10-12).

As ideias de Marx e Engels ecoavam, em grande parte, as reformulações das obras de Robert Owen, Saint Simon, entre outros. A crença na capacidade humana é também um reflexo da importância do trabalho humano; ideias partilhadas por socialistas utópicos e socialistas científicos. O clímax da virada na utopia literária britânica consolidou-se neste contexto durante todo o século XVIII, para que então, na segunda metade do século XIX, se lançasse para o futuro.

Todos esses homens, de fato, já olhavam para o futuro com a esperança de que todos tentassem justificá-lo e divulgá-lo. Mas apenas o pensamento marxista conseguiu encontrar nas leis da evolução histórica uma base para essa esperança, assumindo assim o papel de promotor mais importante da ideia da possibilidade de um futuro cheio de felicidade (VIEIRA, 2010, p. 14)⁴².

Os ingleses estavam, sem dúvida, ainda longe da tradição francesa iniciada por Mercier. O escritor francês analisara o futuro motivado por um sentimento de esperança decorrente das teorias da melhoria infinita do Iluminismo, que se refletia no progresso material, científico e moral – cujo ápice se alcançou no chamado *Positivismo*⁴³ de Auguste Comte (1798-1857).

⁴² *All these men had, in fact, already looked at the future with a hope they all tried to justify and divulge. But only Marxist thought was able to find in the laws of historical evolution a basis for that hope, thus taking on the role of the most important promoter of the idea of the possibility of a future full of happiness.*

⁴³ O *Positivismo* é uma doutrina filosófica assentada na confiança do progresso tecnocientífico, na extrema valorização do método das *ciências positivas* (empíricas e baseadas em fatos concretos) e na recusa da Metafísica. Comte atribui ao termo *positivismo* o significado de culto da ciência e sacralização do método científico. Sua divisão histórica (lei dos três estados) localiza no futuro (tal como as *euchronias*) uma era de paz e harmonia, em que a evolução racional humana foi capaz de entender todos os fenômenos do mundo. Em contraposição aos socialistas, que advogavam pela revolução das instituições sociais, Comte e a doutrina positivista acreditavam na reconstrução da

Em terras francesas o iluminismo tinha demonstrado que o progresso pode ser de fato um atributo do próprio homem. Neste sentido, algo que pudesse ser refletido em sua capacidade de mudar a política, a sociedade, as instituições sociais e o seu próprio destino. As utopias inglesas, quando influenciadas por marxistas, começaram a considerar o futuro como uma promessa da história, em oposição ao Mercier e aos franceses. A mudança não se dá por atributos do nascimento deste novo homem, mas por mudanças na estrutura econômica da sociedade. As ideias socialistas-comunistas reacenderam a dinâmica das utopias inglesas.

A maioria das utopias daquele período ofereceram uma vitrine do futuro possível, que por vezes distorcia a própria imagem da humanidade futura. Novas utopias literárias surgiam para subverter a configuração e a natureza do gênero utópico. Agora a utopia não estava mais na ilha distante, mas nos satélites artificiais, com extraterrestres, seres imortais, monstros e diversos outros significados e símbolos que pudessem impressionar um leitor médio. Todos os protagonistas seriam “filhos” de Gulliver, em aventuras que, de algum modo, expandiam suas viagens. Todavia, e como vimos na obra de Swift, as utopias não são somente relatos positivos de uma sociedade perfeita.

A guinada futurista que a literatura utópica adquiriu no século XIX não estava exclusivamente vinculada ao lado benéfico das narrativas: a sociedade feliz. Um lado obscuro e pouco explorado das utopias foi revelado abertamente neste século. O futuro poderia também “dar errado”. O resultado é que, no final, é o mundo real que é valorizado e, portanto, a dinâmica benigna que é típica da utopia é perdida.

Enquanto a utopia reflete esperanças, sua irmã, essa nova “utopia errada” ou **distopia** – do grego *dis-topos*⁴⁴ –, tem por objetivo refletir o

sociedade por meio da regeneração das opiniões e dos costumes: uma reestruturação intelectual, com vistas à ordem e ao progresso (COMTE, 1983).

⁴⁴ O verbete distopia surge na Inglaterra em 1868 no discurso do então parlamentar John Stuart Mill. A partícula “dis-” (δυσ), do grego, significa: ‘dificuldade’ e “-topia” (τόπος) se refere a ‘local’. Segundo o dicionário Oxford English essas foram - em tom irônico - as palavras de Mill: “[...] é, talvez de cortesia para chamá-los de utópicos, eles deveriam antes ser chamados *distópicos* [...]”. O que é comumente chamado de utópico é algo muito bom para ser praticável. Mas o que eles parecem favorecer é demasiado mau para ser praticável, estabelecendo o nosso contexto

inverso, a desesperança e a descrença. Etimologicamente, distopia é o *lugar ruim*, cujo objetivo era denunciar a irrelevância e a inconsistência da esperança utópica e, por meio da ruína de suas sociedades, mostrar os impactos que seus programas poderiam implicar. Lado a lado, as narrativas utópicas e as distópicas dividiram as prateleiras do subgênero ficcional.

Quando a ideia de *euchronia* passou a ser sistematicamente promovida (ou seja, quando o pensamento utópico se voltou para o futuro), foi inevitavelmente acompanhada pela imaginação de tempos mais sombrios. No entanto, a ideia de "utopia errada" não nasceu naturalmente: desde tempos imemoriais as pessoas pensaram sobre a possibilidade de construção de um mundo melhor, mas também foram conscientes da probabilidade de um futuro que poderia ser pior do que o presente. Como no caso da utopia, o conceito de *distopia* precedeu a invenção da palavra (VIEIRA, 2010, p. 16)⁴⁵

Conforme os projetos políticos comunistas e liberais se consolidavam, a utopia em progresso poderia dar provas vivas de sua aplicação. No entanto, as ideias utópicas que “prometiam um mundo melhor além de toda factibilidade humana e, portanto, além da *conditio* humana e da contingência do mundo” fracassaram (HINKELAMMERT, 2013, p. 310-312). Ao garantirem a promessa de um mundo perfeito, as correntes político-ideológicas do início do século XX instalaram-se pela força e sem margem para críticas internas. A essência da utopia, registrada pela condenação da sociedade presente, não resistiu a utopia cega da celebração da sociedade atual; a crítica havia se tornado algo traiçoeiro, e o ideal utópico havia sido empurrado ao encontro das narrativas distópicas, fortalecidas com os episódios políticos e bélicos do século XX.

Diversas histórias apontaram, de forma crítica, contrapartidas ao desenvolvimento tecnocientífico, desde o início do século XX. Naquele

atual de “*distopia*”: a sociedade o oposto de “utopia” (ENGLISH DICTIONARY, OXFORD, p. 13.). Hoje é utilizado para classificar o subgênero de ficção científica que retrata futuros distorcidos e pessimistas.

⁴⁵ *When the idea of euchronia came to be systematically promoted (i.e., when utopian thought turned towards the future), it was inevitably accompanied by the imagination of darker times. The idea of ‘utopia gone wrong’ was not naturally born then, though: from time immemorial people have thought about the possibility of the construction of a better world, but they have also been aware of the likelihood of a future which might be worse than the present. As in the case of utopia, the concept of dystopia preceded the invention of the word.*

momento, a ciência e a tecnologia iniciavam um novo ciclo de descobertas – experiências com o Raios-X e o avanço nos estudos do átomo, por exemplo, atraíram grande interesse da opinião pública. O interesse civil impulsionou o acesso do cidadão comum às descobertas científicas, o que fez com que autores de ficção aproveitassem desta onda de popularidade da ciência para concentrar sua criatividade em relatos e contos fantásticos. Assim abusaram do uso de referências futuristas e do emprego de ferramentas até então não descobertas – bem como a consequências de tais usos⁴⁶. É neste contexto que muitas obras importantes da ficção científica surgem: como complementos de editoriais científicos e de almanaques de curiosidades. Todavia, a narrativa distópica tem sua particularidade, pois é um sonho colapsado que exige uma estrutura utópica prévia.

A distopia presente no século XX é, em grande parte, fomentada a partir da articulação dos principais elementos do discurso utópico somados aos respectivos fracassos das utopias em curso e da ascensão do fenômeno do totalitarismo e do fascismo⁴⁷. Se aproximarmos desta definição o fato de que tanto a distopia como a utopia apresentam características comuns, mas registradas por diferentes ângulos, vamos notar que no impulso para alcançar a utopia, podemos transitar da força motriz eutópica para a distopia infeliz do lugar dilacerado apenas com uma característica que acompanhara as narrativas deste gênero (CHAUI, 2011).

Presentes nas narrativas distópicas, a ciência e a tecnologia aparecem aliadas a governos tiranos, ao auxiliar a busca pela identificação de sua

⁴⁶ P.D. Smith (2008) delinea um importante paralelo entre o desenvolvimento tecnológico e científico do início do século XX e a produção literária de ficção científica do mesmo período. Nomes como os de H.G. Wells (1866-1946), Júlio Verne (1828-1905) e Hugo Gernsback (1884-1967) não só se inspiraram nos avanços tecnológicos, como por vezes utilizaram as descobertas em suas obras e anteciparam situações catastróficas ocasionadas por seus usos. E é essa tradição que será a precursora das narrativas distópicas da primeira metade do século XX.

⁴⁷ Havia, no final do século XIX e início do século XX, diversos projetos políticos em progresso no mundo. O liberalismo, o comunismo, o anarquismo, o conservadorismo, etc., defendiam suas respectivas ideias de utopia – como alcançar um mundo melhor? A grande questão está na impossibilidade de construção utópica. Sua estrutura não é para ser aplicada; é para ser um arauto de esperança. Qualquer perspectiva de aplicabilidade de uma estrutura utópica, como defende Hinkelammert, frustra-se. O utopismo moderno social – a ação político-ideológica –, tal como uma utopia, é impossível. Ainda segundo Hinkelammert (2013), o fascismo e o totalitarismo surgem e ganham força como reação ao fracasso destes projetos políticos no período entre guerras (1919-1939). Com culto ao autoritarismo, culto ao líder e ao Estado, regimes totalitários e fascistas são marcados plena extrema obediência a estrutura estatal e aos aparatos de violência.

população com o Estado e suas leis e a naturalização da vigília – questões que também aparecem nas utopias Seiscentistas. São exemplos do gênero as histórias de Yevgeny Zamiátin (*Nós*, 1924)⁴⁸, de Aldous Huxley (*Admirável Mundo Novo*, 1932)⁴⁹, de George Orwell (*Mil Novecentos e Oitenta e Quatro*, 1949)⁵⁰ e de Ray Bradbury (*Fahrenheit 451*, 1953)⁵¹.

As obras acima elencadas descrevem uma sociedade tirana, que mantém sua estabilidade por meio do controle constante de seus cidadãos, o que ocorre em grande medida pelo desenvolvimento científico que possuem para tal. E essa dominação efetiva-se seja pela utilização, por exemplo, do condicionamento genético como na história de Huxley, seja pela ação da vigília constante das *Teletelas* no livro de Orwell.

Obras como *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro*⁵² (1949) do escritor, jornalista e ensaísta inglês George Orwell, pseudônimo de Eric Arthur

⁴⁸ Em *Nós*, do escritor soviético Yevgeny Zamiátin, o Estado é comandado de forma total pela figura do Bemfeitor. A subjetividade e a individualidade foram eliminadas, bem como a privacidade de todos. As pessoas moram em casas de vidro e não possuem nomes próprios. Apenas uma vez por dia é que possuem a “liberdade” de fazerem algo sem serem vistas. Todos acordam, comem e dormem no mesmo horário e andam permanentemente em fila durante o dia. Por detrás dos muros da cidade existe um ambiente selvagem e inexplorado, abandonado por 1000 anos desde a Grande Guerra e que é habitado por outros humanos tidos como selvagens. O protagonista D-503 é um cientista que está construindo a INTEGRAL, uma grande nave que levará a “felicidade matematicamente conquistada” de seu mundo para as estrelas mais distantes. Junto da nave, D-503 inicia um diário e acaba contraindo uma grave doença naquela sociedade: a imaginação (ZAMIÁTIN, 2017).

⁴⁹ Em *Admirável Mundo Novo*, do escritor britânico Aldous Huxley, a sociedade é condicionada geneticamente para executar funções bem demarcadas nos estamentos sociais. Drogas (soma), sexo e atividades programadas evitam que os de “classe subalterna” se revoltam contra o sistema posto. Dentro da narrativa o selvagem John, morador de uma das reservas selvagens, é apresentado a este mundo “feliz”. (HUXLEY, 1969).

⁵⁰ Em *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro*, o escritor George Orwell – pseudônimo do indiano Eric Arthur Blair – narra a história de Oceania (América, parte da África e parte da Europa). Este grande Estado é dirigido por um partido, o INGSOC, que por sua vez é liderado pela figura mítica e misteriosa do Grande Irmão (Big Brother). A sociedade é dívida entre aqueles que fazem e os que não fazem parte do partido. Para manter o controle sobre a sociedade televisores-câmeras, as chamadas teletelas, são instaladas em todos os cantos da sociedade. Pensar contra o regime é considerado alta traição. Winston Smith, membro do partido e funcionário do Ministério da Verdade, inicia sua jornada contra o Estado ao começar, as escondidas, um diário pessoal. Cada vez mais entregue a luta contra o regime autoritário, Smith acaba se apaixonando por Julia e confrontando as estruturas do INGSOC (ORWELL, 1984).

⁵¹ *Fahrenheit 451* é a temperatura em que o papel entra em combustão. Na distopia do norte-americano Ray Bradbury os bombeiros são responsáveis por destruir os livros e as bibliotecas. Acontece que neste Estado os livros são proibidos, pois podem causar “tristeza” aos leitores. Ao invés da leitura, os cidadãos são condicionados em atividades programadas, novelas interativas, quadrinhos, música e anestésicos, o que não os permite desenvolver senso crítico suficiente para questionar as estruturas totalitárias do Estado em que vivem. O bombeiro Guy Montag, curioso sobre os “perigos da leitura”, resolve experimentar os tais livros. Antigos colegas seus da corporação iniciam a sua caçada (BRADBURY, 2012).

⁵² A distopia orwelliana descreve uma Inglaterra pós-Guerra em ruínas. O partido INGSOC controla a maior parte do planeta, incluindo a ilha britânica. Em constante guerra o Estado de Oceania, liderado pelo Grande Irmão e o Partido INGSOC, manipula, controla e vigia a população de forma constante, evitando que a maioria dos cidadãos

Blair (1903-1950), representam a perversa face da transmutação da utopia em distopia. Narrativas semelhantes são escritas desde o limiar do século XIX, mas foram as experiências políticas do século XX que impulsionaram a criação destas ficções. A *distopia* utiliza os dispositivos narrativos da utopia e da *euchronia* para criar uma sociedade essencialmente pessimista na projeção das imagens outrora positivas.

O domínio da ciência e da tecnologia, como expressados nos desejos de Francis Bacon e ilustrados em *A Nova Atlântida*, trazem, no século XX, o imaginário de caos em que a distopia é uma expressão presente. As concepções instrumentais da ciência, bem como o desenvolvimento técnico do conhecimento científico, de certa forma, modificaram as bases da sociedade, ao permitir inclusive o surgimento de sociedade autoritárias aos moldes das distopias literárias.

O homem de ciência, ministro da natureza, responsável por guiar a humanidade ao paraíso terreno por meio do domínio pleno do conhecimento, agora avançava contra a humanidade e os princípios éticos da ciência. O principal exemplo é a criação da bomba-atômica e a destruição de Hiroshima e Nagasaki no verão de 1945. As obras de ficção passaram a retratar a apreensão do homem para com a ciência nos momentos posteriores ao fim da segunda grande guerra. Os cientistas foram de “salvadores da humanidade” para homens suspeitos de manipulá-la para o malefício da sociedade⁵³.

conscientes de rebelarem contra o sistema e que os proletários, mais pobres, fiquem presos as novelas e músicas artificiais.

⁵³ Dr. Fantástico (1964) do diretor Stanley Kubrick e *Godzilla* (1954) do diretor Ishirô Honda são frutos do descrédito da ciência como bem-estar somado ao medo de um caos atômico. “*Godzilla* começa com uma clara referência ao destino do *Fukuryu Maru*: a tripulação de um barco vê um “clarão de luz ofuscante” e o oceano explode. Um marinheiro consegue chegar à costa e fala alucinadamente a respeito de um monstro. A explosão despertou *Godzilla* de uma hibernação jurássica e o deixou intensamente radioativo” (SMITH, 2008, p. 402). O apoio financeiro ao longa-metragem *Godzilla* e a resposta massiva das pessoas nas bilheterias são surpreendentes para uma produção tida como “B” pelos críticos. Pois há um motivo. O monstro *Godzilla* tinha as marcas de queimadura pelo corpo iguais as vítimas de Hiroshima e Nagasaki, bem como os japoneses que tinham essas marcas em suas memórias. Há relatos de pessoas que deixaram a sala de cinema chorando, pois acreditavam que aquela situação apresentada no filme estava cada vez mais próxima (SMITH, 2008). Embora Tóquio no filme tenha sido salva por um cientista, a suspeita permaneceu a mesma. Os homens temiam a ciência e olhavam cada vez mais desconfiados para o futuro. Se para Francis Bacon o progresso científico/tecnológico se traduzia em melhores condições de vida, em meio à Guerra Fria o progresso poderia significar a proximidade com a morte.

A estrutura utópica guarda em si, como vimos, a possibilidade de seu desdobramento negativo, pois nela estão engendradas, embora camufladas, as características pessimistas de uma distopia potencial. Na distopia reside a apropriação de uma ou mais características positivas da narrativa utópica para torná-la negativa. A ciência e a tecnologia passaram a salvaguardar o ideário de sociedade perfeita aos moldes, como vimos, da *Nova Atlântida* de Francis Bacon. Algo que foi objeto de apreciação na obra de Swift e que potencializou a crítica presente nas obras distópicas do século XX.

As narrativas distópicas da primeira metade do século XX são ferramentas de análise à sociedade contemporânea. Ainda que a utopia e a distopia partilhem do mesmo caráter crítico, o foco de ambas é substancialmente diferente. A utopia fomentou o surgimento e o fortalecimento do pensamento racional como forma de modificar a sociedade. Essa racionalidade, tão cara as utopias dos séculos XVI e XVII, passa a ser criticada ao longo do século XIX, em que o objetivismo e o tecnicismo da nova ciência foram de encontro com os movimentos românticos e de caráter subjetivo que questionavam a idolatria demasiada na razão. Como resultado dos desenvolvimentos tecnocientíficos do final do século XIX e início do século XX vimos surgir uma série de produções literárias e ficcionais que apresentavam o caráter negativo destes avanços. Estes novos mundos ruins não valem por si próprios, mas a medida em que são mundos opostos aos nossos.

Mas, embora as imagens do futuro apresentadas em distopias possam levar o leitor a desesperar, o objetivo principal deste subgênero é didático e moralista: as imagens do futuro são apresentadas como possibilidades reais porque o utopista quer assustar o leitor e para fazê-lo perceber que as coisas podem ser corretas ou erradas, dependendo da responsabilidade moral, social e cívica dos cidadãos. Um descendente de utopia satírica e de antiutopia, a distopia rejeita a ideia de que o homem pode alcançar a perfeição (VIEIRA, 2010, p. 17).⁵⁴

⁵⁴ *But although the images of the future put forward in dystopias may lead the reader to despair, the main aim of this sub-genre is didactic and moralistic: images of the future are put forward as real possibilities because the utopist wants to frighten the reader and to make him realize that things may go either right or wrong, depending on the*

De acordo com o percurso estabelecido até então, as estruturas utópicas mais comuns estão consolidadas em *A Utopia* de Thomas Mores – a legislação rígida, o controle coercitivo e a posição geográfica alegórica – e na *Nova Atlântida* de Francis Bacon – ao acentuar elementos tecnocientíficos. A partir das utopias do século XVIII, e tendo em mente o marco da obra de Mercier, as utopias se transmutam em *projetos de futuro*, nunca perdendo de vista o caráter crítico de suas narrativas – como demonstrado na satírica obra de Swift. A partir do século XIX, a possibilidade de execução dos projetos utópicos – e sua consequente desilusão – acabou por perpetuar com mais intensidade as abordagens distópicas do futuro próximo; que continuam, ao seu modo, centradas no uso da ciência e da tecnologia como forma de coerção. Sobre esse panorama, ergue-se um novo espírito utópico no século XX.

1.5. Um novo espírito utópico

O fracasso dos projetos utópicos, durante o século XX, causou uma cisão entre a utopia e a política ao longo dos anos. Pensar uma outra sociedade, como vimos com Thomas More no Renascimento tardio, era algo indissociável do fazer político de sua época; pois a utopia surgira como sátira da sociedade e também como seu contraponto – o “não lugar”. Todavia, sobre os escombros da Guerra Fria (1945-1991), o pragmatismo político tornou dicotômico aquilo que foi nomeado de *razão*, ou seja, a política propriamente dita, da *utopia*, agora renomeada de ilusória. Em suma, uma política plenamente racional e que busca uma estabilidade democrática está dissociada de um pensamento utópico ideológico. A utopia foi deliberadamente esquecida.

A leitura dessa nova utopia, ilusória e ideológica, apresenta-se como não pertencente ao mundo do pensamento político. Há um certo silêncio

sobre a construção da utopia e do desejo utópico (NOVAES, 2016). Sobre as bases desse silêncio, a utopia acabou sendo relegada ao fanatismo; fora do mundo pensante e racional; presa em um campo que é teológica e ficcional e que pertence a não-existência. A utopia reflete, desde então, um modelo ideológico de uma sociedade pacífica e reconciliada, que não existe nos dias de hoje e que nunca existirá. Com o fim da imaginação e do pensamento ligados a utopia, uma visão científica e técnica sobre o domínio da política – presente no programa baconiano de reforma do conhecimento – começou a ganhar espaço.

Além da tendência a ligar a utopia à fé supersticiosa e ao fanatismo religioso e político, uma das causas essenciais da recusa da utopia está, certamente, tanto no modelo científico desenvolvido e difundido por certas ideologias – entre elas a de uma sociedade absolutamente pacificada, mito da sociedade reconciliada (o que não representa necessariamente o pensamento de Marx como querem alguns) – como no domínio da visão científica e técnica do mundo hoje. A tecnociência dispensa o pensamento e a imaginação (NOVAES, 2016, l. 163)

O triunfo da inteligência artificial sobre a inteligência biológica, os nanorrobôs, a correção dos “erros” no DNA, e demais avanços tecnocientíficos, apresentam-se como verdadeiras promessas de um mundo melhor. Essa nova utopia tecnocientífica nasce com as mesmas promessas que Francis Bacon já defendera na *Nova Atlântida*: o prolongamento da vida e a autonomia em relação aos deuses, à natureza e à tradição, ao consolidar uma perspectiva pós-humana da nossa existência: o fim do nascimento e o fim da morte. Não obstante, com a negação da associação entre utopia e política, o Estado perde relevância nesse novo contexto. Este novo espírito utópico se configura sem Estado. É a utopia da tecnociência, do capitalismo dinâmico, das empresas privadas e das variações de mercado.

A utopia baconiana, além de despontar entre estudiosos como o enredo básico para as histórias distópicas, pode ser apontada como a geradora dos argumentos e mecanismos que possibilitaram a morte da

utopia moderna. O domínio tecnocientífico sobre a natureza na contemporaneidade restringiu o pensamento coletivo dos indivíduos, pois ao negarmos a utopia também negamos a coletividade.

Há algo de tenebroso contido na utopia baconiana. Longe dos aspectos morais e teológicos, que davam alicerce ao desenvolvimento científico na *Nova Atlântida*, o sonho do domínio do Homem sobre a natureza acabou por se inverter. De fato, observamos os equipamentos eletrônicos e os itens tecnocientíficos dominarem a humanidade. O controle e o autocontrole dos indivíduos, conduzidos pela tecnologia cotidiana, e restritos a homogeneização de suas atitudes e pensamentos, são reflexos deste novo espírito utópico que caminha para a destruição da *singularidade humana*. Cegos e imersos em um automatismo socialmente aceitável, nosso mundo desencantado é visto tal como ele é: um território árido de ilusões perdidas. E, a partir deste deserto, os desdobramentos utópicos possíveis só podem ser fundados sobre a perspectiva do medo, dando origem as distopias e relatos distópicos.

Avanços tecnológicos presentes, como na utopia eutópica *Nova Atlântida* – o prolongamento da vida e a possibilidade do melhoramento de corpos – também passariam a compor essa segregação social e tecnológica, se transmutando da visão utópica livre da desigualdade e da doença para inscrever-se nos corpos mesmos as marcas da desigualdade e do controle. Seria a resposta para o questionamento sobre o desdobramento do programa baconiano, enquanto ameaça, se efetivada, afirmativa? O fomento da ideia do *conhecimento-domínio* sobre a natureza como algo positivo, o avanço da tecnociência e o abandono da coletividade utopia, nos conduziram para a perspectiva distópica do futuro, tal como expressos nos livros de ficção científica? Afirmar categoricamente que o pesadelo distópico tenha em parte fundações nas ideias do programa baconiano, sem ao menos esclarecê-lo, é, no mínimo, temeroso e incompleto. Por esse motivo, no capítulo seguinte trataremos dos aspectos éticos-epistêmicos que sustentam sua utopia e a sua idealização da reforma do conhecimento.

Capítulo II

Admirável Nova Atlântida e o Programa Baconiano

O primeiro capítulo estabelece o percurso histórico para a compreensão dos aspectos fundantes de uma utopia, desde Thomas More até as distopias contemporâneas. Ao concluirmos este percurso alcançamos um certo esvaziamento do conceito de utopia. As promessas do futuro, da paz, da ordem política – *honestas/ utilitas* – e da vida eterna não mais pertencem ao compêndio das utopias. Agora, essas narrativas fantásticas são encaradas como místicas, teológicas e ilusórias. A construção deste vazio atravessa cinco séculos, em que o mesmo termo foi utilizado para nomear uma infinidade de obras que versassem sobre a sociedade da alteridade – seja ela insular e longínqua ou futuristas. Enquanto obra fantástica o papel da utopia era de sátira e crítica, mas ao ser transportada para o futuro – como na euchronia de Mercier – a narrativa suscita uma faceta peculiar da condição humana: pois, desde os tempos mais remotos pensamos o melhor dos futuros possíveis, mas também tememos o que virá (VIEIRA, 2010). Assinalada em uma mesma linha temporal, e de forma intrínseca a sociedade em que se vive, o relato utópico não é mais uma atividade do escárnio – é a idealização do mundo perfeito, tácito e inevitável. A grande questão é que os projetos políticos, pautados sobre bases utópicas, fracassaram (HINKELAMMERT, 2013): liberalismo, conservadorismo, anarquismo, comunismo, etc., deixando um espaço de desilusão e medo, em que florescerá a utopia negativa ou seu aspecto mais sombrio e malicioso: a distopia.

Todavia, por que essa problemática no conduz à filosofia baconiana? Essa questão pode ser abordada por múltiplos pontos de vista. A começar

pela ideia de progresso que continua presente no novo espírito utópico-distópico, ou seja, a ideia de progresso vinculada à defesa do domínio do homem sobre a natureza e o advento da tecnociência. A defesa baconiana da reforma do conhecimento – em contraposição a escolástica e a ciência especulativa – é um pilar fundamental para o advento da ciência moderna. A *razão instrumental* que Francis Bacon defende – que permeia sua filosofia e sua utopia – são fortemente questionadas na filosofia contemporânea, em particular pelos teóricos críticos. A exaltação da técnica como força motriz para um mundo melhor não apresentou resultados satisfatórios no século XX – e também no XXI. O progresso das ciências inevitavelmente nos conduzirá ao melhor dos mundos possíveis?

Outro ponto que podemos abordar é o fato de que a defesa do ideal de progresso garantiu a esterilização de outros saberes. Assim, misticismos, hedonismos e religiões eram, muitas vezes, saberes constituintes das narrativas e estruturas utópicas. O aparecimento da tecnologia como resposta para os segredos do mundo eclipsou outras formas e mesmo outras lógicas de se alcançar a paz e a compreensão. Hoje, a tecnociência cumpre todos os papéis que ajudou a minar: tanto na perspectiva utópica – a promessa de vida eterna, fim das doenças, alimentos melhores e demais revoluções científicas –, tanto quanto na perspectiva distópica – como “vilã” ou instrumento principal de coerção e controle dos governos totalitários ou das instituições de controle.

Ressaltamos que a filosofia de Bacon é central nessas questões, ora porque foi a ela atribuída alguns desses maldizeres – tais como a defesa de um ideal de progresso catastrófico ou as bases para a razão instrumental –, ora porque sua filosofia não foi compreendida por completo – como os desdobramentos de seu programa de conhecimento demonstram, ao serem discutidos sem os elementos ético-teológicos claramente defendidos pelo autor. De qualquer forma, é ao estudo do programa baconiano de reforma do conhecimento que devemos nos voltar. Para tanto, o capítulo busca cumprir dois objetivos: (1) investigar o programa baconiano e; (2)

pesquisar aspectos éticos, morais e teológicos da filosofia natural deste pensador inglês.

Se na obra de Francis Bacon os homens de ciência da *Casa de Salomão* constituem uma relação harmônica pré-adâmica por meio do desenvolvimento científico, em *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley, o caminho parece ter sido o avesso. Ao invés do paraíso, o império tecnocientífico das Industrias Fordistas¹ trouxe a dominação e o controle dos corpos para fins maliciosos. Como demonstrado, o domínio do ser humano sobre a natureza e sua concepção de sociedade tecnocientífica podem ter contribuído de forma significativa para a ascensão do pessimismo distópico vivenciado nos séculos XX e XXI. É necessário esclarecer, então, alguns dos principais conceitos subjacentes ao *programa baconiano* e qual a sua contribuição para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e do pensamento ocidental. A partir do breve levantamento de aspectos importantes de seu programa de reforma do conhecimento, objetivamos alcançar alguns dos pressupostos que sustentam a sua ideia de ciência e progresso, elemento fundamental para a compreensão da *Nova Atlântida*.

2.1. O Programa Baconiano e a Grande Instauração

O programa de melhora do conhecimento de Francis Bacon – por vezes referido *programa baconiano* ou *conhecimento-domínio* – é a pedra

¹ As chamadas *Industrias Fordistas* são o principal órgão governante da obra de Huxley, *Admirável Mundo Novo*. Outras referências são feitas ao empreendedor e industrial Henry Ford (1863-1947) – fundador da *Ford Motor Company* – ao longo da obra. Como, por exemplo, o calendário que segue a padronagem “antes de Ford” e “depois de Ford”. A figura de Henry Ford também é cultuada como a de um Deus e por vezes é utilizada em interjeições, como “*Oh, Ford!*” ou “*Por Ford!*”. O mito ao redor de Ford também é nítido na transferência de valores éticos e morais, conforme o trecho: “É curioso – prosseguiu, depois de pequena pausa – ler o que se escrevia na época de Nosso Ford sobre o progresso científico. Segundo parece, imaginavam que se podia permitir que ele continuasse indefinidamente, sem consideração a qualquer outra coisa. O saber era o mais alto bem; a verdade, o valor supremo; tudo o mais era secundário e subordinado. É certo que as coisas já então estavam começando a mudar. Nosso Ford mesmo fez muito para diminuir a importância da verdade e da beleza, em favor do conforto e da felicidade. A produção em massa exigia essa transferência. A felicidade universal mantém as engrenagens em funcionamento regular; a verdade e a beleza são incapazes de fazê-lo” (HUXLEY, 1969, l. 3367). Huxley faz de Ford um símbolo para seu novo mundo. O fordismo, termo criado por Henry Ford, em 1914, refere-se aos sistemas de produção em massa (linha de produção) e gestão idealizados, tal qual no *Admirável Mundo Novo*, em que este sistema foi expandido para outras áreas, como a fecundação e geração de novos membros da sociedade.

angular da *Nova Atlântida*.² Bacon fundamenta sua utopia sobre argumentos epistêmicos, éticos, morais e teológicos, diferentemente, como vimos, do que ocorre com a utopia de Thomas More. Lembremos, a título de comparação, que o vínculo entre os benefícios gerados pelos avanços tecnológicos e o progresso da felicidade humana, por exemplo, não aparecem claramente na utopia moriana; já na obra de Francis Bacon observamos a ênfase nos avanços tecnocientíficos enquanto anseio representado pela *Casa de Salomão*. Uma diferença marcante entre ambas as utopias é o fato de que a narrativa baconiana vincula a filosofia natural ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, ao passo que na utopia moriana:

A filosofia da natureza não estava vinculada à tecnologia, como acabou ocorrendo mais tarde. Morus não deixa de mostrar interesse pelas inovações tecnológicas e pela troca de conhecimentos. Em sua narrativa, o personagem Rafael Hitlodeu nos conta como ele e seus companheiros ficaram inflamados com a descoberta dos diferentes tipos de embarcações que aquele povo da ilha de Utopia havia desenvolvido. Pelo seu relato, vemos que os habitantes de Utopia desconheciam a agulha imantada e seu uso. (OLIVEIRA, 2002, p. 44)

Embora a ilha de *Utopia* possuísse inovações tecnológicas, ao não explorar-las o autor acentua sua visão receosa perante essas inovações (OLIVEIRA, 2002, p. 44-45). Essa perspectiva pode ser ratificada pelo trecho em que More expõe sua preocupação com a utilização da agulha imantada ou bússola.

Desconheciam-na por completo, motivo pelo qual o mar sempre os enchera de temor e raramente se afastavam muito da costa, a não ser no verão. Agora, porém, passaram a ter tamanha confiança na pedra-ímã [bússola] que as viagens de inverno deixaram de amedrontá-los – e trocaram a segurança pela temeridade. Na verdade, sua excessiva confiança ameaça transformar em

² Bensalém – cidade da *Nova Atlântida* –, assim como Amaurota, capital da Ilha de Utopia – possuem características similares: são limpas, seguras e geométricas. Mas, diferente da cidade descrita por More, Bensalém possui uma instituição de conhecimento e avanços científicos – que está vinculada a uma nova concepção de progresso. Essa característica faz da *Nova Atlântida* de Bacon uma fonte para as futuras utopias pós-século XVII – o que inclui as ficções científicas contemporâneas.

fonte de desastre uma invenção que lhes poderia ser vantajosa (MORE, 2009, p. 22).

Desta maneira, para More a confiança absoluta e irrestrita na pedra-ímã ou bússola aproximaria o povo de Amaurota de um desastre. Embora o pensador inglês deixe claro que o avanço da técnica seria inevitável para uma sociedade melhor, o seu temor em relação à técnica é a diferença fundamental que afasta seu projeto utópico do projeto utópico baconiano. A *Nova Atlântida* resulta do empreendimento filosófico do autor, que diferente de More está intimamente vinculado ao desenvolvimento científico como nuclear e portanto necessário para o progresso da felicidade humana. Assim, acreditamos que sua utopia é uma via excelente para a compreensão do *programa baconiano*, pois nela se encontra, condensada e convertida em metáfora, a indústria de uma vida inteira.

O empreendimento filosófico baconiano começa com a observação de sua sociedade. Francis Bacon percebe que a filosofia não havia acompanhado as transformações do mundo moderno como a descoberta de novos mundos. Todavia, as novidades adentravam também pelo universo técnico: o imã, a pólvora, a bússola e a imprensa haviam revolucionado o cotidiano das pessoas. As técnicas e as artes seguiam esse mundo em progresso, mas era necessário o desenvolvimento de um método que também acompanhasse essas transformações, ou seja, era necessária uma proposta efetiva de reforma do conhecimento e da filosofia natural. A partir dessas ideias é que Bacon começa a imaginar o seu programa de reformas. No programa baconiano, caberia ao homem reestabelecer a relação harmônica entre Deus e a humanidade ao dominar os segredos da natureza. Esse objetivo só seria alcançado por meio da reforma dos saberes.

Ciência e poder do homem coincidem, uma vez que, sendo a causa ignorada, frustra-se o efeito. Pois a natureza não se vence, se não quando se lhe obedece. E o que à contemplação apresenta-se como causa é regra na prática (*NO*, III, I).

O conhecimento humano e o poder humano coincidem; ao conhecer a natureza é fundamental que se conheça a causa primeira de suas ações, o seu funcionamento. Assim, para “vencer” a natureza e dominá-la efetivamente devemos “obedecê-la”, compreender as suas leis, a constituição de seus corpos e de seus movimentos – e uma vez que as leis e as causas se configuram como lugar comum para esse artífice, a possibilidade de criar, modificar e dominar se faz presente. Coincidentes, ciência e poder são úteis para que o homem se instaure (*NO*, I, I) como ministro e intérprete da natureza, condição necessária para reestabelecer a humanidade de volta ao período pré-adâmico ou em condições melhores que as atuais (*Instauratio*, 2008, p. 6). *A Nova Atlântida* é o resultado deste avanço em direção ao domínio e vexação³ da natureza.

A partir de Francis Bacon foi possível iniciar uma era de experimentações, da construção de instrumentos técnicos, da reprodutibilidade, da comunidade de homens trabalhando de maneira cooperativa em prol da ciência em laboratórios e em grandes projetos científicos. Seu avanço significativo está registrado na busca por um desenvolvimento do conhecimento natural – que para ele era inócuo até então⁴ –, e na aplicabilidade de seu método experimental-indutivo. Ambos poderiam restituir à humanidade o domínio perdido no episódio bíblico do pecado original (A

³ Muitos críticos de Bacon vão acusá-lo de advogar em prol da “tortura” da natureza, no que se refere ao seu empreendimento de domínio. Segundo Peter Pesic (1999) há uma má interpretação por parte dos críticos do verbete utilizado pelo Lorde Verulamio. Atribuem o significado de “*torture*” enquanto Bacon quis dizer “*vexation*” e, embora hoje possuam uma acepção semelhante, no século XVII eram distintas. “*Torture*” predispunha cárcere e castigo físico, enquanto “*vexation*” era um conflito entre duas partes pelo domínio do oponente, ou seja, sem o caráter agressivo do primeiro verbete. Bacon sabia claramente da diferença e utilizou as palavras em momentos distintos de sua obra, para além do fato de exercer a atividade jurídica, de onde o termo “*torture*” era por vezes empregado em seu próprio sentido. O que melhor traduz esse duelo entre homem e natureza é o mito de Prometeu na obra *Da Sabedoria dos Antigos*. C.f. (PESIC, 1999).

⁴ A filosofia antiga e medieval estava estacionada, na visão do Lord Chanceler Francis Bacon. O que se entendia por lógica, a mesma que ocupava os colégios e as escolas, em sua concepção, não passava de uma maquinação com estilo e sem nenhum proveito para a sociedade. A tradição aristotélico-tomista, a qual Bacon se refere, dominava os estabelecimentos educacionais de sua época. Os argumentos, debatidos e rebatidos a exaustão, estavam presos em um ciclo que nada acrescentava aos problemas da Europa do século XVI, conforme descrito pelo filósofo no próêmio à *Instauratio Magna* (BACON, 2008). Francis Bacon também tinha como objetivo afastar o argumento escolástico da filosofia, tanto da natural quanto da política. Para isso, ele buscou romper as tradições medievais – tal como o culto desmaiando a retórica. A nova sociedade deveria ser construída pelos mesmos artífices que dominaram e subjugaram a natureza, por meio da reforma do conhecimento por ele proposta. Um novo método para conduzir o aprimoramento.

Queda), incumbindo o homem, por meio da ciência, de trazer de volta a harmonia entre Deus e a humanidade.

Para satisfazer tantos desafios, Francis Bacon busca erguer “um volumoso programa intelectual com o qual tinha a intenção de promover uma grande restauração da ciência, quer de uma nova linguagem, quer de um novo espírito científico” (SPINELLI, 2010, p. 92). Bacon tinha como objetivo elaborar uma obra que contivesse tanto o conjunto das ciências e técnicas, como a promoção de uma nova mentalidade e um novo método – *Novum Organum*. A reforma que ele propôs tinha como finalidade substituir a ciência aristotélica, cujos silogismos, na visão do nosso filósofo, eram tautológicos, inúteis e assentados sob dogmas. Para tanto ele propõe uma ciência operativa.

O silogismo consta de proposições, as proposições de palavras, as palavras são os símbolos das noções. Pelo que, se as próprias noções (que são a base da realidade) são confusas e precipitadamente abstraídas dos fatos, não pode haver solidez no que se constrói sobre elas. Aqui está por que a única esperança está na verdadeira indução. (*NO*, XIV, 1).

O método experimental-indutivo de Bacon defende que as proposições fundamentais sejam extraídas da natureza por meio da observação regular e sistematizada pelo intelecto. Imaginemos a estrutura do método experimental-indutivo de Bacon como uma pirâmide. Entre a base – a demasiada e confusa informação extraída da filosofia natural – e o topo – espaço destinado as formas e às leis, há um corpo. Esse corpo da pirâmide é constituído pela história natural⁵ e pelos experimentos. Premissas estabelecidas única e exclusivamente por dogmas ou percepções da mente

⁵ A terceira parte da Grande Instauração, dedicada aos Fenômenos do Universo ou uma História Natural e Experimental para a fundação da Filosofia, exemplifica o desejo baconiano de estabelecer a busca pelo conhecimento verdadeiro por meio da razão e da experiência. A História Natural se refere ao registro sistemático de dados, de tal forma que exista a possibilidade futura de reprodução dos fenômenos descritos. É um registro ativo de técnicas e efeitos, que forneceria, de forma significativa, a possibilidade de investigação das causas. A História Natural não se restringe somente ao acúmulo de experimentos – tal como a formiga –, mas sim a elaboração intelectual dessas experiências com vistas à busca das causas a partir de seus efeitos. Todavia, unir a razão e a experiência não são suficientes para a capacitação plena dos homens de ciência. É necessário afastar-se dos preconceitos e das paixões. O seu método experimental-indutivo, proposto no *Novum Organum*, ajudaria a obter instrumentos que polissem a capacidade humana, livrando-nos de enganos ou ídolos (Cf. nota 7).

conduzem aos erros, e erros tornam-se gigantescos edifícios epistemológicos equivocados, já que estes estão assentados sobre estruturas frágeis e cheias de convenções e argumentos de autoridade.

Portanto, Bacon dirige uma crítica contundente à tradição filosófica escolástico-tomista. A propósito dos discursos, palavras e argumentos de autoridade, os professores das Escolas estavam perdidos na busca pela verdade. Somente a verdadeiro obra de Deus – a Natureza – é que poderia conter o conhecimento verdadeiro e frutífero dos fenômenos naturais, não a Bíblia Sagrada – responsável pelos valores morais. A ênfase agora circunscreve a operacionalidade junto à natureza. Daí a importância do método experimental de Bacon, cujo aforisma LXXXII da parte I do *NO* esclarece:

Ademais, o fim e a meta da ciência foram mal postos pelos homens. Mas, ainda que bem-postos, a via escolhida é errônea e impérvia. E é de causar estupefação, a quem quer que de ânimo avisado considere a matéria, constatar que nenhum mortal se tenha cuidado ou tentado a peito traçar e estender ao intelecto humano uma via, a partir dos sentidos e da experiência bem fundada, mas que, ao invés, se tenha tudo abandonado ou às trevas da tradição, ou ao vórtice e torvelinho dos argumentos ou, ainda, às flutuações e desvios do acaso e de uma experiência vaga e desregrada.

Bacon reafirma o equívoco dos homens que se propuseram a investigar o conhecimento e o fazer científico. Ora escolheram erroneamente seus objetivos, ora formularam mal os caminhos escolhidos, seus respectivos métodos, para o alcance da verdade. Há três possíveis caminhos divergentes: (1) ficar preso à tradição antiga sem se dar conta de que é necessário reformular novas ideias para os novos tempos; (2) presos às autoridades Escolares e aos argumentos e retóricas aristotélico-tomistas e (3) uma experimentação vaga e desregrada, que caminha à natureza sem traçar uma estratégia, objetivo ou método. Por isso, o método deve adotar a experiência bem fundamentada, ao invés do exame vago ou errático. Os experimentos devem ser gerados com ordem, regras e protocolos – o que o aproxima da propriedade geral dos corpos. As informações não devem

ser absorvidas de forma precipitada, diversa ou preconceituosa. É necessário que, aquele que se predispõem ao fazer científico, busque neutralizar os valores que carrega, a fim de não interferir no processo, além de compreender que a real motivação de sua atividade científica é o máximo benefício da humanidade e a reconexão com Deus. Para tal empreendimento, Francis Bacon dividiu sua *Instauratio Magna* em seis partes:

1. As Divisões das Ciências.
2. O *Novo Organum* ou Instruções para a Interpretação da natureza.
3. Os Fenômenos do Universo ou uma História Natural e Experimental para a fundação da Filosofia.
4. A Escala do Intelecto.
5. Os Precursores ou Antecipações da nova Filosofia.
6. A Nova Filosofia ou Ciência Ativa (*Instauratio*, 2008, p. 27).

Na primeira parte, intitulada “As Divisões das Ciências”, Francis Bacon tinha como objetivo classificar como estava situada a ciência de sua época. Já na segunda parte, intitulada “*Novo Organum*”, o filósofo inglês apresenta a proposta de método novo com o objetivo de substituir o *organum* aristotélico, ou seja, romper com a estrutura silogística e apresentar, em sua concepção, a “verdadeira indução”. Na terceira parte, “Fenômenos do universo, ou história natural e experimental para fundamentar a filosofia”, Francis Bacon propôs uma grande e exaustiva busca por dados empíricos dos mais diversos assuntos, ao fazer da *história natural* o alicerce fundamental para a investigação por meio do registro, classificação e coleta de dados empíricos. Na quarta parte, “A escada do Intelecto”, esperava prover exemplos palpáveis das etapas já apresentadas, por meio de testes, confirmações e a elaboração de novos axiomas. Na quinta parte, “Os Precursores ou Antecipações da nova Filosofia”, encontramos a apresentação dos primeiros resultados de seu método. Por fim, a sexta e última parte intitulada “A Nova Filosofia ou Ciência Ativa” em que o filósofo inglês proporia sua verdadeira ciência. Porém, da última parte da *Instauratio* não foi deixado nenhum registro propriamente. Todavia, o caminho e o modelo já tinham sido claramente expostos pelos passos anteriores; a crença

na capacidade humana de dominar a natureza para desenvolver uma sociedade feliz e justa. Essa proposta fez de Francis Bacon um dos primeiros filósofos modernos a conceber uma sistematização do conhecimento humano em uma escala jamais imaginada. As consequências da filosofia de Francis Bacon iriam impulsionar a ciência e a filosofia natural ocidental, inclusive do ponto de vista econômico. Basta pensarmos nos futuros investimentos na *The Royal Society* e ao longo da Revolução Industrial Inglesa (FARRINGTON, 1971).

A institucionalização e a profissionalização do fazer científico impulsionaram a consolidação da imagem de ciência que temos até hoje. Francis Bacon e o método experimental-indutivo estão diretamente ligados ao nascimento e à sua formação da imagem científica (ROSSI, 2004). Bacon dedica muitas páginas de seus escritos para o desenvolvimento e a consolidação dos elementos que alimentam a esperança dos homens de sua época, tal qual a expedição de Cristóvão Colombo ao mar, que ao deixar para trás a segurança de suas casas – aqui comparadas ao conhecimento dos Antigos – parte para se aventurar em novos mundos (FARRINGTON, 1971; ROSSI, 2004).

A função da ciência moderna, bem como todos os fins e valores que caracterizam o conhecimento científico, deve visar sempre a maximização e a preservação da vida humana. Há, assim, valores éticos subjacentes a essa proposta de investigação científica. Jamais se pode utilizar o conhecimento científico sem propósito ou motivação nobre: uma natural curiosidade, o desejo por distrair o espírito, a busca por fama, a ambição no aprimoramento da retórica e dos discursos, afastam consideravelmente o uso da razão para o bem de todos. O conhecimento deve estabelecer uma ponte para a felicidade humana. Deve ser utilizada tal qual um “escravo que trabalha por ser útil a um mestre”, não como “uma cortesã a serviço do prazer” (ROSSI, 2004, p. 14). Sua filosofia natural começou assim com uma crítica completa às escolas dominantes: com suas classificações de conhecimento inadequadas, seus métodos de adquirir conhecimento falhos, sua ideia de ciência como um empreendimento solitário era enganoso

e, acima de tudo, suas concepções dos objetivos da ciência estavam completamente erradas (ROSSI, 2004).

A filosofia natural de Bacon sustenta uma nova definição de conhecimento. Ao invés da contemplação, temos a utilidade e a conquista. A natureza, após o processo de dessacralização – separação entre filosofia natural e teologia –, pode ser subjugada, dominada e imitada pelo homem. Os âmbitos do artificial e do natural não mais se contrapõem. Não são dicotômicos. A técnica complementa a Natureza.

Em outras palavras, as coisas artificiais não diferem das naturais pela forma ou pela essência, mas apenas pela causa eficiente; no limite, os movimentos artificiais não devem ser contrapostos aos naturais. O calor solar pode ser comparado ao fogo, o ouro natural presente na areia é idêntico ao artificialmente produzido nas fornalhas. A física terrestre é idêntica à celeste. Assim, os homens de ciência não precisam mais temer a cólera divina por manipular, atormentar e alterar a natureza, pois manipular a obra divina é um de seus desígnios (ZATERKA e BARBOSA, 2017, p.206).

O conhecimento que produz artes e ciências nada tem de ofensivo ou herético, pelo contrário, é algo que honra a Deus, na medida em que nos aproxima de sua obra: a Natureza (*God's work*). Neste sentido, para Bacon, o *conhecimento-domínio* é a maneira pela qual alcançaríamos, no limite, a redenção da humanidade. Nesta perspectiva, só a *Nova Atlântida* poderia ser o melhor Estado ou mesmo o paraíso.

O resgate dos homens ao estado originário do Éden – ou o aprimoramento da condição humana – situa Francis Bacon no problema da filosofia política do Renascimento tardio: como constituir o melhor Estado possível? Nas palavras de Bacon:

[...] o comércio entre a mente humana e a natureza das coisas, que é mais precioso do que qualquer outra coisa na terra, ou pelo menos mais precioso do que qualquer coisa que vem da terra, pudesse por algum meio ser restaurado na sua condição perfeita e originária, ou se assim não puder ser, que fosse recuperado para uma condição melhor do que aquela em que agora se encontra (*Instauratio*, 2008, p. 5-6).

Esse “comércio”, ou seja, essa reunião entre mente e natureza só estaria completa quando os seres humanos pudessem subjugar a natureza das coisas (WHITE, 2013, p. 328). Uma vez subjugada, essa natureza poderia ser utilizada para produzir o *artefato* mais perfeito, uma comunidade em que as vicissitudes humanas fossem liquidadas: *Nova Atlântida*. Distanciando-se do *telos* aristotélico, a *Nova Atlântida* se apresenta como uma *possível* finalidade⁶ para a filosofia baconiana. Essa finalidade humana, defendida como suprema e possível, não deixa de ser também uma *finalidade utópica*.

A busca por um Estado perfeito permeou o imaginário dos Renascentistas, em específico, Thomas More e Nicolau Maquiavel. Ambos são fundamentais para a filosofia política contemporânea por apresentarem novas formas de delinear os desafios imputados ao convívio humano. More, ao compor sua utopia, imaginou um outro mundo melhor. Nicolau Maquiavel optou por analisar de forma pragmática as atividades políticas e se concentrar no receituário de ações e decisões a serem executadas pelo governante. No caso de Francis Bacon, sua filosofia política está fortemente vinculada ao ideal científico, às ideias de progresso e à reforma do conhecimento. Estes, atrelados à organização do Estado, poderiam conduzir a população para a efetivação da nação mais perfeita possível, e colocar em curso sua utopia tecnocientífica. Isso é o que vemos efetivado na comunidade da *Nova Atlântida*: o domínio absoluto sobre a natureza.

Francis Bacon, tal como Maquiavel, acreditava que a formulação da boa política devia se concentrar no que os homens fazem e não no que deveriam fazer. Dessa forma, situamos um paralelo entre Maquiavel, More

⁶ Francis Bacon procurou utilizar a terminologia de sua época, marcada fortemente pela tradição aristotélica (ADV II. VII. 2). Um exemplo disso é o significado dado as quatro causas aristotélicas. Conforme Zaterka (2012, p. 5), o distanciamento dos termos aristotélicos, além de dar um novo significado para a causa formal e material, excluiu do âmbito físico o *telos*, a “causa final”, responsável, segundo Bacon, por corromper a filosofia natural. Porém, a busca por uma finalidade pode ser legítima quando se trata de “coisas humanas”. “Decerto, discutir as causas finais como sendo compreensíveis apenas nas “coisas humanas”, presumivelmente as coisas feitas pelo homem, é mudar de modo radical o sentido das causas finais. A causa final, aquela pela qual todas as coisas existem, são as coisas que o homem cria, e a melhor coisa que o homem pode criar é a melhor nação, a nação da Nova Atlântida, a terra feliz, a terra de todas as coisas terrenas mais dignas do conhecimento” (WHITE, 2013, p. 329).

e Bacon, sendo este último uma síntese dos dois anteriores. Enquanto Maquiavel se preocupa em encontrar a origem da boa ordem política ao analisar situações extremas de conflitos, guerras e perseguições, Thomas More compôs um Estado perfeito assegurado na igualdade, no fim da propriedade privada e na transparência das atividades sociais. Francis Bacon buscou efetivar as ações pragmáticas de Maquiavel na estrutura utópica de More. A *Nova Atlântida* está assentada na ação direta sobre a natureza, e sua “importunação” é realizada pelo experimento. Ao fazê-lo, a natureza apresentaria os elixires da boa vida, os fármacos para a vida eterna e o fim da desigualdade social. Todas essas condições essenciais para a instauração de uma paz civil. Todavia, nem todos teriam acesso aos itens tecnocientíficos de forma plena.

Em planos práticos, a proposta de Bacon, embora defendesse o fim da desigualdade e a instauração da paz, fazia de sua sociedade imaginária algo rigidamente estamental. A estrutura social da *Nova Atlântida* separa e atribui diferentes funções para (1) os líderes da *Casa de Salomão*, (2) os operários e homens de ciência de menor valia – os coletores de dados – e os (3) cidadãos comuns – comerciantes, por exemplo. Somente os líderes da *Casa de Salomão*, tal como os líderes políticos, é que poderiam guiar aquela sociedade política e cientificamente, pois só eles tinham os conhecimentos necessários para isso: o aprimoramento ético – teoria dos ídolos⁷ – e tecnocientífico – método experimental-indutivo –, com vistas a reconciliação com Deus e o bem máximo da comunidade.

Desta mesma forma, a estrutura rigidamente estamental se apresenta também em âmbito internacional. A igualdade é defendida em caráter último; todavia, enquanto isso não é possível, é o Império Britânico que deve guiar o mundo para a “civilização” – e depois para a *Nova Atlântida* (WHITE, 2013). O primeiro objetivo foi atendido. O Reino Unido

⁷ Ídolos são preconceitos inatos ou adquiridos pelos homens, que podem atrapalhar ou obstruir o caminho para o verdadeiro conhecimento da natureza. Tal teoria foi formulada no Livro I do seu *Novum Organum*: “São de quatro classes os ídolos (ídola) que bloqueiam a mente humana. Para melhor apresentá-los, lhes assinamos nomes, a saber: Ídolos da Tribo, Ídolos da Caverna, Ídolos do Foro e Ídolos do Teatro” (NO, XXXIX, I): “Há quatro classes de ídolos que obstruem a mente dos homens. Atribuí nomes a esses, para fins de distinção, chamando a primeira classe de *Ídolos da Tribo*, a segunda *Ídolos da Caverna*, a terceira *Ídolos do Mercado*, a quarta *Ídolos do Teatro*”.

liderou, no mesmo século, uma brutal expansão marítima que, embora não fosse completamente inspirada nas ideias políticas de Bacon, demonstram em parte a ideia de domínio presente nas navegações inglesas nos séculos XVI e XVII.⁸

Os anseios imperialistas de Bacon, a formulação de uma sociedade estamental e a sombra do pesadelo distópico que pode ou não permear a *Nova Atlântida*, são características absorvidas sem que tenhamos abrangido o *programa baconiano* em sua totalidade. Para a compreensão do sucesso – ou do fracasso – do desdobramento do programa baconiano, é necessário que conheçamos os aspectos fundantes de seu projeto de reforma do conhecimento. Alicerces sem os quais ele não poderia assentar sua filosofia natural: concepções éticas e teológicas sobre o fazer científico, como veremos a seguir (na p.85).

Outro posicionamento importante de Francis Bacon diz respeito a razão e a experiência. O prefácio ao *Novum Organum* carrega também duras críticas, tanto à razão quanto à experiência em sua época. Se por um lado Bacon não está de acordo com o “labor extremo da mente” (BACON, 1979, p. 6), concluindo que esta não se basta sozinha; por outro lado admite que os sentidos não conseguem ser exatos e pautar com graus de certeza os juízos corretos sobre a natureza. A saída apontada por Bacon seria unir ambos os poderes humanos, a fim de reconstruir o edifício da mente humana. A reconstrução só seria possível por meio do desenvolvimento de instrumentos, métodos e técnicas para extrair da natureza respostas corretas aos seus questionamentos. Isso nos fica suficientemente claro ao sermos apresentados à *parábola do obelisco*.

Considere-se, por um momento, este exemplo que é como um espelho. Imagine-se um obelisco de respeitável tamanho a ser conduzido para a magnificência de um triunfo, ou algo análogo, e que devesse ser removido tão-somente pelas mãos dos homens. Não reconheceria nisso o espectador prudente um ato de grande insensatez? (*NO, prefácio*, p. 6)

⁸ Ver o item (1.2. p.39) em que são assinaladas as ideias imperialistas de Francis Bacon.

Nem mesmo os atletas mais fortes do mundo conseguiriam juntos mover o obelisco de uma cidade para outra somente com seus braços e pernas. Bem como os maiores filósofos de sua época que buscavam, segundo Bacon, o conhecimento verdadeiro inutilmente, utilizando somente a força de suas mentes. Tanto para o obelisco, como para o estabelecimento de juízos corretos sobre a natureza e a verdade, é praticamente impossível o empreendimento de qualquer grande obra humana sem o intercurso de instrumentos e máquinas.

O equilíbrio entre razão e experiência – a justa medida – parece ser o caminho mais seguro para o domínio sobre a natureza. Nem tão somente o dogmatismo dos racionalistas, sem o intercurso de experiências e máquinas; nem tão somente a experimentação e o acúmulo de histórias naturais, sem o alicerce e a sistematização da razão. Essa concepção de construção científica ainda possui ecos no *Novum Organum*, especificamente no aforisma XCV, da primeira parte (I) do livro:

Os que se dedicaram às ciências foram ou empíricos ou dogmáticos. Os empíricos, à maneira das formigas, acumulam e usam as provisões; os racionalistas, à maneira das aranhas, de si mesmos extraem o que lhe serve para a teia. A abelha representa a posição intermediária: recolhe a matéria-prima das flores do jardim e do campo e com seus próprios recursos a transforma e digere. Não é diferente a do labor da verdadeira filosofia, que se não serve unicamente das forças da mente, nem tampouco se limita ao material fornecido pela história natural ou pelas artes mecânicas, conservado intacto na memória. Mas ele deve ser modificado e elaborado pelo intelecto. Por isso muito se deve esperar da aliança estreita e sólida (ainda não levada a cabo) entre essas duas faculdades, a experimental e a racional.

A abelha, posição intermediária entre a formiga-empirista e a aranha-racionalista, representa o que deve ser buscado por aqueles que se aventuram na busca pelo conhecimento. E, mais uma vez, é o método baconiano que ajudaria no aperfeiçoamento dessas habilidades, ou seja, a necessidade dos experimentos elaborados pelo intelecto com vistas ao alcance do verdadeiro conhecimento.

2.2. Aspectos éticos e teológicos da filosofia natural de Francis Bacon

Parece-nos evidente que ambos os gêneros – distopias e utopias – partilhem de pontos em comum. O desenvolvimento tecnológico e o governo centralizado, em especial nas primeiras distopias e na utopia baconiana, se interseccionam e possibilitam a crítica ao empreendimento baconiano, no que tange aos aspectos éticos e morais do progresso tecnológico. Entretanto, ainda não nos é possível asseverar se Francis Bacon, ao compor sua utopia, tinha consciência de que o desenvolvimento e o progresso da ciência e da tecnologia poderiam guardar potenciais tanto negativos como positivos. Para elucidar esta questão investigaremos aspectos éticos e teológicos do empreendimento filosófico baconiano.

Bacon não só tinha consciência dos riscos do desenvolvimento científico, como propôs uma breve meditação sobre o tema ao longo de sua produção bibliográfica. Nesse sentido, um texto fundamental encontra-se em *A Sabedoria dos Antigos* (1609), a sua interpretação do mito de Dédalo, ou o mecânico. Além do aprimoramento ético e moral, essenciais para a produção científica, ele propõe, alicerçar sua produção científica nas distinções entre *God's Word* – a palavra de Deus ou A Bíblia – e *God's Work* – a verdadeira obra de Deus ou a Natureza, e nos avanços tecnocientíficos com vistas à comunidade – *commonwealth* – e de forma caridosa – *caritas*. Esse conjunto de elementos que veremos a seguir são fundamentais para o programa baconiano, para a reforma do conhecimento por ele proposta e para a criação e instalação de sua utopia.

Sua Instauração ou restauração – em um sentido religioso preciso – compreende aspectos políticos e históricos. Reaproximar os homens e Deus por meio da religião e da fé, no sentido moral, e das artes e da ciência, no sentido da Filosofia Natural (NO, LII, I).

Pois a Queda não foi ocasionada por esse puro e imaculado conhecimento com que Adão deu nomes às criaturas de acordo com suas propriedades. Tratou-se da ambição e do desejo orgulhoso de conhecimento moral para julgar o bem e

o mal, com vista à revolta do homem contra Deus e à outorga de leis a si mesmo; tal foi a forma e o modo de sua tentação” (*Instauratio*, 2008, p. 23).

A celeuma que separou Criador e criatura – o episódio de *A Queda* – é assimilada e interpretada por Francis Bacon de uma forma diversa. Para o filósofo inglês, não foi o desejo sobre o conhecimento, representado no fruto proibido, que fez Adão e Eva serem expulsos do paraíso, mas sim o desejo de conhecimento moral, este sim apenas de Deus. Cabe agora aos homens resgatarem esse elo perdido com o Criador e retomar a capacidade de refletir plenamente a natureza. Fora do paraíso, perdemos o domínio sobre a natureza e, conseqüentemente, sobre os elixires da boa vida, os fármacos, como também, da paz civil. Competiria a uma nova ciência – operativa, experimental e indutiva – a tarefa de reconectar a humanidade com o paraíso de outrora.

Em suma, para assumir uma posição de destaque na *Nova Atlântida* – ou ao menos buscar o conhecimento verdadeiro e o *conhecimento-domínio* sobre a natureza – é necessária uma série de condicionantes. O homem de ciência deve dotar-se de ferramentas racionais e empíricas para a atividade filosófica e científica e buscar diminuir ou eliminar os ídolos da mente, preconceitos e paixões próprios dos humanos ou do convívio em sociedade. O aprimoramento ético e moral dado pelo exame da teoria dos ídolos é fundamental para evitar que, mesmo tendo a capacidade tecnocientífica da criação de um objeto de dor e morte, como uma arma, não se utilize.

Somente com a técnica apurada é que o homem poderia desbravar os mistérios da natureza, aumentar e fortalecer o seu próprio poder. Todavia, Bacon sabia dos potenciais positivos e negativos do desenvolvimento do *conhecimento-domínio* da natureza e seus desdobramentos.

[...] a principal delas está em *Da Sabedoria dos Antigos*, na qual Bacon adverte que os instrumentos de prazer e os instrumentos de morte⁹ têm a mesma origem, isto é, que as invenções mecânicas que representam a criação e progresso podem também servir à destruição (OLIVEIRA, 2010, p. 148).

Ou, como nos esclarece Paolo Rossi:

Podemos começar com a chamada exaltação da tecnologia. Muitos críticos do entusiasmo de Bacon pela tecnologia e para a sociedade industrial não podem ter lido a sua interpretação do mito de Dédalo, o Mecânico no *De Sapientia Veterum*. Dédalo era um homem abominável, mas um grande gênio (*vir ingeniosissimus sed execrabilis*) (ROSSI, 2004, p. 39)

Vejamos como Bacon interpreta o mito de *Dédalo, o mecânico*:

Na pessoa de Dédalo, homem de alentado gênio, mas ruim caráter, os antigos viram a industriiosidade, a habilidade mecânica, justamente com seus artifícios desonestos e suas aplicações pervertidas. Dédalo fora banido por ter assassinado um discípulo e rival, mas logrou achar favor, no exílio, junto a reis e Estados. Inúmeras e excelentes obras, tanto para honra dos deuses quanto para adorno e magnificência de cidades ou locais públicos, foram concebidas e realizadas por ele. Entretanto, ganhou fama máxima por invenções ilícitas. Deve-se-lhe, com efeito, a máquina que permitiu a Pasifáe saciar sua paixão pelo touro. Portanto, o desgraçado e infame nascimento do monstruoso Minotauro, devorador de jovens inocentes, só se tornou possível graças à habilidade celerada e ao gênio pernicioso desse homem. Depois, para cobrir um feito ignóbil, excogitava outro e, visando dar guarita àquela calamidade, planejou e construiu o Labirinto - obra perversa nos fins, mas verdadeiramente admirável e preclara pela arte. Em seguida, não desejando que sua fama repousasse apenas em artes nefandas - e, também, para que fosse sempre solicitado a ministrar remédios e instrumentos maléficos -, concebeu o engenhoso artifício do novelo, graças ao qual era possível retrazar os meandros do Labirinto. Esse Dédalo acabou perseguido com grande severidade, diligência e inquisição por Minos, mas sempre achava meios de escapar e encontrar refúgio. Por fim, ensinou o filho Ícaro a voar; mas este, inexperiente e vaidoso de sua arte, despencou no oceano (BACON, 1963, *SV*, 19, p. 659).

⁹ Por instrumentos de luxúria e instrumentos de morte, Bacon compreende, respectivamente, o artefato que pode causar os prazeres dos sentidos e a morte violenta por artefato mecânico.

O mito de Dédalo descreve um homem genial, porém desonesto e que acaba exilado após assassinar seu rival. Acolhido na ilha de Creta, serviu a família do rei Minos, local em que produziu a máquina que permitiu a rainha Pasifáe copular com um touro, dando origem ao Minotauro. As invenções ilícitas de Dédalo são um exemplo tácito de como o desenvolvimento científico guarda seus perigos. Em *Da Sabedoria dos Antigos* (p. 659-660) Bacon analisa o mito de Dédalo extraíndo deste um ensinamento moral sobre o potencial negativo do desenvolvimento do *conhecimento-domínio*. O filósofo inglês admite que:

Decerto a vida humana muito lhe deve [ao desenvolvimento científico], pois daí se tiram inúmeras coisas úteis ao aparato religioso, ao ornamento do Estado e ao universo da cultura. No entanto, da mesma fonte promanam os instrumentos da luxúria e até da morte. Pois, sem falar das práticas dos alco- viteiros, os venenos mais insidiosos, as armas de guerra e outros engenhos letais são frutos da invenção mecânica – e, bem sabemos quão cruéis e perniciosos se mostram do que o próprio Minotauro (SV, 19, p. 660.)

Francis Bacon reconhece que a arte mecânica, bem como outros desenvolvimentos técnicos e científicos, guarda a possibilidade mesma de usos benévolos e perniciosos. O que impede o homem de ciência de fazer uso de seu conhecimento contra a humanidade ou na confecção de obras ilícitas? A reinterpretação do mito de Dédalo circunscreve, para além dos aspectos éticos e teológicos da filosofia de Bacon, a participação direta do Estado nas ações a serem realizadas. O Minotauro foi preso pelo rei Minos em um labirinto construído pelo próprio Dédalo, com o objetivo de escon- der a fera dos habitantes da ilha. O Minotauro acabou sendo morto por Teseu, herói grego que conseguiu superar as adversidades do labirinto ao utilizar um novelo de lã para entrar e sair deste são e salvo. Logo, uma ação firme do Estado na figura do rei Minos protegeu a população dos resultados maléficis dos experimentos de Dédalo, sendo que o desafio foi vencido quando Teseu combinou seu intelecto com um instrumento físico, um novelo de lã dado por Ariadne – filha do rei Minos –, mas cuja ideia

partira do próprio Dédalo. Bacon nos apresenta o problema e a solução para o mito de Dédalo que será transposto para sua *Nova Atlântida*. A instituição tecnocrata da *Casa de Salomão* seria a responsável por controlar, vigiar e organizar as atividades científicas na utopia baconiana, pois é ela a responsável pela organização do Estado em Bensalém. O filósofo utiliza das últimas páginas do esboço de sua utopia para demonstrar ao leitor quanto se havia conquistado. Entre estes itens de “luxúria e até de morte”, mas que, sob o domínio moral e ético da *Casa de Salomão* são devidamente protegidos da comunidade.

Nas mãos erradas, a tecnologia da Casa de Salomão poderia ser destrutiva. Com o poder de controlar o clima, pode-se inundar outro país; com venenos, pode-se assassinar o rei; com o poder de criar ilusões, alguém poderia enganar a população de modo a incitar um golpe. A ênfase no segredo em da *Nova Atlântida* é um sinal da cautela de Bacon. Os cientistas da Casa de Salomão usam toda essa tecnologia para o bem e a regulam rigorosamente. Como Bacon menciona, por exemplo, eles não permitem que ninguém use suas "casas de ilusão" para fins de decepção. Parece, então, que Bacon reconhece que a tecnologia que ele prevê pode ser usada para o bem ou para o mal e que, por meio dos costumes, restrições e regulamentos adequados, é possível garantir que as pessoas certas possam manter o controle sobre a tecnologia e usando-a de maneira que beneficiem a humanidade (SCHWARTZ, 2014, p. 5)¹⁰.

Bacon é manifesto na descrição de sua utopia. Não será a população inteira que terá acesso aos “instrumentos de morte”, nem mesmo as lideranças políticas e civis. Aqueles que ficarão responsáveis por sua proteção serão “as pessoas certas”. Mas, afinal, quem seriam essas pessoas? De fato, sabemos que o controle da *Casa de Salomão* e do Estado está nas mãos dos

¹⁰ *In the wrong hands, the technology of Salomon's House could be destructive. With the power to control the weather, one could flood another country; with poisons, one could assassinate the king; with the power to create illusions, one could deceive the populace in such a way as to incite a coup. The emphasis on secrecy in The New Atlantis is a sign of Bacon's cautiousness. The scientists of Salomon's House use all of this technology for good and tightly regulate it. As the father mentions, for example, they do not allow anyone to use their houses of illusion for purposes of deception. It appears, then, that Bacon recognizes that the technology he envisions can be used either for good or for ill and that through the proper customs, restrictions, and regulations, it is possible to ensure that the right people can retain control over the technology and put it to use in ways that benefit mankind.*

homens de ciência. Somente estes homens, que estudaram o método experimental-indutivo, que aprimoraram seus valores éticos e teológicos, por meio da diminuição de paixões e preconceitos e do fazer científico com vistas ao melhoramento da comunidade humana, é que são aptos à liderança. São aqueles que, mesmo tendo acesso aos instrumentos de luxúria e morte, não farão seu uso. Em suma, “as pessoas certas” seriam os homens de ciência que, paralelo ao desenvolvimento científico e tecnológico, aprimoraram seu arcabouço ético e moral, algo possível com o auxílio do método experimental-indutivo e da eliminação dos ídolos, que Francis Bacon propõem em seu programa.

Todavia, a fragilidade da segurança da sociedade em *Nova Atlântida* pode ratificar que a *Casa de Salomão* possui um anseio distópico de realizações nefastas que só as Industrias Fordistas de Huxley em *Admirável Mundo Novo* ou o INGSOC – partido do *Big Brother* de George Orwell em 1984 – ousariam propor (MINOIS, 2016) (CLAEYS, 2013) (BOOKER, 1994). Como nos diz Schwartz (2014, p. 10):

Uma vez que essa quantidade de poder pressupõe a adoção do método de Bacon, e como aqueles que entendem o método de Bacon tão bem o usarão tanto na ética quanto na filosofia natural, deve-se esperar que o progresso ético e o progresso tecnológico andem de mãos dadas (tudo sendo igual)¹¹.

Para efetivar resultados proveitosos no desenvolvimento de artefatos, máquinas e instrumentos, o homem de ciência deve assimilar por completo o método proposto por Bacon. Embora o filósofo natural possa nunca ter sistematizado uma ética propriamente dita, o pleno exercício do método lhe garantiria um progresso significativo neste campo.

Uma vez que, a partir do instante em que se inicia a aplicação do método experimental-indutivo, na concepção de Bacon, também se inicia certo aprimoramento moral e ético. Esta condição, que podemos chamar

¹¹ *Since that amount of power presupposes the adoption of Bacon's method, and since those who understand Bacon's method so well will use it in ethics as well as in natural philosophy, one should expect ethical progress and technological progress to go hand in hand (all things being equal).*

de *duplo aprimoramento*, permite que o filósofo natural, senhor e ministro da natureza, possa dominá-la plenamente, de tal modo que possa utilizar da natureza para a construção de instrumentos de luxúria e de morte, embora, pela segunda condição de aprimoramento, nunca vá utilizá-los contra os seus semelhantes, cidadãos de sua comunidade.

As qualidades que Bacon espera de um filósofo natural são as mesmas que se espera de um homem sábio. Sabemos que a figura do homem de ciência ou filósofo natural é prestigiada na filosofia e na utopia baconiana. E um homem sábio, para Bacon, é aquele que, além da eliminação ou diminuição da influência dos ídolos, coloca como propósito de sua investigação natural o bem da comunidade (*Commonweath*) e a restauração do elo com Deus Criador por meio da caridade (*Caritas*).

Francis Bacon foi um dos primeiros filósofos a estabelecer uma distinção clara entre a filosofia natural e a teologia. Esta distinção está presente desde *O Progresso do Conhecimento* [*The Advancement of Learning*] texto de 1605, como também na publicação do *Novum Organum* e da *Instauratio Magna* (textos de 1620). Em alguns momentos durante a *Nova Atlântida* é dito que o cristianismo chegou à ilha de Bensalém muito depois do desenvolvimento da sociedade; e embora acolhida fortemente pela população, não possui participação nas decisões da *Casa de Salomão*, estando subjugada a esta. No texto do *Plano da Obra da Instauratio*, Bacon faz uma analogia com a famosa passagem bíblica de Mateus 22:21: “Dai, pois, a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus”, ao afirmar que o aumento da luz natural – nossa capacidade racional – não obscureceria nosso respeito aos mistérios divinos, embora o conhecimento não vá mais se submeter e se sujeitar por inteiro aos oráculos divinos, “dando à fé o que é da fé” (*Instauratio*, 2008, p. 23).

As Escrituras Bíblicas, os mistérios divinos e a religião são a palavra de Deus (*God's Word*), cuja função nos cabe a de crer e adorar. Ela não possui influência na obra de Deus (*God's Work* ou a Natureza), objeto do estudo da filosofia natural. Por meio da obra de Deus, Bacon acredita que “podemos conhecer seus efeitos, ou seja, as causas secundárias que estão

presentes na ordem da natureza”, o que se diferencia radicalmente, na filosofia baconiana, das Escrituras em que “encontramos a palavra divina, cujos desígnios misteriosos estão acima da razão natural”.

Portanto, confundir teologia com filosofia ou vice-versa é incorrer num grave erro, ou seja, continuar no registro da vã filosofia. Graças à religião e à fé, o homem poderia recuperar o estado de justiça perdido com o pecado; mediante as obras poderia adquirir o domínio sobre as coisas naturais. Neste sentido, percebemos que a separação entre filosofia e teologia é constitutiva da reforma baconiana dos saberes. (ZATERKA, 2004, p. 99-100)

No *Advancement of Learning* a mesma questão nos é apresentada da seguinte forma: Deus é a causa primeira que se manifesta nas causas segundas – a natureza ou a obra de Deus. Por meio do desenvolvimento científico do *conhecimento-domínio*, o homem se tornaria “senhor e ministro da natureza” (*NO*, I. I) aproximando-se da obra do Criador. Para Bacon, o episódio do pecado original ocorreu porque o homem quis conhecer os mistérios e os desígnios de Deus para subverter suas leis morais – a legislação do que é bom e do que é mau.

Pois a Queda não foi ocasionada por esse puro e imaculado conhecimento com que Adão deu nomes às criaturas de acordo com suas propriedades. Tratou-se da ambição e do desejo orgulhoso de conhecimento moral para julgar o bem e o mal, com vista à revolta do homem contra Deus e à outorga de leis a si mesmo; tal foi a forma e o modo de sua tentação (*Instauratio*, 2008, p. 23).

A punição por tal desobediência foi a perda do domínio sobre a natureza, fazendo com que Ele escondesse no mundo todos os fármacos, elixires e unguentos para o prolongamento da vida e a melhoria da sociedade. Desenvolver instrumentos para desbravar e recompor a sociedade, “em sua condição perfeita e originária” do estado pré-adâmico, reataria os laços entre Deus e a Humanidade (*Instauratio*, p. 6). Isso só ocorreria, se, e somente se, o objetivo máximo fosse realmente atender as deficiências da comunidade humana. Caso contrário, Bacon crê que a motivação vazia

(de má qualidade) seria tão pernicioso quanto o pecado original. Essa motivação vazia, que nos *incha* segundo Bacon, pode ser atrelada aos interesses escusos e inescrupulosos de Dédalo, por exemplo. Pois a filosofia natural – experimental e indutiva – deve ter como objetivo supremo o bem da comunidade (*Commonweath*) e ser motivada pelo bem da sociedade humana de forma caridosa (*Caritas*).

Sendo, pois, tais a capacidade e o alcance da mente humana, é manifesto que não há perigo algum de que a proporção ou quantidade de conhecimento, por maior que seja, a faça inchar ou sair de si; não, mas sim que é qualidade do conhecimento, tanto se é mais como se é menos, se é tomado sem seu corretivo próprio, que traga em si algo de veneno ou malignidade, e alguns efeitos desse veneno, que são ventosidade ou inchaço. Esse tempero corretivo, cuja adição torna o conhecimento tão soberano, é a Caridade, que o apóstolo imediatamente agrega à cláusula citada, pois diz: *o conhecimento incha, mas a caridade constrói* (*ADV, I, I, 3*).

Para nos aproximarmos de Deus e conduzir o bem da comunidade (*Commonweath*) é necessário que tenhamos em vista que o objetivo mais elevado é a caridade (*Caritas*), o benefício supremo do máximo de pessoas possíveis. O perigo no desenvolvimento do *conhecimento-domínio* para Bacon se daria na ausência de motivação legítima e sincera para tal empreendimento. O conhecimento sem *qualidade* (*inchaço*) é tido para ele como um veneno que inebria e obscurece a alma. Bacon deixa claro que o único capaz de preencher nosso intelecto por completo é Deus e que os conhecimentos adquiridos pelos sentidos, mesmo em grande quantidade, não podem fazê-lo.

Para revelar, pois, a ignorância e o erro desta opinião e o equívoco de seu fundamento, pode-se muito bem evidenciar que esses homens não observam ou consideram que não foi o conhecimento puro da natureza e universalidade, conhecimento a cuja luz o homem deu nomes às outras criaturas no Paraíso, conforme eram trazidas diante de si, de acordo com suas propriedades, o que deu ocasião à queda; mas sim o conhecimento orgulhoso do bem e do mal, com uma intenção no homem de dar-se uma lei a si mesmo e não mais depender dos mandamentos de Deus, que foi a forma da tentação. Tampouco há

alguma quantidade de conhecimento, por grande que seja, que possa fazer inchar a mente do homem; pois nada pode preencher, e muito menos dilatar, o espírito do homem, a não ser Deus e a contemplação de Deus; e por isso Salomão, falando dos dois sentidos principais da inquisição, o olho e o ouvido, afirma que o olho nunca se sacia de ver, nem o ouvido de ouvir; e se não há plenitude, então o continente é maior que o conteúdo: assim também do próprio conhecimento e da mente do homem, para os quais os sentidos não passam de informantes, ele diz estas palavras, colocadas depois do calendário ou efemérides que faz das diversidades dos tempos e estações para todas ações e propósitos: e conclui assim: *Deus fez todas as coisas belas, ou apropriadas, cada uma para sua estação: também colocou o mundo no coração do homem, mas o homem não pode descobrir as obras que Deus fez do princípio ao fim*: declarando sem obscuridade que Deus moldou a mente do homem como um espelho ou vidro capaz de refletir a imagem do universo, e feliz de receber a impressão dele, como o olho é feliz de receber luz; e que não apenas se deleita com a contemplação da variedade das coisas e as vicissitudes dos tempos, como também se eleva para descobrir e discernir as ordenanças e decretos que através de todas essas mudanças são infalivelmente observados. E embora ele insinue que a lei ou suma suprema da natureza, que ele denomina a *obra que Deus fez do princípio ao fim*, é impossível de ser descoberta pelo homem, ele, contudo, não menoscaba a capacidade da mente, mas o põe como algo que pode ser atribuído a impedimentos tais como a brevidade da vida, a má conjunção de esforços, a transmissão defeituosa do conhecimento de mão em mão, e muitas outras inconveniências a que a condição do homem está sujeita (ADV, I, I, 3).

Neste extenso trecho, Francis Bacon afirma que somos o espelho do mundo: a criação de Deus. Não devemos nos privar de conhecer a Natureza, suas causas e suas leis. Como Bacon esclarece na citação acima, conhecemos as impressões sensíveis deste mundo, pois só Deus pode conhecer sua obra *do princípio ao fim*, mas não devemos nos privar de ordenar as descobertas e estabelecer leis para a Natureza. Nossa capacidade racional não é um impeditivo para tal ação. Pelo contrário, fomos moldados para executar essa ação. A má conjunção de esforços, a brevidade da vida, o conhecimento transmitido de forma equivocada e os preconceitos e vícios dos Homens é que podem desviar o efetivo conhecimento dos fenômenos da natureza. Bacon demonstra que o avanço do

conhecimento não produz ateus, vícios, nem malignidades, desde que esse conhecimento seja produzido com *qualidade*, algo que só é possível com uma motivação clara e caridosa para o desenvolvimento de benesses para a comunidade humana e cujo objetivo não seja a acumulação do conhecimento sem nenhum propósito ou aplicabilidade. E que também não é nenhum demérito buscar esse conhecimento, desde que não seja para constituir novos valores morais diferentes daqueles dados pela palavra de Deus (*God's Word*). É Deus, e somente Deus, que pode trazer saciedade e preencher a mente do homem. Senão for uma investigação, tendo por base a adoração de Deus, o conhecimento pelo conhecimento não produz saciedade, somente angústias e perturbações (inchaços). Porém, essa adoração a Deus não se restringe às Escrituras. Pensar em Deus se manifesta na caridade e na comunidade, em traçar um objetivo na investigação, e que esse objetivo seja benéfico e generoso. Caso contrário, o conhecimento que ali está só há de inchar o intelecto humano, sem trazer soluções e nem saciedades.

A *Nova Atlântida* é regida com intuito de estabelecer e dominar as práticas científicas com vistas ao máximo benefício da comunidade humana. Logo no início do livro, os viajantes que aportaram na cidade utópica de Bensalém ficaram em “quarentena” no porto pois estavam enfermos. Os cidadãos não só acolheram posteriormente os navegantes como os curaram, ora isso só foi possível pela identificação que a comunidade de Bensalém criou com a tripulação do navio. Eram humanos e precisavam ser ajudados de alguma forma, colocando o bem da comunidade acima das desconfianças, intrigas e conflitos da sociedade internacional fora da ilha.

Aqui vemos a motivação clara da utopia baconiana. Tal motivação, sabemos, não é localizada nas distopias dos séculos XX e XXI. Se admitirmos por um instante que estas motivações não sejam o bem da comunidade humana e sim a estabilidade absoluta do Estado, isso significaria a nulidade dos benefícios do *conhecimento-domínio* da natureza e a não efetivação do método por completo, absolvendo Bacon de carregar

consigo a gênese do processo distópico, no que diz respeito a centralidade e poderio do Estado e de acordo com o *Advancement*, em que Bacon restringe a aplicabilidade de leis e axiomas morais aos ensinamentos cristãos, caridosos e comunitários. Segundo Schwartz (2014, p. 12):

Ele [Bacon] não espera que nos tornemos santos morais; seremos as mesmas criaturas imperfeitas como sempre. Mas usaremos nosso conhecimento de caráter e afeições para desenvolver técnicas mais eficazes para direcionar nossa vontade para os fins adequados.

Neste ponto, o fiel da balança do sistema baconiano é a ética composta pelo desenvolvimento máximo da caridade e do bem da comunidade, atrelado a aplicabilidade de seu método de forma ampla; algo que definitivamente não permeia as leituras distópicas contemporâneas que possuem como fim adequado a perpetuação de seu poder sobre a sociedade.

Considerações finais

O presente trabalho apresenta-se como uma interpretação da obra filosófica de Francis Bacon, tendo por premissa os valores éticos-epistêmicos de sua reforma do conhecimento presentes nas interpretações que Bacon faz tanto da mitologia grega (mito de Dédalo), quanto do episódio cristão da Queda – e a conseqüente expulsão do paraíso. Estes valores, que perpassam a caridade, a coletividade e a restrição da utilização dos avanços técnicos por filósofos naturais suficientemente esclarecidos de suas atividades, foram subjugados ao longo dos séculos por inúmeras razões. Dentre elas, o advento e a consolidação do modo de produção capitalista e, principalmente, na nossa interpretação, da perda contemporânea do ideal coletivista presente nas utopias do século XVI e XVII. O declínio das narrativas utópicas no século XX fez ascender as críticas que passaram a apresentar o avanço tecnocientífico com desconfiança e, ao mesmo tempo, como o único futuro possível; um futuro, por vezes, distópico.

O conjunto de premissas que compõem o programa baconiano abarcam não só o aprimoramento da técnica e da ciência, como também o aprimoramento intelectual e ético do homem de ciência. A necessidade do aprimoramento intelectual e ético é fundamental para a diminuição da incerteza e da inconstância em relação ao eventual fracasso. Isso é essencial, pois na origem da modernidade houve uma tensão entre a esperança de novidades extraordinárias e a angústia de catástrofes iminentes. Tal como uma caravela Seiscentista, que avança mar a dentro, sem saber qual o destino da viagem, nem ao menos se regressará, a ideia de “naufrágio” sempre esteve presente na concepção de progresso. Aliás, as metáforas náuticas permeiam os escritos de Bacon. O frontispício ao *Novum Organum* (p. 37), o enredo inicial de seu relato utópico *Nova Atlântida* e a

importância das viagens oceânicas, que ao lado do imã e da bússola revolucionaram a história mundial, nos ajudam a compreender a importância da temática na filosofia baconiana. Foram os antigos que, ao “naufragarem”, só conseguiram salvar dos escombros de suas embarcações algumas tábuas, aliás as mais leves delas, diria Bacon.

Aqui se apresenta a imagem (destinada a ser retomada e desenvolvida mais tarde) da filosofia de Aristóteles semelhante à tábua que flutua no mar depois de um grande naufrágio. Remetendo ao evangelho de João (5:43), Bacon aproximava aqui (como já tinha feito no *Advancement*) a figura de Aristóteles à do Anticristo ou Príncipe dos Impostores (ROSSI, 1999, p. 26)

Francis Bacon acusa Aristóteles de apagar os verdadeiros filósofos. Ao subjugar outras filosofias – pré-socráticas e romanas – a filosofia de Aristóteles foi a única tábua que sobrou no naufrágio da ciência. Não necessariamente porque as tábuas de Aristóteles tinham mais qualificações, mas por serem *leves* e as únicas a sobreviverem a tragédia. O Renascimento vai recuperar, *do fundo do mar da história*, importantes escritos do início da modernidade, tais como os textos de Empédocles, Heráclito, Leucipo e Demócrito. Essa recuperação reforça a visão cíclica de florescência e decadência das ciências. Pois as tábuas vão reemergir aos poucos, talvez em lugares distantes e distintos, mas vão reemergir.

Ao acusar Aristóteles de tentar apagar os registros dos pré-socráticos, nosso pensador faz um alerta para o futuro: não é pela autoridade e pelo esquecimento que se constrói o progresso, mas pelo acúmulo do saber, com vistas à verdade. Essa busca só é possível por um ideal mais democrático de ciência, nascida no âmbito de perspectivas e interesses diversos, relativos às histórias naturais e ao gênero humano. Fazer ciência é apoiar-se na concepção pluralista e compartilhada de saberes (ROSSI, 1999).

Soma-se a este alerta, outros importantes elementos para o fazer científico baconiano: (1) a necessidade de conhecer o método experimental-indutivo, tendo em mente que a experiência intelectualmente elaborada é fundamental para o progresso do conhecimento; (2) o aprimoramento ético dado pela teoria dos ídolos – crítica ao fazer científico apaixonado e

preconceituoso e; (3) ter como objetivo a maximização da qualidade de vida das pessoas e da comunidade, tendo como meta a reaproximação da humanidade e de Deus, por meio do *conhecimento-domínio* da Natureza. Assentada sobre esses pilares, a *Nova Atlântida* possui suficientes motivos para permanecer eutópica. Embora, ainda possamos questionar a política rigidamente estamental e o controle autoritário dos instrumentos de luxúria e morte, temos elementos suficientes para descolar a concepção distópica contemporânea da matriz baconiana de utopia.

Todavia, ainda que possamos afastar o programa baconiano daquilo que circunscreve um ideal distópico contemporâneo, é em seu desdobramento que reside algo de sombrio. Sem carregar consigo toda essa bagagem política, ética, filosófica e teológica, o programa baconiano apresenta um perigoso desdobramento nos séculos XX e XXI. E é neste contexto que há uma possibilidade de aproximação crítica da produção ficcional distópica contemporânea dos desdobramentos do programa baconiano.

O administrador Mustafá Mond responde a Jonh - o Selvagem: “Deus não é compatível com as máquinas, a medicina científica e a felicidade universal. Deve-se optar. Nossa civilização escolheu a máquina, a medicina e a felicidade” (HUXLEY, 1969, p. 288). O administrador acredita que Deus seria a resposta para todos os temores movidos quando o espírito está tranquilo. Para evitar questões sobre a morte e sobre o destino, a civilização, segundo o Sr. Mond, deveria se lançar à rotina frenética, alucinada e geneticamente condicionada de seu *Admirável Mundo Novo*. Este livro, escrito por Aldous Huxley em 1932, possui questões que ressoam na contemporaneidade. O que renunciamos ao optar pelo desenvolvimento da ciência moderna? De certo que o caminho trilhado reflete as escolhas tomadas de forma coletiva por nossos antepassados. O que nos leva ao segundo questionamento: quais escolhas faremos no presente para garantir o futuro?

A presente reflexão possibilita que distancieemos a utopia baconiana do ideal distópico usual, qual seja, aquele que controla, vigia e pune uma

sociedade para manter a coesão desta. *A Nova Atlântida* está organizada sob a égide do benefício máximo da comunidade humana que nela habita; e o pleno desenvolvimento do programa baconiano permitiu, naquela sociedade, um avanço significativo nos campos tecnocientíficos e éticos. Contudo, ainda é preocupante que a *Casa de Salomão* mantenha um arsenal de armas, artefatos de morte e itens de ilusão sob seu único e exclusivo controle.

O pensador inglês defende que, sob a liderança de homens sábios os artefatos, e embora tenham sido criados e estejam na ilha de Bensalém, são inofensivos para a comunidade humana. O avanço ético e, sobretudo a caridade (*Caritas*) podem aqui ser movimentados para salvaguardar a pequena ilha da ameaça potencial representada pela *Casa de Salomão*. Aliás, o fato de estes itens de morte e de luxúria estarem sob tutela de um homem de ciência, nutrido com as bases do programa baconiano, torna-se um acalento para seus cidadãos.

Todavia, estaria a gênese distópica atrelada ao uso demasiado do *co-nhecimento-domínio* sob a natureza, desdobrado nos problemas característicos da contemporaneidade; e cuja literatura distópica se apresenta como crítica? O que ou quem garante a fidelidade deste homem de ciência? Segundo Adorno e Horkheimer (2006, p. 17-18) “hoje apenas presumimos dominar a natureza, mas, de fato, estamos submetidos à sua necessidade”, em uma clara referência aos programa baconiano. Segundo o filósofo inglês, não temos dúvidas quanto as malignidades no desenvolvimento de qualquer ação humana sem um objetivo dignificante. É o esvaziamento do sentido valorativo presente na *Nova Atlântida* e na obra de Bacon que conduziu a humanidade para sua própria “distopia em progresso”.

Esvaziado, este objetivo que comanda o desenvolvimento tecnocientífico do empreendimento baconiano pôde ser cooptado por outras motivações, desdobrando-se em elementos problemáticos contemporâneos. Para o filósofo alemão Hans Jonas (2006, p. 59 e 235), a ameaça tenebrosa contida no ideal baconiano não contou desde a origem com as

ideias do capitalismo. E, uma vez que a sociedade não é feita de sábios, o princípio de *Caritas* acabou sendo subjugado pelo consumo, pela “superutilização” da natureza e pela própria perda do homem de si, tornando-se ele mesmo objeto e não senhor da natureza, preso em sua *Admirável Nova Atlântida*.

Este trabalho objetivou estudar determinados aspectos da contemporaneidade a partir da filosofia de Francis Bacon. De certo que, nos manuais e nos livros de história da filosofia, o filósofo inglês figura entre os que estão na vanguarda da ciência moderna e do método experimental-indutivo. Os estudos que abrangem os escritos baconianos orbitam muitas vezes em questões epistêmicas e gnosiológicas. Entretanto, foi possível, ao analisarmos sua utopia e os aspectos éticos-teológicos da construção de seu programa de reformas do conhecimento, asseverar que sua filosofia, outrora acusada de alicerçar a *razão instrumental* e o domínio absoluto do homem sobre a natureza, foi parcialmente compreendida ao longo dos anos. Seu fazer científico só é corretamente compreendido se estiver devidamente atrelado e condicionado às esferas teológicas, morais e éticas.

Parece-nos importante acentuar que o caminho que foi trilhado para a conclusão do presente trabalho produziu outras e novas questões sobre a filosofia baconiana e sobre a contemporaneidade. Questões essas que podem ser abordadas em um trabalho futuro, como por exemplo, as questões que versam sobre (1) a filosofia política e o imperialismo em Francis Bacon; (2) o aprofundamento teórico em outros escritos literários, como por exemplo, suas definições de matéria e natureza presentes em *A Sabedoria dos Antigos* ou; (3) inclusive concentrar-se em como o método experimental-indutivo de Francis Bacon é lido e assimilado ao longo destes anos.

Todavia, é na questão da longevidade humana e na perspectiva da “morte da morte” que reside um desdobramento natural dessa dissertação. Ora porque, tanto em a *Nova Atlântida*, quanto em sua *História da vida e da morte* (1623), Francis Bacon abre a possibilidade para o prolongamento da vida humana, questão essa, sabemos, absolutamente atual

para a contemporaneidade e que também repercute em novos espíritos utópicos.



2 Tom Gauld - Dystopian Novel - 2017

“Eu vou me calar e escrever um romance ambientado em uma horrível distopia”; “Boa sorte!”

“Cinco anos depois”; “Terminei!”

“Droga!”

Referências

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. 2ª. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- ALKON, P. **Origins of Futuristic Fiction**. Atenas e Londres: The University of Georgia Press, 1987.
- APPELBAUM, R. **Literature and Utopian Politics in Seventeenth Century England**. 2ª. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- ARAÚJO, R. B. D. A Revolução tecnocientífica e a Distopia no imaginário Ocidental. **Revista Brasileira de Ciência, Tecnologia e Sociedade - UFSCAR**, São Carlos, v. 2, n. 1, p. 2-11, jan/ jun 2011. ISSN ISSN: 2178-8618.
- BACON, F. De Dignitate et Augmentis Scientiarum. In: **The Works of Francis Bacon**: v. IV. Ed. e Trad. James Spedding; Robert Leslie Ellis; Douglas Denon Heath. London: Spottiswoode & Co, 1858. Disponível em: <<https://archive.org/details/worksfranciscoheatgoog>>.
- _____. **A Sabedoria dos Antigos**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- _____. **O progresso do Conhecimento**. São Paulo: Unesp, 2007.
- _____. **Nova Atlântida e a Grande Instauração**. Lisboa: Edições 70, 2008.
- BOBBIO, N. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. 3ª. ed. São Paulo: UNESP, 2011.
- BOOKER, M. K. **The Dystopian Impulse in Modern Literature: fiction as social**. Londres: Greenwood Press, 1994.
- BRADBURY, R. **Fahrenheit 451**. 2[. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2012.

BRIGGS, J. C. Bacon's science and religion. In: PELTONEN, M. **The Cambridge Companion to Bacon**. London: Cambridge University Press, 1996. Cap. 7, p. 172-199.

BRUNDAGE, M. et al. **The malicious use of artificial intelligence: Forecasting, prevention, and mitigation**. Future of Humanity Institute; University of Oxford. London, p. 101. 2018.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. 13^a. ed. São Paulo: Ática, 2003.

_____. Breve consideração sobre a utopia e a distopia. In: (ORG.) SILVA JUNIOR, I. D. **Filosofia e Cultura: Festschrift em homenagem a Scarlett Marton**. 1^a. ed. São Paulo: Barcarolla, 2011. p. 361-386.

CLAEYS, G. **Utopias of the British Enlightenment**. London: Cambridge, 1994.

_____. **Utopia: A História de Uma Ideia**. São Paulo: Edições SESC SP, 2013.

COMTE, A. Curso de Filosofia Positiva. In: COMTE, A. **Os Pensadores**. 2^a. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FARRINGTON, B. **Francis Bacon: Filósofo de La Revolucion Industrial**. Madrid: Ayuso, 1971.

FULLER, R. B. **Manual de Instruções para a nave espacial Terra**. 2^a. ed. Porto: Via Optima, 1998.

GILSON, É. **Introdução ao estudo de Santo Agostinho**. Tradução de Cristiane Negreiros Abbud Ayoub. São Paulo: Paulus/Discurso, 2010.

GUERRINI, A. The Ethics of Animal Experimentation in Seventeenth-Century England. **Journal of the History of Ideas**, Pennsylvania, v. 50, n. 3, p. 391-407, Jul - Sep 1989. ISSN DOI 10.2307/2709568.

HILL, C. **O mundo de ponta-cabeça: Ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HINKELAMMERT, F. J. **Crítica da razão utópica**. Chapecó: Argos, 2013.

HUXLEY, A. **Admirável Mundo Novo**. 11^a. ed. Rio de Janeiro: Brail, 1969.

JONAS, H. **O Princípio responsabilidade**: Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.

KUHN, T. S. The function of measurement in Modern Physical Science. **Isis: A Journal of the History of Science**, Chicago, n. 52, p. 161-193, Jun 1961. ISSN 10.1086/349468.

LE DOEUF, M. Introduction. In: BACON, F. **La Nouvelle Atlantide**. Paris: GF-Flammarion, 1997.

LEONHARD, G. **Technology vs. Humanity**: The coming clash between man and machine. Londres: FutureScape, 2016.

LOGAN, G. M. Introdução. In: MORE, T. **A Utopia**. 3^a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. p. XV-LXII.

MERCIER, L. S. **L'An deux mille quatre cent quarante**: Rêve s'il en fût jamais. Paris: Gallica, 2016. Disponível em: <https://ecole-alsacienne.org/CDI/pdf/1301/130126_MER.pdf>. Acesso em: 23 Abr 2016.

MINOIS, G. **História do Futuro**: dos profetas à prospectiva. Tradução de Mariana Echalar. 1^a. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

MONTAIGNE, M. D. Capítulo XXXI do Livro I - Dos Canibais. In: MONTAIGNE, M. D. **Os Ensaios**. [S.l.]: [s.n.], 2015. Disponível em: <<https://fabiomesquita.files.wordpress.com/2015/04/montaigne-michel-de-dos-canibais-ensaios.pdf>>. Acesso em: 7 Set 2018. Tradução de J. Brito Broca e Wilson Lousada.

MORA, J. F. **Dicionário de Filosofia**. Buenos Aires: Montecasino, v. Tomo I, 1964.

MORAES, H. O tema da viagem e seus desdobramentos na Nova Atlântida de Francis Bacon. **Palimpsesto**, Rio de Janeiro, v. 7, 2008.

MORE, T. **A Utopia**. 3^a. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

MORGADO, M. Introdução à Nova Atlântida a A Grande Instauração. In: BACON, F. **A Nova Atlântida a A Grande Instauração**. Lisboa: Edições 70, 2008. p. viii-lxvii.

NOVAES, A. Onze notas sobre O novo espírito utópico. In: (ORG.), A. N. **Mutações: o novo espírito utópico**. 1ª. ed. São Paulo: Sesc, 2016. Cap. 1. Não paginado.

OLIVEIRA, B. J. D. A Ciência nas utopias de Campanella, Bacon, Comenius e Glanvill. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 106, p. 42-59, Dez 2002.

_____. **Francis Bacon e a Fundamentação da Ciência como Tecnologia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ORWELL, G. **1984**. 17ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, v. XXIV, 1984.

PESIC, P. Wrestling with Proteus: Francis Bacon and the "Torture" of Nature. **Stor**, Chicago, Mar. 1999. 81-94. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0021-1753%28199903%2990%3A1%3C81%3AWWPFBA%3E2.o.CO%3B2-R>>.

PETRY, F. B. O conceito de razão nos escritos de Max Horkheimer. **Cadernos de Filosofia Alemã**, São Paulo, v. 22, p. 31-48, jun-dez 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/viewFile/72164/78359>>. Acesso em: 28 Dez 2018.

PLATÃO. **Timeu ou Crítias ou A Atlântida**. São Paulo: Hemus, 2002.

ROSSI, P. **Naufrágios sem espectador - A ideia de progresso**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

_____. Bacon's idea of science. In: PELTONEN, M. **The Cambridge Companion to Bacon**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. Cap. 1. Não Páginado.

RUSSELL, B. **História da Filosofia Ocidental - Livro 3: A filosofia Moderna**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SELIGMANN-SILVA, M. Do utopismo iluminista ao (anti)utopismo romântico: a crítica romântica da razão utópica. **Morus - Utopia e Renascimento**, Campinas, n. 6, p. 307-324, 2009. ISSN ISSN: 2447-0996.

SMITH, P. D. **Os homens do fim do mundo - O verdadeiro Dr. Fantástico o sonho da arma total**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SPINELLI, M. O projeto da Grande Instauração de Francis Bacon e por que Kant lhe dedicou a Crítica. **Veritas**, Porto Alegre, v. 55, n. 2, p. 88-107, mai/ago 2010.

SWIFT, J. **Viagens de Gulliver**. São Paulo: Penguin Companhia, 2016.

TOFFLER, A. **Future Shock**. New York: Random House, 1970.

TUCK, R. Introdução. In: HOBBS, T. **Leviatã**. 3^a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. IX-LIV.

VAPEREAU, G. Dictionnaire universel des littératures. **Portal BnF Galica**, Paris, 1876.
Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k2207247/f3.image>>. Acesso em: 23 abr 2017.

VIEIRA, F. The concept of utopia. In: CLAYES, G. **The Cambridge Companion to Utopian Literature**. Londres: The Cambridge Press, 2010. Cap. 1, p. 3-27.

WHITE, H. B. Francis Bacon. In: STRAUSS, L.; CROUSEY, J. **História da Filosofia Política**. 1^a. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. p. 328-345.

ZAMIÁTIN, I. **Nós**. São paulo: Aleph, 2017.

ZATERKA, L. As teorias da matéria de Francis Bacon e Robert Boyle: forma, textura e atividade. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 681-709, 2012. ISSN ISSN 1678-3166.

_____. Francis Bacon e a questão do prolongamento da longevidade humana. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 495-517, jul./set. 2015.

_____. A reconfiguração do empirismo: química, medicina e história natural a partir do programa baconiano de conhecimento. **Dois pontos**, Curitiba, São Carlos, v. 15, p. 3-17, Abr 2018.

_____.; BARBOSA, G. D. L. A. Francis Bacon e a constituição do ideal científico moderno. In: (ORG.) MOURA, B. A.; FORATO, T. C. D. M. **História das Ciências, Epistemologia, Gênero e Arte**. 1^a. ed. São Bernardo do Campo: EDUFABC, 2017. Cap. 10, p. 195-215.

Anexo A

BACON, F. *Nova Atlântida*. Lisboa: Edições 70, 2008 – Páginas 90-101.

<p>Jacob, o judeu, informa o navegante que o <i>Pai</i> da Casa de Salomão quer encontrá-lo. O navegante terá a honra de conhecer a Casa de Salomão. Neste estudo não abordaremos a descrição dos ofícios e funções de terceiros. O foco primordial é a descrição da própria Casa: seus instrumentos e seus trabalhos.</p>	<p>"Deus vos abençoe, meu filho; dar-vos-ei a jóia mais preciosa que tenho. Pois partilhei convosco, por amor a Deus e aos homens, o relato do verdadeiro estado da Casa de Salomão. Filho, para que conheçais o verdadeiro estado da Casa de Salomão, será por esta ordem que falarei. Em primeiro lugar, explicar-vos-ei a finalidade da nossa fundação. Em segundo lugar, as preparações e instrumentos que temos para os nossos trabalhos. Em terceiro lugar, os vários ofícios e funções que são atribuídos aos nossos congregados. E, em quarto lugar, as normas e os ritos que têm uso entre nós.</p>
<p>Este Parágrafo nos remete ao aforisma I.3 do <i>Novum Organum</i>. "A ciência e o poder do homem coincidem". Cabe a este compreendê-la para dominá-la. Algo que foi concretizado da <i>Casa de Salomão</i>.</p>	<p>"A Finalidade da nossa Fundação é o conhecimento das Causas e movimentos secretos das coisas; e a expansão das fronteiras do Império Humano, para efectuar todas as coisas possíveis.</p>
<p>Francis Bacon descreve as grandes estruturas cavernais como ferramentas de manipulação da matéria. Estas "regiões" podem, inclusive, alterar e criar elementos da natureza e prolongar a vida de eremitas que lá residam.</p>	<p>"As preparações e os instrumentos são os seguintes. Temos cavernas grandes e profundas, com diferentes profundidades. As mais fundas estão a mais de seiscentas braças da superfície; e algumas delas foram escavadas e preparadas sob grandes colinas e montanhas. Assim, se somardes que (algumas delas) se encontram a mais de três milhas uma colina e a distância da caverna relativamente à superfície do sol e dos raios do céu e do ar livre. Chamamos a estas cavernas a Região Inferior. E usamo-las para todas as coagulações, endurecimentos, refrigerações e conservações de corpos. Também as utilizamos para imitar filões minerais, assim como para produzir novo metais artificiais, através de composições e materiais que aplicamos e são aí depositados durante muitos anos. Por vezes também usamos as cavernas (o que pode parecer estranho) para curar algumas doenças e para prolongar a vida de alguns eremitas que escolhem lá viver, bem fornecidos com as coisas necessárias; e, de facto, vivem por muito tempo. aprendemos muitas coisas com eles.</p>
<p>Outra forma de alterar substancialmente a matéria e preservá-la é enterrá-la. Conforme os aforisma II.50 do <i>NO</i>, os chineses produziam a porcelana a partir do processo de soterramento. O domínio sobre a terra produziu desdobramentos na agricultura.</p>	<p>"Temos vários lugares com diferentes terras onde enterramos diversos cimentos, como os chineses fazem com a sua porcelada. Mas nós temos-lo em maior variedade, e alguns são de qualidade superior. Temos também grande variedade de fertilizantes e de solos para tornar a terra frutuosa.</p>

<p>Torres de observação e pesquisa a partir da ação de ares rarefeitos. A rarefação e a ação de ventos gelados era um interesse de Bacon, curioso sobre a preservação dos corpos por ação do frio.</p>	<p>"Temos torres altas; as mais altas têm cerca de meia milha de altura; e algumas delas construídas no cimo de montanhas altas; de modo que, na mais alta, a altura total do monte incluindo a torre atinge pelo menos três milhas. E a estes lugares chamamos Região Superior; classificando como Região Média todo o ar entre os pontos altos e os baixos. Usamos estas torres, dependendo das diferentes alturas e localizações, para a observação; e para a observação de diversos fenômenos atmosféricos, como ventos, chuva, neve, granizo; e também alguns dos meteoros ígneos. E nalguns desses lugares residem eremitas que por vezes visitamos e instruímos quanto ao que devem observar.</p>
<p>O domínio sobre as águas permite não só a manipulação das fases desta, mas o controle sobre animais que dela precisam: peixe e aves (em menor medida). Além das propriedades, a <i>Casa de Salomão</i> domina a intensidade e a quantidade, pode produzir efeitos naturais: cachoeiras, ondas, etc. que podem influenciar na força dos ventos.</p>	<p>"Temos grandes lagos, tanto de água salgada como de água doce, que nos fornecem peixes e aves. Também os usamos para enterrar alguns corpos naturais: pois notamos diferença entre as coisas enterradas na terra, ou no ar debaixo da terra, e as que são enterradas na água. Temos também piscinas das quais extraímos água doce da água salgada. Temos também algumas rochas no meio do mar, e algumas baías na costa, para certos trabalhos que requerem o ar e o vapor do mar. Temos igualmente correntes violentas e cataratas que produzem para nós muitos movimentos; assim como engenhos que multiplicam e reforçam os ventos e que produzem diversos movimentos.</p>
<p>A chamada <i>magna naturae</i> (o prolongamento da vida), um dos objetivos ainda não alcançados pela <i>Casa de Salomão</i>, é parcialmente esposto aqui, demonstrando algumas das conquistas que <i>Nova Atlântida</i> conquistara.</p>	<p>"Temos também poços e fontes artificiais, construídos em imitação das fontes e banhos naturais; tingidos com vitriolo, enxofre, aço, latão, chumbo, nitro e outros minerais. E uma vez mais temos pequenos poços para infusões de muitas coisas, onde as águas adquirem a virtude dos corpos com que são feitas as infusões de muitas coisas, onde as águas adquirem a virtude dos corpos com que são feitas as infusões mais depressa e melhor do que em vasos ou basias. E entre elas temos uma água a que chamamos Água de Paraíso, por ser, em virtude do que lhe fazemos, muito soberana para a saúde e para o prolongamento da vida.</p>
<p>Domínio sobre os fenômenos meteorológicos e a geração de animais pequenos.</p>	<p>"Temos também casas grandes e espaçosas, onde imitamos e fazemos demonstrações de fenômenos atmosféricos como neve, granizo, chuva, certas chuvas artificiais de corpos e não de água, trovões, relampagos; as como a geração de corpos no ar como rãs, moscas e muitos outros.</p>
<p>Câmaras para a preservação e manutenção da saúde.</p>	<p>"Temos também umas câmaras a que chamamos câmaras da saúde, onde introduzimos no ar alterações que julgamos ser boas e apropriadas para a cura de diversas doenças e para a preservação da saúde.</p>
<p>Banhos com a finalidade de potencializar a força e a vitalidade dos órgãos, músculos e nervos humanos.</p>	<p>"Temos também grandes agradáveis banheiras de várias misturas para a cura de doenças e para restauração do corpo humano quando está desidratado; e outras para seu fortalecimento no que toca à força dos nervos, das zonas vitas e do próprio sumo e substância do corpo.</p>

<p>O domínio sobre a botânica: a manipulação genética de plantas e a produção de frutos com propriedades medicinais.</p>	<p>“Temos também pomares e jardins amplos e variados, onde respeitamos menos a beleza do que a variedade do terreno e do solo, apropriados para diferentes árvores e ervas; e alguns deles são muito espaçosos, onde, para além das vinhas, são partadas árvores e bagas a partir das quais fazemos vários tipos de bebida. Nestes pomares levamos a cabo todo o tipo de experiências com enxertos e inoculações, quer nas árvores bravas quer nas de fruto, e que produzem muitos efeitos. E temos a arte de neles mesmos pomares e jardins fazer as árvores e as flores germinar antes ou depois das suas épocas, e cresci e frutificar mais rapidamente do que o seu curso natural. Também graças à nossa arte fazemos as árvores crescer muito mais do que é de sua natureza; assim como os seus frutos são maiores e mais doces, e de sabor, cheiro, cor e forma diferentes, do que seria por geração natural. E muitos deles são assim ordenados para terem uso medicinal.</p>
<p>O domínio sobre a botânica: a manipulação genética de plantas.</p>	<p>“Temos também os meios de fazer crescer várias plantas através de misturas de terras, sem sementes; igualmente de fazer plantas novas e diferentes das comuns e de transformar uma árvore ou planta noutra distinta.</p>
<p>A criação de cobais animais para a dissecação e experiências. Aqui a <i>Casa de Salomão</i> parece se afastar da filosofia baconiana por permitir a vivisseccção em animais superiores (II.41 <i>NO</i>). Há também manipulação genética no cruzamento destes animais sexuais e a investigação dos corpos em putrefação.</p>	<p>“Temos também parques e cercados com todas as espécies de animais e aves, que usamos não apenas para observar e por razões de curiosidade, mas igualmente para efectuar dissecações e experiências; a fim de podermos obter luz sobre o que pode ser feito no corpo humano. Aí descobrimos muitos efeitos estranhos, como, por exemplo, a continuação da vida, mesmo que algumas partes, por vós consideradas vitais, estejam mortas e tenham sido removidas, a ressurreição de alguns que, segundo todas as aparências, estão mortos; e outros semelhantes. Também experimentamos neles todos os venenos e outros remédios, assim como operações cirurgicas e medicinais. Ainda pela arte, tornamo-los maiores e mais altos do que os da sua espécie; e, ao contrário, tornamo-los mais pequenos e travamos o seu crescimento; tornando-los mais frutuosos e procriadores do que os da sua espécie; e, ao contrário, estereis e não procriadores. Também os tornamos diferentes de muitos modos na cor, na forma, na actividade. Descobrimos meios de fazer misturas e cruzamentos de diferentes tipos, que produziram muitas espécies novas e que, ao contrário da opinião geral, não são estéreis. A partir da putrefação obtemos um certo numero de espécies de serpentes, vermes, mosca, peixes, alguns dos quais, sendo preparados para o efeito, se tornam criaturas perfeitas, como os animais ou os pássaros; e tem sexos e reproduzem-se. Nada disto é feito ao acaso, mas sabemos de antemão de que materia e cruzamento resultaram as várias espécies de criaturas.</p>
<p>Experiências com peixes.</p>	<p>“Temos também piscinas especiais onde fazemos experiências com peixes, tal como descrevemos anteriormente a proposito dos animais e dos pássaros.</p>

<p>O domínio da geração de insetos para a produção particular de: farmacos, alimentos e tecidos, por exemplo.</p>	<p>“Temos também lugares para a criação e geração daquelas espécies de vermes e de moscas que são de uso particular; tal como vós fazeis como os vossos bixos-da-seda e as vossas abelhas.</p>
<p>A expansão e o domínio da potencialidade dos alimentos para o fortalecimento do homem e também para o seu prazer. Também medicamentos para combater diversas enfermidades.</p>	<p>“Não vos demorei muito com a descrição das nossas casas de fermentação, padarias e cozinhas, onde são produzidas diversas bebidas, pães, carnes, raros e de efeitos inusitados. Temos vinhos de uvas; e bebidas de outros sucos de frutos, e cereais e de raízes, e de misturas com mel, açúcar, maná, e flutos secos e condensados. E também da seiva das brechas e cisões das árvores, e da poupa das canas. E estas bebidas são de várias idade chegando algumas a conservar-se durante quarenta anos. Temos também bebidas fermentadas com várias ervas, raízes e especiarias; e até com várias carnes e carnes brancas, donde resulta que algum dessas bebidas são, com efeito, simultaneamente bebida e comida, o que permite a alguns, em particular gente idosa, querer tirar delas a sua alimentação, com pouca ou nenhuma carne ou pão. E acima de tudo, procuramos obter bebidas de composição extremamente fina para que se insinuem subtilmente no corpo sem serem, porém, mordentes, irritantes ou corrosivas; de tal modo que se algumas delas forem colocadas nas costas da mão passaram pouco tempo depois para a palma da mão, e ainda sim serão suaves ao paladas. Temos também águas que aperfeiçoamos de maneira a se tornarem nutritivas, dando, de facto, uma excelente bebida; e muitos são o que não bebem outra coisa. Temos pão de vários cereais, raízes e sementes: e como se não bastasse, temos ainda alguns pães de carne e de peixe seco; com diversos tipos de fermentos e condimentos; o que faz com que alguns sejam absolutamente deliciosos; alguns são a tal ponto nutritivos que há pessoas que subsistem sem outro alimento e muito longamente vivem. Quanto as carnes, temos algumas tão batidas, tenras e amaciadas, sem que com isso sofram qualquer deterioração, que basta um ligeiro calor do estomago para as converter em bom quilo, enquanto as outras carnes precisariam de um calor forte para as preparar nesses sentido.</p> <p>“Temos também algumas carnes e pães e bebidas que permitem aos homens que as tomam jejuar durante muito tempo; e outras que quando ingeridas tornam a carne do corpo humano sensivelmente mais dura e forte, e aumenta muitissimo a sua força em relação ao que aconteceria de outro modo. Temos dispensários, ou lojas de medicamentos. Podereis facilmente supor que, se temos uma variedade de plantas e seres vivos superior à que tendes na Europa (pois sabemos o que tendes) os remédios simples, as drogas e os ingredientes dos medicamentos são igualmente muito mais variados entre nós. Temo-los ainda de diferentes idades e de longas fermentações. E para prepara-los efectuamos não só todo tipo de destilações e separações elaboradas, em particular por meio de calores suaves e percolações com vários filtros e ainda diversas substancias;</p>

	<p>mas também formas de composição exactas que permitem que as substancias se incorporem numa só, quase como se fosse naturalmente compostas a penas por um ingrediente.</p>
<p>O domínio da arte mecânica, da técnica e da tecnologia na produção de insumos humanos e na criação de novos inventos.</p>	<p>“Temos também várias artes mecânicas que vós não tendes; e coisas produzidas por elas tais como papéis, linho, sedas, tecidos, requintados trabalhos de penas de lustre maravilhoso, excelentes tinturas e muitas outras coisas; e temos lojas igualmente variadas, tanto do que é de uso comum entre nós, como do que não é. Pois deveis saber que, das coisas anteriormente relatadas, muitas foram introduzidas no suo comum um pouco por todo o reino, mas quando resultam da nossa invenção guardamo-las apenas como moldes e modelos originais.</p>
<p>Instrumentos para a simulação de diversas temperaturas, de acordo investigação que estão efetuando.</p>	<p>“Temos também fornos de imensa variedade, e que geram uma grande variedade de calores; feroz e rápido; forte e constante; suave e manso; explosivo, calmo; seco, húmido; e por aí em diante; mas sobretudo imitamos os calores do sol e dos corpos celestes, que resistam várias alterações na intensidade e “por assim dizer” em circulos, com progressos e retrocessos, com os quais produzimos efeitos admiráveis. Pra além disso, temos calores de estrumes e dos ventres e mandibulas de seres vivos, e dos seu sangue e corpos; e de fenos e ervas humidecidas; e de cal viva; e de outras coisas semelhantes. Também temos instrumentos que geram calor pelo simples movimento. E mais, temos lugares para fortes isolações; e, uma vez mais, lugares debaixo da terra, que naturalmente, ou por meio do artifício geram calor. Usamos estes diferentes calores de acordo com os requisitos da natureza da operação que pretendemos efectuar.</p>
<p>Casas para experimentos e construção de instrumentos ópticos.</p>	<p>“Também temos casas de perspectiva, onde fazemos demonstrações de todas as luzes e radiações; e de todas as cores; e podemos produzir várias cores a partir de coisasdescoloradas e transparentes, não em arco-íris, como sucede nas gemas e nos prismas, mas isoladas, uma por uma. Também produzimos todas as multiplicações da luz, que projectamos a grande distância, e fazemo-lo tão bem que se consegue discernir pequenos pontos e linhas; assim como produzimos todas as colorações da luz: todas as ilusões ópticas e aparências enganosas da vista, em figuras, magnitudes, movimentos, cores; todas as demonstrações de sombras. Descobrimos também diversos meios, ainda desconhecidos por vós, de produzir luz originariamente a partir de diferentes corpos. Adquirimos meios de ver objectos muitos afastados no céu e em lugares remotos; e de apresentar as coisas próximas como se estivessem afastadas, e as coisas afastadas como se estivessem próximas, e as coisas afastadas como se estivessem próximas, e de criar distância fictícias. Temos também auxílios para a vista, muito superiores aos óculos e lentes em uso. Temos também lentes e meios de ver perfeitamente e distintamente corpos pequenos e minusculos; como as formas e cores de pequenas moscas e vermes, os grãos e falhas nas gemas, que de outro modo não poderiam ser vistos;</p>

	<p>assim como fazemos observações de elementos na urina e no sangue, de outro modo invisíveis. Fazemos arco-íris, halos e círculos artificiais com luz. Produzimos também todo o tipo de reflexos, refrações e multiplicações de raios visuais dos objectos.</p>
<p>O domínio sobre a prospecção de metais e pedras preciosas.</p>	<p>“Temos também pedras preciosas de todas as espécies, muitas das quais de grande beleza, e de vós desconhecidas; o mesmo vale para os cristais; e para vidros de diversas espécies, entre os quais contam-se metais vitrificados e outros materiais para além dos que vós usais ao fazer vidro. Temos também uma quantidade de fósseis e de minerais com um poder prodigioso, e outras pedras raras, quer naturais, quer artificiais.</p>
<p>O domínio sobre as propriedade do som.</p>	<p>“Temos também casas de som, onde praticamos e fazemos demonstrações de todos os sons, e da sua geração. Temos harmonias que vós não tendes de semicolcheias e outras notas ornamentais menores. Temos vários instrumentos musicais que também são para vós desconhecidos, alguns deles mais melódiosos do que qualquer um dos vossos, a que se acrescentam sinos e carrilhões que são graciosos e melódiosos. Produzimos pequenos sons como se fossem e profundos; de igual modo, produzimos grandes sons como se fossem fracos e agudos; produzimos diversos tremores e chilreios, que originalmente são ininterruptos. Reproduzimos e imitamos todos os sons e letras articulados, e as vozes e notas dos animais e pássaros. Temos certos auxílios que colocados no ouvido melhoram imenso a audição. Temos também vários ecos estranhos e artificiais, que reflectem a voz muitas vezes, e, por assim dizer, projectam; e alguns destes ecos devolvem a voz mais amplificada; alguns devolvem a voz mais estridente, outros que tornam a voz diferente nas letras ou nos sons articulados relativamente à que receberam. Temos também meios de emitir sons através de tudos e canos, em direcções estranhas e grandes distâncias.</p>
<p>O domínio sobre o olfato e o paladas. A manipulação de odores e sabores e a geração de novos alimentos.</p>	<p>“Temos também casas de perfumes, onde juntamos estudos de paladar. Multiplicamos os odores, o que pode parecer estranho. Imitamos odores, fazendo com que todos os cheiros exalem de outras misturas que não aquelas que os criam. Fazemos igualmente diversas imitações de sabores, capazes de enganar o paladar de qualquer um. E nestas casas temos ainda uma casa de confeitaria, onde fazemos todos os alimentos cristalizados, secos e húmidos, e diferentes vinhos, leites, caldos e saladas agradáveis, em muito maior variedade do que a vossa.</p>
<p>As conquistas mecânicas para a potencialidade das forças humanas: aparelhos e armas. A diversidade de pólvora e de equipamentos bélicos (<i>grifo nosso</i>) faz de <i>Bensalém</i> uma potência militar, incluindo: aviões, navios de guerra, submarinos e armas químicas e biológicas.</p>	<p>“Temos também casas de engenho, onde preparamos os engenhos e instrumentos para todo o tipo de movimentos. Aí, imitamos e praticamos para realizar movimentos mais rápidos do que os que vós tendes, incluindo tanto os movimentos que são projectados dos vossos mosquetes, como os de qualquer engenho que possais ter; e para produzi-los e multiplicá-los com a facilidade, com pouco dispêndio de força, por recurso a rolamentos e a outros meios; e para torná-los mais fortes e mais</p>

	<p>vilentos do que os vossos, superando os vossos maiores canhões. Produzimos também armas e instrumentos de guerra, e engenhos militares de toda a espécie; e ainda misturas e composições novas de pólvora, fogos gregos que ardem na água e inextinguíveis, toda a variedade de fogo de artifício, tanto para diversão como para uso. Imitamos também o voo das aves; Alcançámos alguns sucessos na prática do voo no ar; temos navios e barcos para navegar debaixo de água e muito resistentes aos mares, assim como cintos de natação e salvação. Temos vários relógios precisos, e outros movimentos de retorno semelhantes, e alguns movimentos perpétuos. Imitamos também os movimentos dos seres vivos, através de autómatos de homens, animais, aves, peixes e serpentes. Temos também um grande número de vários outros movimentos estranhos pela sua regularidade, precisão e complexidade.</p>
<p>O domínio sobre os conhecimentos matemáticos: incluindo a astronomia e a geometria.</p>	<p>“Temos também uma casa da matemática, onde estão dispostos os instrumentos, tanto de geometria, como de astronomia, feitos com grande delizadeza.</p>
<p>Conforme o <i>ADV</i> (II. X. 13) a ilusão dos sentidos é um dos prazeres dos sentidos. Porém, quem garante que todas as demonstrações anteriormente mencionadas não sejam apenas ilusões da <i>Casa de Salomão</i>? Ou ainda, que tenham sido utilizadas para a manipulação dos cidadãos de <i>Bensalém</i>?</p>	<p>“Temos também casas para iludir os sentidos, onde dispomos de todo o tipo de actos de prestidigitação, falsas aparências, imposturas e ilusões; bem como as suas falácias. E certamente que creereis sem dificuldade que nós, que temos tantas coisas verdadeiramente naturais que causam admiração, poderíamos no mundo da prática iludir os sentidos, se disfarçássemos essas coisas e trabalhássemos para as fazer parecer mais miraculosas. Mas odiamos efectivamente todas as imposturas e mentiras; tanto que proibimos com severidade todos os nossos congregados, sob pena de ignomínia e multas, de exhibir obras ou coisas naturais adornadas e exageradas, ao invés de as exhibirem na sua pureza natural, sem qualquer artificialidade nem estranheza.</p>
	<p>“São estas (meu filho) as riquezas da Casa de Salomão.</p>

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org